

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP: TERRITÓRIO,  
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E INTERAÇÕES ESPACIAIS PARA UM  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Prof(a). Dr(a). Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Rio Claro (SP)

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

MURILO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP:  
TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E  
INTERAÇÕES ESPACIAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP  
2019

O48o

Oliveira, Murilo Henrique Rodrigues de

A organização do espaço agrário de Ipeúna-SP : território, organização produtiva e interações espaciais para um desenvolvimento rural sustentável /

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira. -- Rio Claro, 2019

98 p. : il., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. Gestão do Território. 2. Multifuncionalidade da Agricultura. 3. Organização do Espaço. 4. Agricultura Natural. 5. Ipeúna-SP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MURILO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPEÚNA-SP:  
TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E  
INTERAÇÕES ESPACIAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (orientadora)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Cláudia Giannini Borges

Ms<sup>a</sup> Glaucia Elisa Mardegan

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o testemunho de um ciclo que ensaia a se findar, mas que sem dúvida é o começo de uma nova forma de ler e entender o mundo, ler e entender a realidade. É aqui que sintetizo e resumo essa jornada de quatro anos de graduação (rumo ao quinto), cuja experiência e vivência carregarei nos mais íntimos sentimentos e sensações. É aqui que demonstro as minhas primeiras inquietações geográficas e faço de um trabalho científico, o meu trabalho de conclusão de curso.

Certa vez ouvi de uma professora que o trabalho acadêmico é majoritariamente solitário e que o amadurecimento teórico advém das vivências e da carga (por vezes exaustiva) de leitura. Quanto a professora, me refiro a Professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, minha orientadora, a quem agradeço enormemente pela harmoniosa e cuidadosa orientação, assim como, por ter me proporcionado “momentos acadêmicos” que em muito contribuíram para minha formação até o momento. Quanto ao trabalho solitário, posso dizer que intelectualmente falando, de fato, este o é; porém, pessoas passam e permanecem em nossas vidas e assim, das mais diversas maneiras, de certa forma, contribuíram para o resultado que aqui se apresenta. O trabalho solitário, sede lugar ao trabalho grato.

Antes de tudo e de todos, agradeço a minha mãe por todo incentivo, apoio, carinho, amor e palavras de conforto que me acompanham desde o ponto mais longínquo que minha memória pode alcançar. Mesmo sem entender muito bem o que faço (haha) e por testemunhar todas as quatro vezes que troquei de curso, você estava e sempre esteve ali, pronta para as mais sábias palavras. A você, minha mãe, toda gratidão e orgulho de tê-la em minha vida. Ao meu pai, obrigado pelo apoio incondicional durante todo esse processo e pelas palavras de conforto e acalento, ainda que no seu jeito de ser.

As minhas irmãs, Josiane, Mônica e Naiara, pelas lembranças da infância, pelo carinho e amor de sempre. Aos meus cunhados, estendo o meu muito obrigado. De vocês, aos meus sobrinhos Lucas, Pablo, Ana Carolina, Marco Antônio, Otávio Augusto, Sofia e Agatha, o nascer da vida de vocês nos (e me) renova a todo instante. A minha avó Eliza que, mesmo com as confusões do Alzheimer, protege esta família de uma forma sem igual: você nos une, vó Liza. Aos demais familiares, gratidão eterna por todo compartilhamento e experiência de vida.

Aos funcionários do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA/UNESP Rio Claro) e do Departamento de Geografia. Ainda, estendo meus

agradecimentos aos funcionários da UNESP Ourinhos, campus no qual iniciei a minha jornada na Geografia. A Professora Maria Cristina Perusi (UNESP Ourinhos), Geógrafa inspiradora, exemplo de profissional e educadora; a sua forma de fazer Geografia me ajudou nos passos iniciais e me reservou belos ensinamentos nesta ciência.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Agrários (NEA), Isadora, Matheus Sanaiotti e Mara Lígia Scotton, obrigado pelas discussões de todas as semanas (as segundas ou as quartas...) e pelo nervosismo compartilhado aguardando as correções da Professora Darlene. Ainda, agradeço aqueles que já passaram pelo NEA e ajudaram a construir esse grupo de estudos e pesquisa, em especial a Sibeli Fernandes por todo apoio, oportunidades acadêmicas e companheirismo; a Bianca Bortolin, pelas discussões cotidianas, carinho e pelo calor passado quando o ar condicionado resolve não funcionar; ao Rodrigo Jesus, por todo apoio técnico e teórico na elaboração dos mapas e figuras presentes neste trabalho; ao Matheus Gonçalves (Milhouse), sempre solícito e político (haha).

Ainda, a turma 59 do curso de Geografia; vocês elevam as discussões neste curso: sucesso a todos. Destes, reservo especial menção e agradecimento a Amanda Veronez e a Isadora Martins. Ademais, as amigas que trago de Ourinhos, ainda que não mais tão presentes, mas que conservo um carinho especial: Tatiane Gregório, Gilsiane Santos e Júlio Cesar, a vocês meus agradecimentos.

Por fim, reafirmo a minha gratidão a Professora Darlene por toda orientação, apoio e confiança, aos membros da banca, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Korin Agropecuária e Korin Agricultura e Meio Ambiente – nas figuras de Cecília Mendes, Giuliana Magalhães e Luiz Carlos Demattê, a ajuda de vocês na cessão dos dados foi seminal ao desenvolvimento do presente trabalho. A construção desse trabalho, tem um pedacinho de cada um de vocês: o trabalho acadêmico, além de solitário é e foi, também, solidário ao nosso encontro durante essa jornada. Muito obrigado!

## RESUMO

Partindo da noção de diversidade e diferenciação espacial como realidade do espaço agrário brasileiro, este trabalho se ocupa em discutir a organização do espaço rural de Ipeúna-SP, orientado a planejar as especificidades organizativas deste território por meio da identificação e análise das dinâmicas, processos e práticas socioespaciais desenvolvidas por agentes que desenham e redesenham os contornos do rural ipeunense. Como marco central desta proposta, buscamos entender os reflexos na organização do espaço agrário de Ipeúna-SP, por meio das ações empresariais da Korin Agropecuária LTDA e de pesquisa da Korin Agricultura e Meio Ambiente – ambas sediadas no município – a nível local, regional e nacional, sob a ótica das interações e práticas espaciais que dinamizam, transformam e evidenciam as assimetrias dos diferentes lugares. Nesta perspectiva, analisar-se-á as ações espacialmente localizadas, valendo-se da noção de multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003) e do conceito de interações espaciais, presente em Corrêa (1991; 1997; 1998), no qual admite-se a seletividade, fragmentação-remembramento, antecipação, marginalização e reprodução da região produtora no entendimento da gestão territorial. A destarte, a conferência titular institucionalizada pelo município (Capital Nacional da Agricultura Natural) nos parece inaugurar as bases de uma possível construção de dada identidade local – engendrada por um único agente socioterritorial e com forte apoio do aparato político do município. Relata e registra uma intenção ao município que não se verifica nas relações cotidianas do espaço rural ipeunense, mas que antecipa espacialmente um cenário no qual as condições atuais não reservam a viabilidade da prática orgânica. Desta forma, o espaço rural de Ipeúna não detém a capacidade de resposta requeridas pelas necessidades e objetivos da Korin. Ao exposto, a combinação da lógica espacial da empresa afeita a expansão da Agricultura Natural e o cenário encontrado no município, demonstram e, nos parece justificar, a resposta por parte da agroindústria através da segregação das suas funções produtivas, valendo-se da combinação espacial de unidades territoriais funcionalmente diferenciadas. Ao exposto, os princípios econômicos de reciprocidade, intercâmbio e solidariedade entre esses territórios, coabitam na construção de uma identificação social e econômica dos produtos Korin e não necessariamente da promoção de um dado desenvolvimento rural em Ipeúna.

**Palavras chaves:** Gestão do território. Multifuncionalidade da Agricultura. Organização do Espaço. Agricultura Natural. Ipeúna-SP.

## ABSTRACT

Starting from the notion of diversity and spatial differentiation as a reality of the Brazilian agrarian space, this paper discusses the organization of the rural space of Ipeúna-SP, oriented to plan the organizational specificities of this territory through the identification and analysis of the dynamics, processes and social-spatial practices developed by agents who draw and redesign the contours of Ipeúna's rural area. As a central landmark of this proposal, we seek to understand the reflexes in the organization of the agrarian space of Ipeúna-SP, through the business actions of Korin Agropecuária LTDA and research of Korin Agricultura e Meio Ambiente – both based in the municipality – at local, regional and national level, from the perspective of interactions and spatial practices that dynamize, transform and highlight the asymmetries of different places. In this perspective, the spatially located actions will be analysed, used the notion of multifunctionality of agriculture (CARNEIRO; MALUF, 2003) and the concept of spatial interactions, present in Corrêa (1991; 1997; 1998), in which he admits selectivity, fragmentation-remembrance, anticipation, marginalization and reproduction of the producing region in the understanding of territorial management. Therefore, the main conference institutionalized by the municipality (National Capital of Natural Agriculture) seems to inaugurate the foundations of a possible construction of a given local identity – engendered by a single socio-territorial agent and with strong support from the political apparatus of the municipality. It reports and records an intention to the municipality that is not verified in the daily relations of the Ipeúna's rural space, but that spatially anticipates a scenario in which the current conditions do not reserve the viability of the organic practice. For this reason, the rural area of Ipeúna does not have the responsiveness required by Korin's needs and objectives. In the light of the above, the combination of the company's spatial logic affects the expansion of Natural Agriculture and the scenario found in the city, it seems the response by the agro-industry through the segregation of its productive functions, using the spatial combination, functionally differentiated territorial units. In view of the above, the economic principles reciprocity, exchange and solidarity between these territories co-exist in the construction of a social and economic identification of Korin products and not necessarily the promotion of given rural development in Ipeúna.

**Keywords:** Territory management. Multifunctionality of agriculture. Space organization. Natural agriculture. Ipeúna-SP.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Reconstituição dos principais caminhos que cortavam a região de Rio Claro .....	44
Figura 2: O "antigo oeste paulista" - final do século XIX.....	47
Figura 3: Localização das fazendas produtoras de café na região de Rio Claro – 1905. ....	49
Figura 4: Estrutura Locacional da Korin Agropecuária - 2019.....	61
Figura 5: Fluxos de produção, processamento e distribuição da Korin Agroindústria - 2019 ....	74
Figura 6: Fluxos de produção, processamento e distribuição da Korin Agroindústria - 2019 ....	75
Figura 7: Integração Territorial de Gestão - Korin 2019.....	79
Figura 8: Integração Territorial da Produção .....	80

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Uso da terra no município de Ipeúna-SP.....	51
Mapa 2: Espaços de produção da Korin Agroindústria - 2019 .....	62
Mapa 3: Municípios com locais de processamento da Korin Agroindústria - 2019 .....	65
Mapa 4: Produtores integrados da Korin Agroindústria - 2019 .....	66
Mapa 5: Municípios com centros de distribuição da Korin Agroindústria - 2019.....	69
Mapa 6: Fluxos de distribuição para as capitais a partir do Estado de São Paulo - 2019 .....	70
Mapa 7: Fluxos de distribuição para as capitais a partir do Estado de São Paulo - 2019 .....	71

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. HIPÓTESES.....	2
3. OBJETIVO.....	3
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	3
4.1 Síntese metodológica.....	3
4.2 O trabalho coletivo do Núcleo de Estudos Agrário (NEA): estruturação e aplicação de formulários semiestruturados como parte da metodologia executada.....	5
CAPÍTULO 1 .....	7
5. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL: AS DINÂMICAS DO MUNDO RURAL SOB UM OLHAR AMPLIADO	
CAPÍTULO 2 .....	17
6. A REVISÃO DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA NO EXAME DA GESTÃO DO TERRITÓRIO	
6.1 O corte setorial e o processo de reunificação entre agricultura e indústria: aspectos relativos à reorganização das dinâmicas do mundo rural.....	19
6.2 As “novas” dinâmicas do mundo rural.....	25
6.3 O paradigma territorial como elemento constituinte da multifuncionalidade da agricultura: uma nova dimensão para além da centralidade produtiva.....	28
6.4 Os espaços particulares e suas articulações: diferenciação socioespacial e a síntese dos contraditórios.....	33
6.5 As interações espaciais na elaboração das dinâmicas multifuncionais do mundo rural: a relação de complementariedade entre os espaços e a propriedade rural como suporte relacional. ....	37
CAPÍTULO 3 .....	42
7. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA-SP: O PASSADO E O PRESENTE POR MEIO DA ESPACIALIDADE	
7.1 A instalação do Polo de Agricultura Natural em Ipeúna-SP: breve histórico da fundação da Korin na Capital Nacional de Agricultura Natural.....	52
CAPÍTULO 4 .....	55
8. PRÁTICAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS DA KORIN AGROPECUÁRIA: TERRITORIALIDADE OU GESTÃO DO TERRITÓRIO?	
8.1 Aspectos relativos à estrutura locacional da Korin Agroindústria LTDA: os espaços de produção, processamento, distribuição e consumo .....	59
8.2 A integração territorial da Korin na perspectiva da gestão do território: uma análise por meio das práticas espaciais.....	76
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	93

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo da noção de diversidade e diferenciação espacial como realidade do espaço agrário brasileiro, pretende-se, com o presente trabalho, estudar a organização do espaço rural do município de Ipeúna-SP, tendo em vista sua nomeação como “Capital Nacional da Agricultura Natural”, sua paisagem diversa e o número significativo de pequenas propriedades, trabalhadas pelo proprietário e família, que caracterizam a estrutura fundiária. Pertencente a região imediata de Rio Claro, o município de Ipeúna encontra-se no chamado quadrilátero açucareiro de São Paulo, área onde a densidade e intensidade da cultura canavieira é, sem dúvida, a de maior importância no país.

A afeição de terras daquela cultura tem sido marcante ao longo das últimas duas décadas, substituindo cultivos alimentícios, pastagens e cultivos permanentes, impulsionada pela política de produção de combustíveis de origem vegetal implantada pelo governo central. O predomínio da monocultura canavieira e da pecuária praticadas em moldes convencionais trazem como consequência uma paisagem não diversa (“mar de cana” e pastagem). Por outro lado, a estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades não garante um uso pleno das mesmas, em espaços com potencial para geração de trabalho e renda adotando-se novos modelos de produção.

Além disso, Ipeúna tem em seu território atividades (monocultura da cana de açúcar e mineração de calcário e argila) não condizentes com suas características ambientais, com grande apelo paisagístico (Cuesta de São Pedro) e definido como Área de Proteção Ambiental (APA Corumbataí-Perímetro Corumbataí e APA Piracicaba/Juqueri Mirim- Área I) que permitiriam inclusive o desenvolvimento do turismo rural.

Em termos empresariais e técnicos o município conta com a Korin Agricultura e Meio Ambiente cujo objetivo encontra-se envolto as atividades de pesquisa, assessoria e desenvolvimento de projetos de P&D (pesquisa e desenvolvimento) com base nos princípios, conceitos e práticas da Agricultura Natural, modelo agrícola sustentável, de base agroecológica. Além desta, encontramos ainda a empresa Korin Agropecuária Ltda., a qual produz e comercializa alimentos que promovem a saúde e o bem-estar do consumidor, balizada por um modelo, social, ambiental e economicamente sustentável, e que é a maior geradora de empregos no município. Esta empresa baseia-se em métodos produtivos que gradativamente concretizem a Agricultura Natural e Orgânica, assim como, produtos de origem animal livres de antibióticos e com o selo de bem-estar animal.

Entretanto, ao considerarmos o destaque da empresa no município, no que diz respeito a oferta de vagas de trabalho, promoção da produção e do consumo alternativo, bem como, a organização e operacionalização de um processo produtivo orientado ao consumo orgânico (atraindo profissionais qualificados e investimentos em pesquisas), esta empresa possui apenas seis (6) produtores integrados em território ipeunense – de um total de 374 propriedades.

Dentro desta conjuntura, causa estranheza que o espaço tão valorizado nesta área abrigue atividades não condizentes com muitas de suas características em aparente dissincronia. A preocupação em entender as assimetrias do espaço agrário de Ipeúna, resgata, apresenta e busca confirmar, a premissa de que o lugar é definido pela possibilidade de relações com os demais lugares. Assim, tanto o espaço, quanto o sujeito que desenvolve suas atividades circunscritas a determinada porção deste espaço, revelam formas e práticas fortemente influenciadas pela dinâmica do contexto no qual está inserido.

Para além do sujeito interrelacional que escreve e reescreve a(s) história(s) das localidades, promovendo largas (re)configurações das dinâmicas locais, é necessário atentarmos as formas espaciais, registradas a partir de diferentes tipos de atividades produtivas. Estas atividades acabam, de certo modo, por promover ou reduzir, dissolver ou saturar, integrar ou desintegrar novas formas espaciais que intencionam romper - ou até mesmo propor um novo modo de organização e modo de vida - com os caracteres hegemônicos que edificam determinado espaço, através do espaço funcional (ou funcionalizado) por e para estes grandes agentes.

Este é o problema a ser estudado: como explicar a persistência de atividades predatórias em um espaço que tem potencial, pequenas propriedades e mão de obra, para desenvolver uma agricultura natural? Ou, em outras palavras, como explicar a não simetria nas interações, gestão e práticas espaciais entre os agentes técnico/produtivos locais e o território municipal balizado por um modelo de produção orgânico ou natural?

## **2. HIPÓTESES**

Diante do cenário introduzido na seção anterior, onde apresentamos os questionamentos balizadores deste trabalho, pretende-se avaliar as seguintes respostas prováveis ao problema proposto:

1. a cana-de-açúcar, embora menos rentável que a produção orgânica e mesmo o desenvolvimento do turismo, se mantém no município por tradição e inércia;

2. a manutenção da cana e da pecuária é explicada pelo fato de que garantem a reprodução da família sem a necessidade de dispor de grande volume de mão de obra, liberando inclusive os jovens para exercício de outras atividades fora da propriedade;

3. a área rural de Ipeúna é um espaço no qual predomina demograficamente uma população idosa que tem na cana e na pecuária uma alternativa para a ocupação da propriedade, não estando apta ao volume de trabalho exigido pela agricultura ou pecuária orgânicas;

5. apesar de o enquadramento legal como município da agricultura natural, o poder público e a empresa ali sediada nunca desenvolveram interações, práticas e a gestão do território para instalação de outro modelo produtivo.

### **3. OBJETIVO**

Defronte ao panorama traçado na introdução do presente trabalho, intenciona-se entender, dimensionar e mapear, os reflexos na organização espacial, resultantes das ações empresariais da Korin Agropecuária LTDA, e de pesquisa e desenvolvimento da Korin Agricultura e Meio Ambiente a nível local, regional e nacional, sob a ótica das interações e práticas espaciais que dinamizam, transformam e evidenciam as assimetrias dos diferentes lugares por meio das ações socioterritoriais dos agentes modeladores. Ademais, denota-se objetivos específicos, a saber:

- Resgatar a história da implantação e desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária no município de Ipeúna, bem como da instalação no município da Korin Agricultura e Meio Ambiente e da Korin Agropecuária Ltda., sob a filosofia da agricultura natural;
- Avaliar o papel da indústria na organização dos espaços agrícola e urbano do município;
- Identificar e avaliar as ações de gestão do território desenvolvidas pelas Korin Agricultura e Meio Ambiente e Korin Agropecuária Ltda.

### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **4.1 Síntese metodológica**

A metodologia como aporte ao conhecimento e reconhecimento da realidade posta nos auxilia na busca de respostas aos problemas, interrogações e situações colocadas

pelos caracteres de elaboração do conhecimento científico. A observação, descrição e análise dos fatos, a partir de um dado olhar teórico metodológico, confere ao trabalho acadêmico, a prática teórica necessária ao exercício e vinculação do pensamento e da ação. Nessa perspectiva, apresentamos os aspectos metodológicos que demonstram o processo de elaboração do presente trabalho, alicerçado em bases teóricas e empíricas que o situam em estudo balizado, sobretudo, pela perspectiva da Geografia Rural.

Em consecução aos objetivos delimitados, nos valem de levantamento e leitura de material bibliográfico pertinente à temática, a fim de qualificar a discussão teórica sobre os reflexos na organização do espaço agrário de Ipeúna, a partir das interações e práticas espaciais estabelecidas pela Korin Agropecuária LTDA e a Korin Agricultura e Meio Ambiente, a nível local, regional e nacional. Nesta perspectiva, analisou-se as ações espacialmente localizadas, valendo-se do conceito de práticas espaciais, por meio da noção de multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003), multifuncionalidade da paisagem rural (GUIOMAR et al, 2008) e de interações espaciais, presente em Corrêa (1995), no qual admite-se os impactos e reflexos causados no espaço e na gestão do território por meio de cinco práticas espaciais dos agentes modeladores, a considerar os processos de seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região reprodutora, como anteriormente já exposto.

Com a finalidade de entender os processos dinâmicos advindos da instalação destas estruturas produtivas no e para o município, utilizou-se de consulta a fontes documentais disponíveis em mídia digital e impressa, bem como, visitas técnicas e entrevistas semi-estruturadas, que permitiram o entendimento do processo produtivo, a fim de dimensionar o ciclo de produção e a identificação dos agentes envolvidos.

Assim, como parte seminal da metodologia do presente trabalho realizou-se a elaboração de um roteiro de questões objetivado ao levantamento de informações e dados primários a respeito da gestão do território, interações e práticas espaciais (CORRÊA, 1987; 1991; 1992; 1995; 2011; 2016) das empresas aqui consideradas. Este roteiro, em sua totalidade, contou com 37 questões e 1 (um) quadro resumo na qual visava-se traçar o panorama geral de localizações da empresa. Cumpre esclarecer que, para fins desse trabalho, os resultados obtidos e discutidos referem-se as informações coletadas através do mencionado quadro, uma vez que as demais questões não foram respondidas pelas empresas. Concomitantemente, manteve-se o acompanhamento das redes sociais da empresa, tendo em vista que as informações geradas a partir das estratégias e ações de

marketing são de suma importância para a análise de uma das práticas espaciais (antecipação espacial); para além disso, o levantamento de reportagens em canais de mídia digital e impressa sobre a Korin participou do processo de levantamento de dados.

Para a apresentação do projeto de pesquisa e, conseqüentemente, do roteiro de questões, realizou-se uma reunião com o Diretor Industrial e a Gerente de Qualidade e Food Safety da Korin Agropecuária LTDA. Na ocasião delimitou-se o que as empresas poderiam colaborar do ponto de vista da cessão de dados e informações. Ainda, realizou-se duas visitas técnicas nas dependências das empresas, seja no abatedouro, entreposto de ovos, produção de insumos, fazenda experimental e laboratórios de pesquisa.

Diante do retorno das informações cedidas pelas empresas produziu-se o material cartográfico. Para esta etapa, utilizou-se o software de processamento geoespacial ArcGIS 10.4 modo ArcMap. A elaboração das figuras referenciadas espacialmente, também foram elaboradas no destacado software. Em posse dos dados, informações e do material cartográfico, iniciamos a análise e discussão dos resultados.

#### **4.2 O trabalho coletivo do Núcleo de Estudos Agrário (NEA): estruturação e aplicação de formulários semiestruturados como parte da metodologia executada**

Entendido como um importante momento para o desenvolvimento da pesquisa científica aqui relatada, a elaboração, testagem e alimentação de um banco de dados nomeado a pesquisa de levantamento de dados primários no município de Ipeúna-SP, ocupou lugar de destaque no presente trabalho. É válido ressaltar, portanto, que as análises aqui construídas são resultantes e ocorreram concomitantemente a agenda de pesquisas do Núcleo de Estudos Agrário (NEA).

Desse modo, admitindo a localização, escala e o arranjo espacial na qual o município de Ipeúna-SP se encontra, o empenho desta pesquisa em entender a organização, as interações espaciais e as dinâmicas territoriais, perpassou pela organização e aplicação de um formulário semi-estruturado composto por 98 questões. Construído sobre os preceitos do Sistema da Agricultura (DINIZ, 1986), tal formulário buscou identificar com alto grau de detalhamento as dinâmicas estruturantes das propriedades que compõem a organização do espaço agrário de Ipeúna-SP. Deste modo, a composição do questionário compreendeu cinco grandes blocos preocupados em: identificar os proprietários e caracterizar de forma geral as propriedades; a produção agropecuária, área ocupada e rentabilidade; aspectos demográficos e sociais; aspectos políticos e culturais; e o potencial e caráter das atividades não agrícolas.

Desta forma, foram percorridas entre março de 2017 e junho de 2018, 357 propriedades rurais de um total de 374 propriedades identificadas pelo Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo (LUPA, 2008). Do subtotal de 357 propriedades, em 230 unidades foi possível a aplicação do formulário anteriormente apresentado. Tendo em vista o grau de detalhamento preconizado quando da elaboração do referido dispositivo metodológico, a sistematização e o tratamento dos dados retornados, configuraram para esta pesquisa<sup>1</sup> um importante passo para o andamento das análises que seguem sendo realizadas e que integrarão com maior e melhor propriedade a versão final desse relatório.

---

<sup>1</sup> Cumpre esclarecer que este projeto de iniciação científica compõe a agenda de projetos de pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários (NEA/UNESP Rio Claro). Tal agenda congrega trabalhos a nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, todos atentos as dinâmicas do espaço rural do município de Ipeúna-SP, com expressiva variedade temática e teórico-metodológica.

## CAPÍTULO 1

### 5. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL: AS DINÂMICAS DO MUNDO RURAL SOB UM OLHAR AMPLIADO

Mazoyer; Roudart (2010) ao laçarem mão de uma “teoria das transformações históricas e da diferenciação geográfica dos sistemas agrários” defendem a premência de se pensar a agricultura – ou as agriculturas no mundo – na definição das estruturas econômicas e sociais, sobretudo narradas por uma “herança agrária da humanidade”. O que os autores demonstram é a relação intrínseca entre sociedade e agricultura, ao que se refere a organização das dinâmicas socioeconômicas dos diferentes grupos sociais ao longo da história. A organização societária é entendida como expressão do pretérito processo de expansão demográfica (um dos elementos das formas de sociabilidade entre os indivíduos) e a agricultura como base técnica (*a priori*) possibilita os incipientes arranjos sócioespaciais (e demográficos) de conjugação da ação humana sobre o espaço. Desta forma, espaço, sociedade e agricultura se (re)combinam no uso e apropriação da natureza.

A noção do “homem” excluído e inerente as dinâmicas naturais, na perspectiva de revisão da relação ontológica após o Renascimento, é apresentada por Moreira (2006) na sua leitura histórica sobre o homem estatístico.

O homem não só é tirado do plano da natureza, em que até então se encontrara como animal racional, como é jogado num terreno de concepção que o afeiçoa ao mundo da engrenagem da tecnologia e da fábrica, cujo advento se avizinha, e para cujo surgimento toda a revolução científica e cultural que o Renascimento origina serve como um preparo. (MOREIRA, 2006, p. 86)

Essa concepção de exteriorização do homem como parte da natureza participa das formas de organização do espaço. Corrobora-se tal afirmação, a partir do entendimento de que o espaço é, na sua essência, o suporte da ação do homem. Este, na condição de agente da ação, organiza e estrutura diversas paisagens representantes da ação meditada, combinada e contínua<sup>2</sup> dispostas nas relações sociais sobre o meio natural, tal como nos apresenta Dollfus (1975); ademais, a noção – agora possível – da natureza como recurso, valida essa relação precificada do natural em subjugação as instâncias de acumulação e reprodução do capital, culminando numa dada valorização do espaço. Dollfus (1975) nos

---

<sup>2</sup> Ver mais em DOLLFUS, O. O homem e o espaço geográfico. In: \_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico**. 2 ed. Difel : São Paulo, 1975. Pp. 29-41

lembra que “os ‘recursos naturais’ de um espaço determinado só adquirem valor em função de uma sociedade, de uma época e de técnicas de produção determinadas; estão na dependência de uma modalidade de produção e da conjuntura de uma época” (p. 37).

Assim, a relação sociedade-espaço evidencia-se na forma elementar de apropriação dos “produtos” da natureza e a fixação de um grupo social passa a representar as formas de apropriação e de transformação do espaço (MORAES; COSTA, 1984). O adensamento da dimensão temporal nesta relação se expressa na tríade sociedade-espaço-tempo que inscreve nas dinâmicas e processos espaciais, a materialização da territorialidade<sup>3</sup> dos grupos sociais. Desse modo, a territorialidade decorre do trabalho espacialmente e temporalmente agregado, apresentado nos processos de apropriação, uso e ocupação.

O excedente de trabalho de sucessivas gerações, sociedades, e mesmo modos de produção, vão se incorporando cumulativamente ao solo. Começa a constituir aquilo que M. Santos chama de ‘herança espacial’. A generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados. Este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de reprodução da sociedade. (MORAES; COSTA, 1984, p. 137)

Desta forma, a mesma herança espacial a qual os autores se referem nas contribuições de Milton Santos, se encontra na noção de herança agrária da humanidade descrita por Mazoyer; Roudart (2010), tal como mencionamos no início do presente capítulo. Tal correspondência é apresentada sob a inscrição dos aspectos de sociabilidade dos indivíduos através do trabalho, uma vez que este, como nos lembra Santos (1996), é aprendido na relação com o outro. É, portanto, deste ensinamento e apreensão do novo que a ação humana produz o espaço. A herança agrária é, por esse sentido, uma herança espacial pois é fruto da acumulação do trabalho humano no espaço com vistas a reprodução do indivíduo e do grupo. Desta forma, é o trabalho que perpassará a relação homem-natureza (sociedade-espaço) denotando a incorporação da “ação do homem, [e] dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico” (SANTOS, 1996, pp. 88-89).

Recuperamos, mesmo que brevemente, essa relação sociedade-espaço no constructo de uma herança espacial – através do trabalho, portanto, da ação humana –,

---

<sup>3</sup> Ver mais em RAFFESTIN, C. O que é o território?. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática: São Paulo, 1993. Pp. 143-217

para balizarmos alguns aspectos de valorização do espaço por meio da avaliação do distanciamento entre homem-natureza que viabiliza processos de apropriação, fixação e acumulação, engendrando formas de transformação do espaço através do avanço das bases técnicas e de um dado modelo de desenvolvimento (conjuntura e modalidade de produção), para então adentrarmos na discussão sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade da paisagem rural.

O caminho inicialmente escolhido decorre do fato de entendermos como base para o exame das dinâmicas multifuncionais da agricultura e da paisagem rural, os processos de modernização (mudanças na base técnica de produção) e industrialização (transformação da agricultura em um ramo de produção semelhante à indústria) da agricultura, inscritos num quadro histórico de (re)definição de um modelo produtivo e de uso e apropriação da natureza. Ademais, os aspectos de (re)estruturação e (re)definição dos processos e dinâmicas do mundo rural apresenta-se pelo transbordamento das dinâmicas urbano-industriais, do progresso técnico e pela subordinação da agricultura à indústria<sup>4</sup>. Kageyama et al. (1987) sintetiza a relação entre técnica, modernização, industrialização e relações de trabalho/natureza.

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (KAGEYAMA et al; 1987, p. 1)

Os problemas advindos da falácia desenvolvimentista da Revolução Verde, a qual se assiste entre as décadas de 1950 e 1960 e se consolida na década de 1970, reserva-se aos aspectos de uma modernização seletiva e conservadora, resultando em dinâmicas paupérrimas de aprofundamento das desigualdades socioeconômica (com claras expressões espaciais). A exaustão dos aspectos naturais e a crença na insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente anima organizações sociais requerentes de uma nova forma de uso e apropriação dos recursos naturais, sobretudo aquelas inscritas em um modelo de desenvolvimento sustentável. Silva (1999) intencionado em apresentar algumas perspectivas de uma pretensa agricultura alternativa, inscreve na discussão, importantes aspectos no qual registra a participação desses movimentos sociais, não no nível da “produção da produção”, mas da “produção de consciência”; assim conclui

---

<sup>4</sup> Trataremos com maior profundidade a respeito desse processo histórico, no capítulo “As múltiplas funções da agricultura no exame da gestão do território”.

Nesse particular [relação produção da produção/produção de consciência], estou inteiramente de acordo com Carvalho (1982, p. 30), reconhecendo que os “espaços criados pelos movimentos em favor de tecnologias apropriadas significam [...] um esforço progressista, mesmo que por vezes paliativo”. Há um acordo quase geral de que o valor dos movimentos por uma “agricultura alternativa” está em criar uma consciência social nova sobre a produção no seu sentido mais amplo. (SILVA, 1999, p. 55)

Dois pontos merecem destaque na conclusão do autor: a consciência social na criação de novos espaços e a ampliação do sentido da produção. Ambos os aspectos, ao nosso ver, pressupõe formas de reconexão entre homem e natureza<sup>5</sup>, na senda do elogio às práticas de conservação e proteção do espaço de vivências sociais, ambientais, culturais e econômicas, balizado por modelos racionais de uso e conservação do patrimônio material e imaterial. Ademais, os pontos destacados obedecem a uma ordem de orientação da ação humana sobre o espaço e, desta forma, os aspectos de consciência social nos remete a formas de sociabilidade na construção de narrativas empenhadas e expostas na/a criação de espaços de trocas de experiências (espaço abstrato) e espaço de produção (espaço concreto). A constituição dessas novas formas de uso e ocupação do solo são gestadas, sobretudo, por essa recém construída consciência social. Ao exposto, torna-se patente o destaque de que os aspectos dessa consciência ocorrem na interação entre os indivíduos diante do conhecimento e compartilhamento de suas experiências, carências, possibilidades e necessidades, bem como em reconhecimento de que a herança agrária da humanidade<sup>6</sup> se espacializa de forma funcional a reprodução de desigualdades sociais.

Ademais, essa discussão se aproxima dos aspectos de representação social dos sujeitos em relação a determinados espaços que, de certa forma, influenciarão no segundo ponto destacado: a ampliação do sentido da produção. Carneiro (2002) nos lembra que “a elaboração de uma outra vertente de representações sociais sobre o rural, não mais sustentadas na sua desqualificação como atrasado, mas apoiadas na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços ‘rurais’” (p. 226) culminará, ao que se testemunha, na ampliação do sentido e das funções do rural historicamente entendido como espaço de produção de alimentos. A ampliação do olhar, para além do enfoque

---

<sup>5</sup> Guiomar et al. (2008), ao recuperar teoricamente algumas linhas de entendimento da multifuncionalidade da paisagem rural, trata desta reconexão por meio da interação dos sistemas biofísicos e humanos.

<sup>6</sup> Ainda que entendemos que o sentido atribuído por Mazoyer; Roudart (2010) à noção de herança agrária da humanidade seja aquele referente ao acúmulo histórico do trabalho agrícola na reprodução das necessidades dos grupos sociais, o tratamos neste momento, denotando ao “agrário”, as relações – também históricas – de expropriação, espoliação e concentração fundiária na conformação das desiguais relações de poder que decorrem as desigualdades sociais verificadas no campo, sobretudo, no campo brasileiro.

setorial da agricultura – ainda que gestado sobre os aspectos de subordinação desta em relação à indústria – permite-nos abordar, de forma quase que holística, as dinâmicas, processos e relações envolvidas na prática agrícola cotidiana. Essas dinâmicas não são expressas somente pela produção de bens materiais, mas, diante dessa “nova” leitura sobre o rural, apresenta-se na e a produção de imaterialidades que se conservam e se reservam no cotidiano rural.

Desta forma, o exame dos aspectos multifuncionais, ora em referência a agricultura, ora em referência a paisagem rural – essa última verificada na vertente portuguesa de ordenamento e planejamento territorial – se encontram em quatro troncos teóricos, tal como descritos por Sabourim (2005): a) aquele que entende a multifuncionalidade do ponto de vista da influência das externalidades (políticas públicas, inovação tecnológica, educação, modos de vida tipicamente urbanos, entre outros), participantes da revisão de novas práticas rurais; b) aquele que centraliza a diversificação como elemento de ruptura a especialização do padrão monofuncional da agricultura, desvelando os múltiplos usos do espaço rural; c) aquele em que participa da promoção de valores alternativos, incluindo a conservação do modo de vida rural, modelos de desenvolvimento sustentável e a proteção da paisagem rural e; d) aquele que faz referência a funções cumpridas pela agricultura e suportada pela paisagem rural, baseadas no entendimento das múltiplas prestações mercantis e não mercantis.

A sistematização realizada pelo autor apresenta, mesmo diante da tipificação das correntes teóricas a respeito da multifuncionalidade, uma referência a relação de contraposição e complementariedade de uma “economia de intercâmbio” – edificada sobre a oferta e demanda – face a uma “economia de reciprocidade e identidade” – afeita a ideia de coletivo e de comunidade social. Ainda, Sabourim (2005) registra que ambas co-existem e mantêm-se em relação dialética no movimento de (re)organização e (re)estruturação das atividades não mercantis no campo, participando da definição e defesa das políticas públicas de multifuncionalidade afeitas a não priorizar uma em detrimento da outra<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Essa relação é demonstrada quando o autor diz que “[...] não se trata apenas de opor um mercado de *commodities* a uma produção de bens identitários associados a funções não mercantis (Barthélemy e Nieddu, 2003). Na realidade, esses dois pólos correspondem: i) de um lado, a uma integração econômica dada pelo mercado de intercâmbio capitalista; ii) e, de outro, a uma integração econômica produzida por valores e relações de identidade cultural, territorial, social, inclusive econômica: relações de reciprocidade e de redistribuição.” (SABOURIM, 2005, p. 169)

A economia de reciprocidade destacada por Sabourim quando do resgate das contribuições de Karl Polanyi, inscreve nas discussões sobre multifuncionalidade da agricultura a natureza não monetária das relações participantes das estratégias de reprodução socioeconômicas e culturais das diferentes estruturas sociais e rurais. Desta forma, a agricultura passa a ser percebida, tal como nos apresenta Carneiro (2002), na senda dos desafios a serem enfrentados em face do contexto de interações contínuas a valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas. Essas interações, no entendimento das relações de complementariedade, participam da elaboração das redes de sociabilidade inscritas no engendramento de trocas solidárias e recíprocas na edificação de novas formas de organização do espaço. É, nesse sentido, que a noção de multifuncionalidade da agricultura se integra a categoria território, uma vez que a interação entre os sujeitos da ação – no seu espaço de vivência – é expressa de maneira localizada nas dinâmicas de reprodução socioeconômicas do indivíduo e do coletivo, contribuindo, assim, para os processos de desenvolvimento local/territorial (CARNEIRO, 2002; BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

Sob as bases da diversificação, interação, integração e revisão das funções tradicionalmente atribuídas ao rural, a literatura nos apresenta e nos permite entender a multifuncionalidade da agricultura, como as funções advindas da polarização dos aspectos diversos da agricultura, não necessariamente mercantis ou produtivas, mas “lastreadas” pela produção agropecuária, sendo essas funcionais a estruturação de benefícios particulares e/ou públicos baseados nas potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas. Evidente que, tal como descrito por Guiomar et al. (2008), na operacionalização da multifuncionalidade, o sucesso desta só se torna possível a partir de uma dada capacidade tecnológica, assente na vontade social e suportada nas interações entre os diferentes atores sociais no reconhecimento das amenidades rurais. Deste modo, a multifuncionalidade da agricultura, em sua essência, destaca as representações sociais dos sujeitos, a interação entre eles, as necessidades e possibilidades destes na orientação do trabalho agrícola e não agrícola, bem como, as influências das externalidades e amenidades rurais nos processos de reestruturação das dinâmicas do mundo rural.

É, portanto, nessa perspectiva, que os aspectos do “novo” rural (SILVA, 1997) ou das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000) descrevem as dinâmicas participantes da estruturação da noção de multifuncionalidade da agricultura, sobretudo pela leitura do transbordamento das dinâmicas do mundo urbano industrial sobre o mundo rural (KAGEYAMA, 1987; SILVA, 1981; 1993; 1997; 1999; SILVA et al., 2002;

CARNEIRO, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003; VEIGA, 1998; 2002). A discussão empregada por esses autores passa a denotar um conceito inseparável à noção de multifuncionalidade: o de pluriatividade. Tal descrição se apresenta como elemento participante das dinâmicas multifuncionais da agricultura, uma vez que os processos destacados participam da reorganização do tempo de trabalho do agricultor. Ademais, essa nova realidade das estruturas rurais possibilita a liberação do trabalhador rural a outras atividades econômicas e sociais que participam da estruturação da renda individual e familiar. Candiotto (2009) lembra que

A partir do início da década de 1990, cresce o fenômeno da *pluriatividade* no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades para-agrícolas que agregam valor aos produtos *in natura* e processados. Esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural. (CADIOTTO, 2009, p. 3)

Pluriatividade e multifuncionalidade, desta forma, apresentam-se intrinsecamente relacionados na descrição de dois elementos de salutar importância para o entendimento dessas novas dinâmicas rurais: a perspectiva de desenvolvimento sustentável<sup>8</sup>, somada a mercantilização das relações de produção e relações de trabalho agrícola – na perspectiva de novas formas de acumulação do capital, sobretudo no regime de acumulação flexível – que passam a recriar as atividades agrícolas “a partir de demandas diferenciadas de nichos ou de uma diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades” (SILVA et al, 2002, p. 40). Cumpre esclarecer que o caráter pluriativo do agricultor apresenta-se nas dinâmicas cotidianas e familiares; o que justifica dada atenção são os processos de valorização e mercantilização dessas atividades para-agrícolas na reafirmação do papel do agricultor no conjunto da sociedade, inscritas na redistribuição das potencialidades rurais expressas nos “aspectos da segurança alimentar, conservação da paisagem, ecossistemas, agrossistemas, e a reprodução social das famílias rurais” (CANDIOTTO, 2009, p. 3). Em relação a multifuncionalidade, à mercantilização soma-

---

<sup>8</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) apresenta-se como marco na orientação das discussões sobre desenvolvimento agrícola sustentável, bem como na orientação a políticas públicas que reconhecessem os aspectos multifuncionais da agricultura. Ver mais em: CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais...** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 1-16

se a institucionalização de tal noção, expressas por políticas públicas, conforme registra o mesmo autor.

Ao exposto, a noção de multifuncionalidade é institucionalizada no contexto europeu, conservando os aspectos funcionais descritos na estruturação da agricultura em tal cenário – tratando-se mais especificamente do contexto francês. No Brasil, tal perspectiva ganha vulto com os estudos de Carneiro; Maluf (2003), o qual, em uma ampla análise das diferentes formas de organização, gestão e estruturação da agricultura no território brasileiro, indicam quatro dimensões da multifuncionalidade, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias, a partir da composição e das fontes geradoras de renda; as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o auto consumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sociocultural, em referência as condições de vida e de reprodução das culturas locais; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, no tocante do uso e preservação dos recursos. Tal como discutiremos no capítulo sobre as múltiplas funções da agricultura no exame da gestão do território, a valorização das características locais é encontrada em todas as dimensões e constituem a base para pensarmos as dinâmicas e processos multifuncionais no exame da propriedade rural como unidade de análise da multifuncionalidade da agricultura.

Por conseguinte, Fernandes; Oliveira (2019) em um estudo de caso sobre a multifuncionalidade da paisagem rural do município de Ipeúna nos apresenta que a noção de multifuncionalidade da agricultura se difere ao de paisagem rural; os autores assumem a perspectiva de que a última apresenta um caráter integrador dos elementos que constituem o espaço geográfico ao longo do tempo, os quais se transformam e se recombinaem na estruturação e engendramento das dimensões multifuncionais. Assim, a unidade de análise é a paisagem rural e não a propriedade rural como descrito anteriormente.

Guiomar et al (2008) ao apresentar modelos de análise espaciais a partir do uso da noção de multifuncionalidade da paisagem rural, registra que a mesma parte da conjunção dos aspectos biofísicos e humanos na estruturação das funções suportadas pela própria paisagem rural, a saber: a) bioecológica (concentrando os processos físicos, químicos e biológicos na definição da heterogeneidade espacial); b) socioeconômica (reunindo os benefícios econômicos); c) sócio ecológicos e cultural (adensando as possibilidades estruturadas pelos benefícios ecossistêmicos e as necessidades da comunidade local).

Ainda nessa perspectiva, o arranjo espacial das várias dimensões da paisagem, permite assumir a heterogeneidade na realidade a ser compreendida e gestada a partir do entendimento da multifuncionalidade. Assim, a combinação espacial de distintas unidades espaciais com diferentes funções ou a integração de diferentes funções numa mesma unidade espacial, possibilita que se compreenda três tipos de multifuncionalidade (BLUST; VAN OLMEN, 2002; BRANDT; VEJRE, 2004 Apud GUIOMAR et al, 2008), a destacar

A multifuncionalidade como uma combinação espacial de unidades territoriais separadas com diferente mono(funções); a multifuncionalidade como a presença de diferentes funções numa mesma unidade territorial, mas separadas no tempo; a multifuncionalidade como a integração de diferentes funcionalidades na mesma unidade de território e no mesmo espaço temporal. (GUIOMAR et al, 2008, p. 6)

Tal entendimento nos remete a noção de convergência e divergência na constituição de diferentes espaço-temporalidades que sustentam as funções de dada unidade territorial, descritas e integradas na leitura da paisagem rural. Desta forma, o valor de dada paisagem corresponde as comodidades e amenidades sustentadas pelo espaço rural, assumindo valor de mercado (comodidades, a citar produção florestal, produção agrícola, entre outras) ou valores não mercantis (amenidades descritas por bens e serviços, tais como lazer, conservação da natureza e preservação do patrimônio cultural) (PINTO-CORRÊA et al, 2007).

As novas ruralidades ou o “novo” rural lidos sob a perspectiva da multifuncionalidade da paisagem rural se apresentam sob a ótica da combinação das dinâmicas e processos de produção de comodidades na difusão das amenidades rurais, como elemento de revisão das funções do rural. Pinto-Corrêa (2007) nos lembra que as relações mutualísticas ou conflitantes entre as funções de determinada paisagem concorrem na estruturação das diferentes funções ao longo do tempo; desse modo, a autora conclui que

Utilizar o conceito de multifuncionalidade é hoje relevante porque a procura social de funções diversas suportadas pela paisagem rural tem vindo constantemente a crescer. A utilização da multifuncionalidade de uma forma analítica significa avaliar que funções são suportadas por uma determinada paisagem, num determinado tempo, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito (Cairol, 2005; OECD, 2001). A noção de “jointness” refere-se à forma como a produção de comodidades determina a provisão de amenidade, e também, por outro lado, como é que as medidas que tem como objectivo o desenvolvimento

das funções não produtivas podem ter implicações no fornecimento das funções produtivas. (PINTO-CORRÊA, 2007, p. 3)

Em suma, os encaminhamentos propostos pela noção de multifuncionalidade da paisagem rural direcionam-se ao entendimento das formas como as diferentes funções suportadas pela paisagem rural se recombinaem na sua espaço-temporalidade e podem participar e descrever os padrões de uso e ocupação do solo, bem como a gestão do território. Tal afirmativa encontra-se na senda da complexidade estrutural das dinâmicas do mundo rural exposta as procuras sociais e inscrita em necessidades e possibilidades ao espaço rural, anteriormente não compreendidas ou definidas.

Por assim compreender é que tanto a noção da multifuncionalidade da agricultura – colocando as funções exercidas pela propriedade rural na orbita da agricultura – e a multifuncionalidade da paisagem rural – descrevendo as funções suportadas pela paisagem rural na combinação espacial do elementos biofísicos e humanos – aportam-se com importantes elementos de estruturação a tomada de decisões, uma vez que correspondem às multideterminações e multifunções, combinadas em um dado arranjo espacial e apresentam as possibilidades do espaço para novas atividades (MAIA; FERREIRA, 2011). Ademais, os autores nos lembram que essas possibilidades destacadas pela noção de multifuncionalidade inserem-se nas dinâmicas de desenvolvimento local, aproveitando-se do capital físico, social e cultural do espaço rural.

Ao exposto, tais conceitos balizam a construção do presente trabalho e concorrem com os conceitos de práticas, processo e interações espaciais, para o entendimento da gestão do território. Assim, o exercício que se emprega nas linhas posteriores desta composição busca demonstrar e responder quais as funções suportadas pela agricultura e pela paisagem rural no município de Ipeúna-SP, perquirindo a partir do entendimento das combinações espaciais de outras unidades territoriais – com funções distintas – na cadeia produtiva da Korin Agroindústria, assim como, as restrições e possibilidades encontradas na atual organização do espaço agrário do município aqui considerado. Contudo, no capítulo que se segue, prosseguimos com o esforço teórico conceitual de demonstrarmos como as múltiplas funções da agricultura se enquadram no exame da gestão do território.

## CAPÍTULO 2

### 6. A REVISÃO DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA NO EXAME DA GESTÃO DO TERRITÓRIO

A avidez de avaliar as dinâmicas do mundo rural sob outra perspectiva que irrompa com o arquétipo setorial da agricultura nos direciona a um constructo teórico afeito ao entendimento das dinâmicas e processos territoriais inscritos por agentes e sujeitos a partir dos diferentes usos do espaço. O exame aqui empregado se ocupa em traçar teoricamente como as múltiplas funções da agricultura se apresentam ao entendimento da gestão do território a partir do paradigma territorial, sobretudo alicerçado em um quadro referencial descrito pós modernização da agricultura na década de 70. A revisão das bases teóricas sucinta o entendimento do campo para além das funções tradicionalmente atribuídas a esta porção do espaço que historicamente é definido pela prática agrícola.

Desse modo, o espaço agrário passa a se organizar sobre distintas atividades incorporando novos agentes e novas dinâmicas, ao passo que intensifica antigas estruturas modeladas na contemporaneidade pela hegemonia do agronegócio; assim, ao que se refere as assimetrias do espaço – sobretudo aquelas narradas pela discussão a respeito da diferenciação socioespacial – a estrutura agrária brasileira se apresenta historicamente assentada na organização latifundiária, funcional à produção de *commodities*, enquanto que a pequena propriedade de organização familiar se faz utilitária à produção de alimentos.

O que decorre do acima exposto são espaços altamente tecnificados e especializados que se ascendem na divisão territorial do trabalho, por meio de polígonos produtivos de destacada homogeneidade cultivar e que, em certa medida, traduzem a inércia de um se “acostumar” brasileiro calcado na desigualdade. Os apagamentos sociais, culturais e ambientais denotam o alargamento das distâncias no espaço social e demonstram a necessidade de se pensar formas alternativas de uso e gestão do território - tendo em vista que a dimensão social do espaço empresta sentido ao espaço geográfico ao refletir as intenções e necessidades de adaptá-lo conforme o avanço e domínio da técnica. Nesse sentido, Castro (2015) nos lembra que este “modelo de desenvolvimento” se apresenta em uma herança de condições originalmente mercantis-coloniais, que se recombinam e se mesclam a novas conjunturas.

Na reinvenção do velho, o uso da terra e seus recursos sob uma lógica fortemente capitalista (guardadas as devidas diferenças de tempo e espaço históricos) trazem consigo a essência do modelo mercantil-

colonial que, de forma excludente e concentradora, está focada nas regras de como e o que produzir para exportar, compondo o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país. (CASTRO, 2015, pp. 94-95)

O elogio desenvolvimentista pós segunda guerra mundial reflete a opção do Estado brasileiro – investido sob uma tendência mundial e embebecido pelo mito do desenvolvimento –, a partir da década de 1930, de se orientar a um padrão urbano industrial. Desta forma, intencionou-se, ao menos por parte do Estado, a (re)inserção e concorrência do país no cenário e mercado mundial após a crise cafeeira de 1929. Assim, a industrialização tardia reorientou as bases de organização e gestão do território de uma sociedade tradicionalmente rural e agrária, construída e herdeira das duras bases do colonialismo, da escravidão e das *plantations*.

Em um cenário de coexistências entre o “moderno” e o “arcaico”, a “subordinação econômica, a injustiça social, a inércia política e o desestímulo cultural” fomentam as intenções e ações modernizantes (CASTRO, 2017). O que se apresenta neste contexto, é o reforço a subordinação da agricultura à indústria e, ainda da pequena produção as novas dinâmicas de mercado que terminam por ceifar a autonomia produtiva e setorial; as resultantes desta reunificação será refletida nos processos narrados como *modernização conservadora*.

A dependência que se apresentava (e se apresenta) nas relações externas do país, aconselha a condição de subalternidade da agricultura em relação à indústria via complexo agroindustrial, ainda na década de 60. As dinâmicas que até então preenchem o complexo rural em sua face atomizada de organização da unidade de produção dá lugar ao favorecimento dos critérios de produtividade, tecnologia e eficiência (Ibidem, 2017) na reorientação das dinâmicas de consumo intermediário da produção.

Por conseguinte, ao que se refere as dinâmicas conferidas à nova forma de organização de dado complexo econômico, o discurso do progresso técnico assume viço na elaboração dos argumentos sobre a produção agrícola e demarca uma contraditória relação entre produção e acesso. Denota-se, portanto, que esse par demonstra o gargalho do progresso técnico quando se desloca o seu entendimento às relações sociais de produção<sup>9</sup>; deste modo, não haveria (e não há) razões técnicas para a fome e sim,

---

<sup>9</sup> Sobre as estruturas sociais rurais em um contexto de reorganização das bases tecnológicas e energéticas, sobretudo aquelas pensadas no progresso técnico, consultar GOODMAN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. Estruturas sociais rurais. In: \_\_\_\_\_. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008. Pp. 127-162

desigualdade na aquisição de alimentos. Ademais, produção e acesso demonstram e reforçam os aspectos de subordinação da terra e da natureza às facetas do desenvolvimento do próprio capital na agricultura, tal como nos apresenta Silva (1981). Em análise das especificidades do avanço da técnica nas dinâmicas da agricultura, sobretudo realizando uma leitura assente nas bases da economia marxista, o autor nos questiona e conclui

ora, o que significa intensificar a produção agrícola senão colocar as forças da Natureza a serviço do capital? Significa que se opera uma transformação essencial: a terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos, pela água da chuva, enfim pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. O comando passa progressivamente ao capital, através do uso dos meios de produção, como as máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem. Em outras palavras, a produtividade do trabalho é aumentada “artificialmente”, ou seja, ela não depende mais apenas das condições naturais em que se realiza a produção agrícola. O próprio capital cria essas condições, controla e desperta as forças da Natureza, tornando a produção agrícola mais intensiva sob seu domínio. (SILVA, 1981, p. 24)

As novas condições mercantis criadas pela dinâmica capitalista de produção, apresentam a reorientação e reorganização da produtividade social do trabalho, no tocante da revisão das dinâmicas superficiais (espaço) e de profundidade (tempo)<sup>10</sup> da atividade agrícola. Sob esta perspectiva, o tempo de produção e o tempo de trabalho se inserem nas relações sociais de decomposição das atividades agrícolas, no que se refere ao tempo de trabalho útil e trabalho ocioso do agricultor na descrição da centralidade da atividade agrícola participante da estruturação da renda do trabalhador rural<sup>11</sup>. A novidade das/nas relações no campo com o incremento da técnica no que concerne ao aumento da produtividade, não nos parece algo notoriamente novo, quando consideramos o que Mazoyer; Roudart (2010) nos apresenta em sua abordagem histórica sobre as causas e consequências da revolução agrícola ao longo dos séculos XI, XII e XIII.

### **6.1 O corte setorial e o processo de reunificação entre agricultura e indústria: aspectos relativos à reorganização das dinâmicas do mundo rural**

O resgate proposto pelos autores registra o papel da técnica na reorganização das dinâmicas econômicas, sociais, culturais, políticas e até mesmo ambientais. Assim, o

---

<sup>10</sup> Aqui nos valem dos termos utilizados por Silva (1981) na discussão sobre o progresso técnico e também encontrados em Corrêa (1991) na discussão sobre a organização espacial das corporações possíveis a partir do avanço das tecnologias de transporte e comunicação.

<sup>11</sup> Esta discussão é recuperada e acalorada nos estudos sobre pluriatividade.

aumento da produção a partir da revolução agrícola, para além de possibilitar o acréscimo da produtividade, fomenta novos tipos de relações no campo, apresentando atores adjetivados de condições que anteriormente não se definia e não se encontrava em tal porção do espaço. Nessa perspectiva, o avanço da técnica – mesmo que rudimentar aos olhos contemporâneos – apresenta o que os atores já apontam como relações incipientes de assalariamento por meio da presença, agora possível, de agricultores equipados e subequipados.

Equiparado a tal raciocínio, o crescimento da produtividade passa a informar o desenvolvimento da população atribuído a melhora da alimentação e ao aumento de excedentes por meio da cobrança de impostos. Esses excedentes passam a ser investidos em atividades não agrícolas de cunho artesanal, industrial, militar, intelectual e artística; não esquecendo a mão de via dupla, os autores complementam: “em contrapartida, a indústria e o artesanato forneciam à agricultura novos meios de produção mais eficientes [...]” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 332). Evidentemente, ao passo que as transformações provocadas pelo avanço da técnica expressaram ligeiras melhorias no bem-estar social, a mesma pode ser entendida e descrita como o rudimento do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, uma vez que participa do processo de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Descrevendo as funções exercidas pela agricultura em relação a incipiente indústria de outrora, as dinâmicas seculares desse vínculo se intensificam na Revolução Industrial consolidando o corte dicotômico entre agricultura e indústria<sup>12</sup>. Assim, a circunscrição dessas dinâmicas e processos nos parece anunciar a contradição dos arranjos que se verificaram após os anos de 1960 em uma proposta de leitura dos fluxos de troca entre o agregado setorial na fase da agricultura industrializada, expresso pela constituição do complexo agroindustrial. Se o corte setorial foi outrora necessário para o progresso da indústria, a reunificação ocorre “quando o próprio campo se converte numa fábrica. Quando isso ocorre, a agricultura, entendida como um “ser autônomo” desaparece [...]” (SILVA, 1981, p. 43).

---

<sup>12</sup> No subcapítulo “A separação cidade-campo e a industrialização da agricultura”, José Graziano da Silva traça uma perspectiva histórica da transição do trabalho artesanal, à manufatura e, posteriormente à manufatura. Segundo o autor, é a incompatibilidade entre tempo de trabalho e tempo de produção, que inscreve a lentidão da capitalização da agricultura, acentuando o corte dicotômico entre campo e cidade, e setorial entre agricultura e indústria, conduzindo ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Nessa perspectiva, traça-se o desenvolvimento dessa antítese em mútua oposição, tal como apresenta Marx. Ver mais em: SILVA, J. G da. **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1981. 210p.

Assim, acompanhando a revisão das dinâmicas pelas contribuições de Silva, em 1993, o autor nos demonstra que os contornos do corte setorial entre agricultura e indústria, não compactuam com a realidade agrícola e, então, delimita que

O corte setorial agricultura/indústria perde sua força analítica: não se pode mais falar num único determinante, nem numa única dinâmica, nem num único “setor agropecuário”. A agricultura brasileira já é hoje – e será ainda mais até o final do século – uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. (SILVA, 1993, p. 3)

O progresso técnico aviltado pela modernização da agricultura revestida pelo pacote tecnológico da Revolução Verde<sup>13</sup> denota as funcionalidades da agricultura nos moldes do projeto de desenvolvimento industrial do país, descrito pela dependência na importação de maquinários e insumos. A consolidação de um “padrão agrário moderno”, ocorre ainda na industrialização da agricultura, sobretudo na década de 70, quando da internalização da produção dos bens de capital e insumos básicos para a agricultura<sup>14</sup> (FAJARDO, 2008). O mesmo autor ainda demonstra a relação dos processos de modernização e industrialização da agricultura, na constituição do complexo agroindustrial

A modernização agropecuária significou um suporte para a constituição dos chamados “complexos agroindustriais”. Ao lado de outro processo, a industrialização da agricultura, que caracterizaria o momento em que a modernização agrícola se torna irreversível, pois como um ramo de produção na divisão do trabalho, a agricultura converte-se em compradora de insumos industriais do D1 e produtora de matérias-primas para outros ramos industriais – a agricultura processadora a jusante. (Ibidem, 2008, p. 33)

Desta forma, assumir a noção de complexo agroindustrial revela a necessidade de ampliar o conceito de agricultura, tendo em vista o preenchimento desta por processos que a atribui demasiada complexidade (SILVA, 1993; 1998). Daqui surge a premência de se avaliar as dinâmicas da agricultura para além da sua definição única e exclusivamente setorial. Nesse sentido, em um esforço conceitual de traçar as similitudes entre complexo agroindustrial e *agribusiness*, Silva (1998) já anuncia o caráter residual que a atividade agrícola assume, ainda em 1955, quando da proposição de J. H. Davis de

---

<sup>13</sup> Navarro (2001) preocupado em discutir o desenvolvimento rural brasileiro sob uma perspectiva de análise do passado em avaliação do futuro, descreve a Revolução Verde como uma materialização de fato de “um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado.” (p. 84)

<sup>14</sup> Graziano da Silva denomina esta fase de D1 (departamento produtor de bens de capital).

definir a inter-relação setorial da agricultura, indústria e serviços, na cunhagem do termo *agribusiness*. A exteriorização das atividades anteriormente circunscritas as porteiras da fazenda, demonstram a reorientação do consumo intermediário, como já exposto em linhas anteriores, por meio da permissão da entrada das inovações biológicas, químicas e tecnológicas rompendo com a última barreira para o capital: o avanço da técnica, possibilita o avanço da fronteira agrícola na descrição da terra como meio de produção e reserva de valor<sup>15</sup>; assim a condição absoluta da terra é suplantada pela natureza relacional (localização e diferenciação qualitativa) dos fluxos de produção<sup>16</sup>.

Ao exposto, na reunificação entre agricultura e indústria – na senda das inovações biológicas, químicas e tecnológicas –, a natureza residual que a primeira assume é confirmada nas contribuições de Castro (1977) – assente em um memória kautskyana do processo de industrialização da agricultura – ao descrever as funções atribuídas a primeira no desenvolvimento econômico pertencente ao contexto do “industrialismo”. Desse modo, o autor acena o cumprimento destas funções no tocante da: a) geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas; b) liberação de mão de obra; c) criação de mercado e; d) transferências de capitais (Ibidem, p. 95).

Essa natureza “passiva” da agricultura, é revisitada em linhas posteriores pelo autor, onde este argumentará que a agricultura assumirá um papel ativo no processo de industrialização a partir do entendimento de que esta, historicamente, define as estruturas econômicas de determinado território; estruturas estas que marcarão, *a posteriori*, as dinâmicas industriais empregando as pretéritas formações sociais<sup>17</sup>. Nesse sentido, a indústria anteriormente dissolvida no seio da prática campesina<sup>18</sup> é exteriorizada por meio da industrialização marcada pela especialização do trabalho, o qual inscreve, deste modo,

---

<sup>15</sup> Poderíamos indicar essa descrição do uso da terra como uma das bases para a revisão das funções atribuídas ao espaço rural, ensejando a face recreativa de inúmeras propriedades privadas.

<sup>16</sup> Se pensarmos a estrutura agrária brasileira assente na colonização de exploração, a Lei de Terras de 1850, ratifica a propriedade privada deste recurso natural não renovável; nesse sentido, esta inscreve o monopólio da terra criando relações sociais de produção por meio da venda da força de trabalho. Assim, até o momento, aumentar a produtividade significava aumentar a quantidade de terras. Havendo a indisponibilidade de terras, o progresso técnico se apresenta na criação de “novas terras” para além da fronteira agricultável. Para uma excelente explanação sobre a relação propriedade privada, autonomia e subordinação a partir da lei de terras, consultar “A industrialização da agricultura paulista” (SILVA, 1981).

<sup>17</sup> Veiga (2002) nos diz que “são anacrônicas as instituições que até hoje regulam os poderes locais, bem como os escalões que fazem a intermediação com os Estados centrais. Os critérios políticos-administrativos que mais influenciaram a formação de vários tipos de divisão territorial existentes não resultaram das reais necessidades de crescimento econômico moderno e muito menos daquilo que hoje tende a ser considerado um processo de desenvolvimento sustentável. [movimento de] adaptação às novas necessidades do desenvolvimento dessas hierarquias territoriais herdadas de um período em que as atividades primárias ainda dominavam o sistema econômico. Em outras palavras, são raros os países que não sentem hoje a necessidade de modernizar seus esquemas de enquadramento territorial da ação pública” (p. 37).

<sup>18</sup> Nos moldes como apresentamos nas contribuições de Mazoyer; Roudart (2010).

uma das incipientes formas de divisão social e territorial do trabalho (cidade-campo). Ademais, esta diferenciação galgará complexidade no plano internacional da divisão do trabalho com a criação dos grandes “celeiros mundiais” decorrente das dinâmicas do comércio externo.

Ao exposto, para além da leitura calçada nos preceitos econômicos da avaliação dos aspectos e processos de subordinação intersetorial da agricultura em relação a indústria, o anúncio do caráter residual e os apagamentos do “primeiro setor” em relação ao “segundo”, se aprofunda na visão de Ferrão (2000) a partir do século XVIII com a Revolução Industrial. O autor descreve que, adveniente desse corte e condição de subalternidade, verifica-se uma “perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural” com a expansão de um modelo de sociedade urbano industrial (FERRÃO, 2000, p. 46). A leitura que o geógrafo português apresenta, com vista a superar a dicotomia cidade-campo, engendra a análise da relação complementar dos espaços por sua natureza assimétrica; assim, é demonstrada a ocorrência de espaços rurais centrais e periféricos, nos quais os primeiros mais se aproximam das dinâmicas socioeconômicas dos espaços urbanos (Ibidem, 2000). Desse modo, o autor expõe, a partir de suas avaliações, as circunstâncias espaciais e sociais que orbitam a agricultura, na atribuição de uma função para a mesma: produzir alimentos.

Este anúncio da disjunção entre o rural e o agrícola, em um contexto de acentuamento da urbanidade, é descrito por Baptista (2011) no exame dos contornos do rural sob a máxima de que “o rural não é mais agrícola, mas ainda não é outra coisa” (p. 52). Assim ele contribui argumentando que “os rendimentos dos residentes vêm agora, sobretudo, de pensões de reforma e dos serviços, mesmo a indústria já tem maior peso do que a agricultura.” (BAPTISTA, 2011, p. 52). Este declínio do peso agrário, lembrado pelo autor nas contribuições de José Graziano da Silva, nos apresenta a revisão das funções tipicamente atribuídas ao rural e incorrem novamente na avaliação econômica das práticas agrícolas. Ao que se refere a este esforço teórico analítico, verificamos a tenuidade em dissociar as esferas econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e espaciais das dinâmicas do mundo rural. Por assim entendermos, as aproximações teóricas que se apresentam a partir deste momento, buscam dar ênfase ao paradigma territorial descrevendo a revisão das funções atribuídas a agricultura.

Como anunciamos diante das contribuições de Ferrão (2010), a abordagem socioespacial que o autor empreende perpassa por uma avaliação histórica dos processos que influenciaram um novo olhar sobre a agricultura e o rural, entendendo este segundo

como *locus* ideal da primeira. Evidente que as novas dinâmicas de revisão dos valores sociais e econômicos, inscrevem práticas agrícolas que rompem com a tradicional vinculação entre agricultura e campo: haja vistas as dinâmicas de agricultura urbana e periurbana. Ainda que o autor descreva o que ele chama de tetralogia<sup>19</sup> dos aspectos de organização do mundo rural<sup>20</sup>, a redefinição e reorganização dos seus processos, formas e significados não fogem da compreensão dos aspectos históricos indicados, a saber: revolução industrial (ensejando o corte setorial como discutido anteriormente), a industrialização da agricultura (defendida como a subordinação do trabalho ao capital e da agricultura a indústria em processo de reunificação via complexo agroindustrial) e, por fim, a invenção social do rural com elogio as dimensões subjetivas do campo (FERRÃO, 2010).

Os dois primeiros aspectos foram apresentados na porção inicial do presente capítulo e encerram o processo de integração da agricultura aos outros setores da economia, materializando-se via complexo agroindustrial. Ademais, nos orientamos ao tratamento da “invenção social do rural” pós década de 1980 e, portanto, procedemos a seguinte sintetização. Em linhas gerais, o cenário apresentado até então perpassa: a) a Lei de Terras de 1850 ratificando a propriedade privada da terra, culminando na manutenção da grande propriedade e a subordinação do trabalho ao capital após a abolição da escravatura ; b) a crise de 1929 estremecendo as bases do modelo agroexportador; c) a reorganização política de um Estado centralizador, sobretudo no governo de Getúlio Vargas a partir da década de 30, no empenho de apresentar um Brasil fora da sua condição periférica; d) a gestação de uma sociedade urbano industrial, revendo os valores sociais no que se refere a demanda de consumo; e) a subordinação brasileira ao mercado externo de maquinários pesados, via importação do pacote tecnológico da Revolução Verde; f) a industrialização da agricultura consolidando a integração setorial na reunificação da agricultura e indústria, somando-se o transbordamento do urbano nas dinâmicas do rural; g) o avanço da técnica possibilitando a expansão da fronteira agrícola no centro-oeste e o povoamento socialmente comprometido e ambientalmente predatório no norte, sobretudo

---

<sup>19</sup> A tetralogia, segundo Ferrão define-se por “uma função principal de produção de alimentos; realiza uma atividade econômica dominante por meio da agricultura; detém um grupo social de referência marcado pela família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; e possui um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas”. Ver mais em FERRÃO, J. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, 2000. Pp. 45-54

<sup>20</sup> Cumpre esclarecer que a mudança no tratamento de agricultura para mundo rural, ocorre em função de ampliar as considerações acerca das nossas discussões a respeito das múltiplas funções da agricultura.

na Amazônia (SACHS, 2001); h) êxodo rural e aprofundamento das desigualdades, aumentando o que alguns autores chamaram de dívida social; i) polarização das forças sociais no conjunto da sociedade por meio do enfrentamento do trabalhador rural expropriado da terra, culminando na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), por exemplo, na década de 1980 e; j) revalorização das dinâmicas do mundo rural, incorrendo em leituras analíticas marcadas pelo anúncio de um “novo” rural (SILVA, 1981; 1993; 1997; SILVA et al. 2002).

## 6.2 As “novas” dinâmicas do mundo rural

Diante do exposto, ao nos orientarmos a pensar as “novas” dinâmicas do mundo rural, assumimos diferentes circunstâncias que orbitam a agricultura desvelando novas formas de organização do espaço agrário. Assim, os componentes sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos e espaciais, se apresentam indissociavelmente ao entendimento deste “novo” rural. Reconhece-se, nesta senda, a inadequação do padrão vigente de desenvolvimento e se orienta ao entendimento de formas outras de abonação de práticas alternativas, visando o equacionamento das assimetrias socioespaciais gestadas historicamente no campo brasileiro. Em suma, o que se torna sintético ao final dos processos anteriormente narrados, fica descrito por áreas centrais e periféricas<sup>21</sup> de uma organização do espaço agrário brasileiro em destacado aprofundamento das relações de subordinação dos pequenos produtores, indiscrição na ação predatória do agronegócio e da intensa especialização<sup>22</sup> dos espaços (justificando a consolidação de práticas e interações espaciais na definição desta ou daquela cadeia de produção).

Destacando e reconhecendo os traços dessa conformação diversa e anacrônica da estrutura agrária brasileira – decorrente da convergência de diversas trajetórias tecnológicas (ROMEIRO, 1998), políticas e sociais –, Silva et al. (2002) destacam que

A partir de meados dos anos 80, assistimos ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro [...] esse “Novo Rural”, como vem sendo denominado, compõem-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

<sup>21</sup> Tal como Ferrão (2000) nos apresenta.

<sup>22</sup> Castro (1977) nos lembra que a especialização é um fator de constituição de mercado interno (uma das funções da agricultura no “industrialismo”), tendo em vista que esta rompe com a auto suficiência do produtor culminando na divisão social e territorial do trabalho. Assim, nos apresenta que “com a especialização progressiva do trabalho, cresce a circulação de mercadorias [...]” (p. 116) e, portanto, engendra o valor de troca. Ainda, a especialização culminará no acentuamento da lógica de simplificação das estruturas produtivas, comumente encontradas nas práticas homogeneizantes da monocultura; uma leitura sobre a lógica da complexificação versus a lógica da simplificação, pode ser encontrada em ROMEIRO, A. R. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. In: \_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. Annablume : FAPESP : São Paulo, 1998. Pp. 247-258

- Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias.
- Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.
- Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados. (SILVA et al., 2002, p. 39)

O que os autores prefixam como novidade é lembrado por eles como atividades seculares – já verificadas no país – mas que, diante da intensidade de novas demandas, perpassam por uma valorização de caráter mercantil (Ibidem, 2002). Esses aspectos da cotidianidade agrícola são revistos, sobretudo, a partir da gestação de uma demanda urbana, que ressignificam as dinâmicas rurais sob os olhares da urbanidade<sup>23</sup>. Nesse sentido, as dinâmicas geradoras desse “novo” rural, é descrita na literatura pela vinculação das atividades agropecuárias (no que se refere as formas de produção direta, processamento e circulação indireta dos produtos, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas no processo produtivo), o exercício de outra atividade remunerada para além da atividade agrícola, o consumo final de atividades não agrícolas pela população urbana, a ocorrência dos serviços públicos na zona rural (KLEIN, 1992; WELLER, 1997 Apud SILVA et al., 2002) e as dinâmicas imobiliárias, fazendo menção a: demanda da população rural não-agrícola de alta renda por áreas de lazer e segundas residências; a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para construção de moradias, mantendo-se próximo das comodidades urbanas e; a demanda por terras não-agrícolas por parte das indústrias e empresas prestadoras de serviços (SILVA et al, 2002).

Ao exposto, incorremos a análises teóricas que passam a descrever os usos do espaço rural sob formas que extrapolam as atividades agropecuárias. Assim, o exame da invenção social desta porção do espaço geográfico perpassa pelo entendimento das dinâmicas societárias no pós fordismo, uma vez que a reunificação setorial e as demandas gestadas pela sociedade urbana, encontram um novo padrão de acumulação descrito pela flexibilidade das relações de trabalho e de reorganização tecnológica. Desta forma, inscreve-se processos centralizados na figura do trabalhador multitarefa<sup>24</sup> (o que refletirá na figura pluriativa do agricultor). Esta flexibilidade promulga novas relações no campo

<sup>23</sup> É, portanto, nesta senda que se justifica o argumento de transbordamento do urbano.

<sup>24</sup> Ver mais em LIPIETZ, A; LEBORGNE, D. O pós fordismo e seu espaço. **Revista Estudos Regionais e Urbanos**, v. 8, n. 25. São Paulo, 1988. Pp. 12-29

e assume as feições apresentadas anteriormente na caracterização do “novo” rural, participando, deste modo, das reorganizações dos arranjos produtivos espaciais. Silva (1997), nos lembra que

Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação. Hoje, as dimensões do estilo e qualidade de vida ganharam importância dentro do status profissional, e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas [...] tanto na indústria, como na agricultura, essas novas tecnologias [informática e microeletrônica] já estão alterando profundamente não só as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial. O desejo de uma estabilidade social representada pelo empregado das grandes corporações cedeu lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa. (Ibidem, 1997, p. 2)

Inscritos na escala de atuação humana, realiza-se uma breve digressão para tratarmos a respeito do trabalhador rural. Diante das possibilidades outras de atividades que passam a participar da estruturação da renda individual e familiar – no contexto de esvaziamento do conteúdo agrícola –, um novo ator social passa a integrar as dinâmicas de organização do tempo de trabalho e do tempo de produção. Assente, sobretudo, neste cenário “revisionista”, a figura do *part-time farmer* ou agricultor pluriativo, que descreve as formas de gestão e composição das atividades desenvolvidas pelo não mais agricultor ou pecuarista apenas, mas, agora, por um trabalhador autônomo que combina estas atividades com as atividades tradicionalmente urbano-industriais ou aquelas “novas”, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços (SILVA, 1997). O mesmo autor em resumo, concluirá que “o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas” (Ibidem, 1997, p. 4).

O desvelamento dos processos que estruturam essa nova base social da agricultura moderna, segundo Mingione; Pugliese (1987) encontra-se justamente no processo de expansão da indústria transformadora para além das áreas urbanas e no transbordamento análogo das formas de trabalho industrial, na senda da modificação do processo de trabalho na agricultura. O amálgama de ambos os processos se encontra na difusão das

inovações tecnológicas<sup>25</sup> que, aprioristicamente, retém o trabalho na especialização funcional. O que Lipietz; Leborgne (1988) nos lembra é que a crise do fordismo, ao deflagrar um desarranjo latente do paradigma industrial (das grandes plantas industriais), desacelera a produtividade e conseqüentemente a lucratividade que, por efeito cascata, desemboca na crise de empregos e na estagnação dos rendimentos, confluindo numa crise da demanda; é, portanto, sob esta leitura que a flexibilidade das formas de acumulação e de trabalho ascendem e, através do processo de difusão, via transbordamento das dinâmicas urbanas-industriais no espaço rural, inscreve-se uma reorganização e reorientação da localização e dimensionamento das atividades produtivas, bem como das relações de trabalho. Tal perspectiva fica descrito por Mingione; Pugliese como “um divórcio progressivo entre o ‘urbano’ e o ‘industrial’ [apenas mantendo vínculos diante da] concentração de atividades terciárias qualificadas e principalmente a existência de grandes centros de gestão e administração” (MINGIONE; PUGLIESE, 1987, p. 95), onde a ala da produção se organizará em porções do espaço anteriormente não consideradas de farto interesse, sendo uma delas, o espaço rural.

Em resumo, as abordagens que se empregam na discussão do *part-time*, encontram-se na avaliação de uma articulação entre a agricultura e outros setores de produção, “num contexto territorial que já foi agrícola e rural, e que é hoje cada vez mais caracterizado pela presença, em variados graus, de diferentes atividades” (Ibidem, 1987, p. 91), envolto em um processo de “desespecialização”<sup>26</sup> da divisão social do trabalho, que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista” (SILVA, 1997, pp. 4-5).

### **6.3 O paradigma territorial como elemento constituinte da multifuncionalidade da agricultura: uma nova dimensão para além da centralidade produtiva**

A base territorial deflagrada pela realocação e reorientação das formas produtivas, perpassam a avaliação da dissolução dos aspectos setoriais da produção e adensa a análise dos aspectos multifuncionais descritos na/pela agricultura, diante dessa

---

<sup>25</sup> O que justifica o espaço destinado no início desse capítulo a tópicos sobre a industrialização e modernização da agricultura.

<sup>26</sup> Mingione; Pugliese (1987) chamou essa “desespecialização” de “desdiferenciação” fazendo a crítica a diferenciação ocasionada pela especialização na divisão social do trabalho, explicando que “atualmente, nota-se cada vez mais que uma só pessoa conjuga vários papéis, que há uma pluriatividade. Já afirmamos que a atividade agrícola em tempo parcial é um testemunho empírico dessa inversão de tendências [...] este elemento de ‘desdiferenciação’ da divisão social do trabalho corresponde a um outro fator complexo que é a combinação, cada vez mais frequente, numa mesma pessoa do estatuto de empregado ao mesmo tempo por conta de outrem ou por conta própria. Chamamos-lhe aqui de ‘desdiferenciação’ para acentuar que se trata de um novo processo, uma inversão das tendências já consolidadas” (p. 96).

nova organização dos espaços produtivos, dentre eles o rural. Dessa forma, assume-se, para além das relações de trabalho envoltas a esfera macroeconômica, as relações e ações que decorrem da representação social na avaliação das dinâmicas multifuncionais das atividades agrícolas. Esta análise, se encontra em íntima relação a característica pluriativa dos agricultores e, nessa perspectiva, Carneiro (2002) registra que “a organização social e econômica de unidades familiares especializadas na agricultura dá lugar a organizações pluriativas baseadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho” (p. 226). Estes novos aspectos de organização socioeconômica implicam no fomento às formas de sociabilidade do tecido social, sobretudo gestadas em uma escala local, dada as dinâmicas de relação de proximidade e informalidade dos sujeitos rurais (CARNEIRO, 2002) – agora agentes de novas práticas e atividades que avançam a postura agrícola. Desse modo, as funções atribuídas a agricultura na senda da construção de um paradigma territorial, encontra *ecos* em três vertentes destacadas pela autora na perspectiva da multifuncionalidade, a saber

[...] a que se orienta para o cuidado com o meio ambiente, sustentada na valorização da natureza consubstanciada na preservação da paisagem; a que aponta para a necessidade de garantir as condições de permanência e de viabilidade da agricultura; e a que se dirige ao resgate, valorização e preservação do patrimônio cultural das sociedades rurais. (Ibidem, 2002, p. 231)

Nessa discussão, a autora ainda conclui que essas vertentes se afirmam sobre as orientações de políticas públicas (*a priori* delimitando o caso francês acerca do alinhamento a política agrícola comum da Europa) diante do contrato entre indivíduos e Estado. Assim, assume-se a noção de território como elemento constitutivo da noção de multifuncionalidade da agricultura e, desta forma, afirma-se

Essas três vertentes estão presentes no debate atual sobre a orientação da política agrícola. A noção de *territoire* é reforçada para atribuir uma nova dimensão ao desenvolvimento não centrado exclusivamente na produção, mas nas múltiplas funções desempenhadas pela agricultura. A noção de território é constituinte da noção de multifuncionalidade da agricultura na medida em que reforça o espaço como base para os contratos entre os indivíduos e o Estado. Constituída não apenas em termos geográficos ou político-administrativo, a noção de território é muito mais uma referência para a elaboração de identidades a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais, e deve se expressar também na identidade do produto. Visa-se, assim, atender a demanda de um mercado consumidor cada vez mais exigente, formado justamente por aqueles indivíduos responsabilizados pela “urbanização” do campo e que tendem a estabelecer uma relação direta com o mercado produtor. (CARNEIRO, 2002, p. 231).

Redes de sociabilidade, território e a mobilidade dos sujeitos ganham destaque, diante do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, descrito na literatura sobre as novas dinâmicas do espaço rural, como elementos de permissividade e consolidação dessa reestruturação econômica, social e espacial (DINIZ, 1984; SILVA, 1997; 2002; CARNEIRO, 2002; SACHS, 2001).

Nesta perspectiva, as interações calçadas nas práticas sociais, culturais e econômicas, descrita em um contexto de melhoria da mobilidade dos sujeitos, dos objetos e da informação, se recombina em uma rede de sociabilidade que se encerra na natureza diversificada, multifacetada e multifuncional da prática agrícola ainda no final do século XX e nos inícios iniciais do século XXI. O paradigma territorial inscrito na leitura multifuncional das esferas da agricultura, nos permite decodificar de maneira endógena – a nível da localidade rural – como este “ponto” do espaço funciona como “suporte egocêntrico” (RAFFESTIN, 1993) das relações engendradas pelos atores sintagmáticos<sup>27</sup>. Desta forma, a avaliação dos papéis exercidos pelas diferentes categorias sociais no espaço, descreve a influência das representações sobre e na sociedade local conservando estruturas (CARNEIRO, 2002), recombina, renovando, reconvertendo ou mutacionando estas, por meio das inovações tecnológicas, conforme descreve Pebayle (1974) considerado por Diniz (1984).

Nesta senda considera-se uma reconexão entre homem e espaço, na perspectiva de o referenciar territorialmente na construção de uma identidade social e territorial. A abertura que se gesta na perspectiva de pensar a localidade rural enquanto suporte de uma cultura local exposta as novas dinâmicas de valores, hábitos e técnicas – conforme descrito por Carneiro (2002) – participa da recomposição do território sob as bases de “novas formas institucionais de concentração, coordenação, gestão ou simplesmente governança das aglomerações e das microrregiões” (VEIGA, 2002, p. 38). Sob este enfoque territorial, José Eli da Veiga demonstra as suas aspirações de uma proposta de desenvolvimento que seja afeita as bases espaciais de ocorrência, por meio da inovação produtiva intencionada a competitividade a nível local e regional destacando-se na relação com as demais localidades<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Em linhas gerais, Raffestin apresenta os atores sintagmáticos como aqueles que realizam um programa, uma ação em um determinado espaço. Ver mais em RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática: São Paulo, 1993. Pp. 143-217

<sup>28</sup> Sem desconsiderar os prejuízos socioambientais das atividades produtivas, o autor demonstra que em algumas localidades os benefícios ambientais possíveis pela preservação e manutenção do patrimônio ambiental “pode se tornar o principal trunfo do desenvolvimento” (VEIGA, 2002, p. 40).

Ademais, ao que se refere a influência das externalidades<sup>29</sup> (inovação tecnológica e políticas públicas, por exemplo) na avaliação do desenvolvimento rural, a abordagem territorial se destaca no entendimento dos espaços de ação dos indivíduos, os localizando na relação com o outro, sendo estes (indivíduos) o suporte e o agente da ação sobre o espaço; Carneiro (2002), nos lembra da necessidade de se “reorientar o olhar para os agentes sociais desse processo e não mais para um estado reificado. Trata-se de buscar, a partir do ponto de vista dos atores sociais, os significados das práticas sociais que tornam operacional esta interação, tais como a pluriatividade, as atividades não agrícolas, a relação com os neo-rurais, etc.” (Ibidem, 2002, p. 236). Corroborando com tal prerrogativa, Scheneider (2004), apresenta aspectos para pensarmos o paradigma territorial e torna lícita a discussão da pluriatividade e da multifuncionalidade<sup>30</sup>, como conceitos entrelaçados e de base eminentemente territorial. Desta forma,

a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (SCHENEIDER, 2004, p. 99)

Nesta perspectiva, a recomposição do território descrito por Veiga, encontra na revisão de Scheneider e nas contribuições sociológicas de Carneiro, os elementos necessários para se pensar as múltiplas funções da agricultura sob uma base territorial, indicando componentes que transcrevem e edificam o espaço de ação dos sujeitos sociais inscritos na crítica ao paradigma produtivista herdado da Revolução Verde. Assume-se, desta forma, os aspectos da reestruturação econômica na revisão das dinâmicas institucionais e de gestão, que participam da diluição das diferenças setoriais e territoriais, somada ao papel exercido pelo Estado e a participação da sociedade na tomada de

---

<sup>29</sup> O tratamento das “externalidades” é descrito na perspectiva teórica de tratamento do desenvolvimento rural a nível local e regional. A partir da avaliação dos aspectos endógenos da localidade, possibilitado pela sociabilidade entre os agentes sobre um determinado território, as externalidades pressupõem a ocorrência de dinâmicas internas, inerentes a tal forma de organização social e espacial. Scheneider (2004) destaca que essas leituras perpassam pela análise das “articulações e intermediações das dinâmicas locais e territoriais com o ambiente externo, aqui entendido como o contexto econômico e societário em que transcorrem os processos de mudança social” (p. 90).

<sup>30</sup> Maior aprofundamento sobre a multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural poder ser encontrada no Capítulo 1.

decisões, sobretudo, quando consideramos o elogio ao protagonismo e a autonomia do sujeito no exercício do debate social.

O território, deste modo, surge como unidade de referência dos agentes sociais e como elemento de suporte do contrato entre o indivíduo e o Estado, tal como Carneiro já nos lembrou, – tendo em vista as verticalidades das políticas públicas – perpassando pela reestruturação não só ao que se refere a macroescala, mas também a microescala do sujeito e da comunidade. Assim, antes da rede de territórios ou do território em rede, ao nosso ver, consubstancia-se o tratamento das redes de sociabilidade que constroem a identidade territorial de “dentro para fora” e não de “fora para dentro”<sup>31</sup>, sob a preocupação de não responder a uma leitura vertical e acusatória das possibilidades e restrições de determinada localidade, bem como por entender que, tal como nos descreve Corrêa (2007) a avaliação da existência do eu e do outro, perpassa pela avaliação dos “territórios seus e de outros grupos sociais” (p. 62), sempre na direção e relação endógena/exógena, de um para o outro.

Este movimento teórico metodológico decorre de uma leitura do maior inter-relacionamento entre a agricultura e sociedade<sup>32</sup>, na senda do entendimento que o rural pode ofertar muito mais que alimentos. Pensa-se, desse modo, nos múltiplos níveis e facetas da agricultura na constituição e redefinição do que se entende por rural, onde sociedade e espaço se reencontram na perspectiva do desenvolvimento local e, agricultura e sociedade se recombinaem por meio do entendimento da multifuncionalidade. Esta natureza local e regional de favorecimento do desenvolvimento rural, na visão de Veiga (1998) e Schneider (2004) – voltados a um dado localismo – está na organização dos fatores endógenos ávidos a coesão social e a autonomia local que, somado a recomposição dos territórios (novas formas institucionais de concentração, coordenação, gestão ou simplesmente governança<sup>33</sup>) e o trunfo ambiental, participam do desenvolvimento territorial (VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2004). Nesse sentido, resgatamos uma

---

<sup>31</sup> Na porção final deste trabalho em que analisaremos a possibilidades da agricultura sustentável no município de Ipeúna, destacaremos de forma empírica, como isso ocorre nas dinâmicas cotidianas.

<sup>32</sup> Porém, não se deve perder de vista que, ao passo que revisa-se as bases do que se entende sobre as funções da agricultura, as dinâmicas capitalistas criam e inserem novos sujeitos onde a figura do agricultor-empresário parece ser a caricatura da natureza desconecta e descolada dos processos locais (a nível cultural e social), responsivos aos intentos dos grandes sistemas agroalimentares que negam as especificidades locais.

<sup>33</sup> A criação das comissões municipais de desenvolvimento rural e a criação da secretaria de desenvolvimento territorial, ligada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário demonstraram, outrora, a simpatia e uma forma de institucionalização da abordagem territorial nas discussões sobre desenvolvimento rural.

conclusão que encerra a defesa da abordagem territorial e inaugura a perspectiva das interações e estratégias dos atores socioterritoriais.

Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica [e, por que não, espacial]. Não há um determinismo de qualquer ordem ou evolução predeterminada, pois a viabilização dos atores e dos territórios dependerá do modo particular e específico de cada tipo de interação, das decisões e racionalidade. Como resultado, emergem a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios, que se constituem no traço característico dos distintos caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 105).

Ao exposto, o cenário delimitado até o presente momento, consubstanciou a análise da transição de um enfoque eminentemente setorial para um enfoque territorial assentado no holismo das dinâmicas territoriais, possíveis a partir da compreensão dos aspectos múltiplos do território: no que se refere as dimensões e facetas que este assume. Assim, a crise de um modelo (fordismo), somado a inovação, competitividade, demanda, vínculos sociais, culturais e espaciais, institucionalidades e processos de construção social na organização e coesão de dada localidade, participam da projeção de um espaço particular, definindo-se pela capacidade de relação com os demais espaços particulares.

#### **6.4 Os espaços particulares e suas articulações: diferenciação socioespacial e a síntese dos contraditórios.**

A particularidade ou singularidade dos espaços, inscreve a discussão sobre a diferenciação socioespacial, apresentada por Corrêa (2007), enquanto natureza intrínseca das dinâmicas capitalistas de se valer das assimetrias e anacrônias espaciais na ocorrência de diferentes formações sociais articuladas – assumindo a perspectiva do sistema econômico mundial – por meio dos nexos econômicos e político acentuando, dessa forma, essas particularidades no jogo do desenvolvimento desigual e combinado<sup>34</sup>. Deste modo, o autor considera que

[...] as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo. No passado, até aproximadamente o final da primeira metade do século XIX, as diferenças em questão resultavam da força de organizações sócio-culturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento de forças produtivas que o capitalismo

---

<sup>34</sup> Uma leitura sobre desenvolvimento desigual e combinado é apresentado nas discussões sobre imperialismo. Ver mais em LENIN, V. I. O imperialismo: etapa superior do capitalismo. FE/UNICAMP : Campinas, 2011. 271p.

iria criar e difundir a partir da segunda metade do século XIX. A partir de então, e de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas [...] essas diferenças sócio-espaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista. É, assim, funcional ao capitalismo, cuja ação apresenta uma dimensão escalar, resultado de complexas práticas espaciais. (CORRÊA, 2007, p. 63)

Tal como já apresentamos no presente capítulo, o avanço do capitalismo participa dos destacamentos, deslocamentos e apagamentos de certas localidades ao passo que participa, também, da reunificação setorial e até mesmo territorial. Nesta perspectiva, a agricultura fica descrita pela amplitude dos seus horizontes e a sua dimensão territorial permite-nos pensar uma possível definição não por seus limites físicos, mas pela produção e organização das suas interações sociais e espaciais, no que se refere as suas dinâmicas internas e externas. Assentado sobre uma proposta teórico-metodológica de análise do ordenamento e organização espacial da agricultura, Diniz (1984) oferece elementos para avaliação das dinâmicas e processos que participam do entendimento do fator locacional das atividades agrícolas; para tanto, o autor recupera o constructo teórico do sistema da agricultura, por meio da investigação dos elementos internos (social, funcional e produção) e dos elementos externos (econômico, demográfico-cultural, ecológico e político).

Por conseguinte, essa forma de leitura dos processos que estruturam a unidade de produção agrícola descreve as similitudes e dissonâncias das propriedades rurais, possibilitando o estudo das assimetrias dos espaços produtivos. Deste modo, o que gostaríamos de demonstrar com as contribuições de Diniz (1984), partindo dos aspectos colocados por Corrêa (2007) sobre diferenciação socioespacial, é a diferença na escala de análise destas diferenciações, assumindo-as: no limite das relações entre as propriedades do mesmo município, entre as propriedades a nível regional e a confluência da rede de territórios (pensando os espaços particulares da ação dos sujeitos e agentes socioterritoriais)<sup>35</sup>. Ademais, Corrêa (2007) nos lembra que as considerações acerca da diferenciação socioespacial, no que se refere a escala das relações entre os espaços

---

<sup>35</sup> Essa perspectiva de diferentes escalas de análise também é encontrada na revisão sobre a multifuncionalidade da paisagem rural, na orientação de se pensar que diferentes unidades espaciais com diferentes funções, seja na mesma unidade territorial ou não, podem a vir se combinar espacialmente. Ver mais em: GUIOMAR, N. et al. Modelo de análise espacial para avaliação do caráter multifuncional do espaço. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve. 2008. Pp. 1-13

econômicos e sociais, detalha a diferenciação funcional dos próprios espaços. Essa distinção se estrutura pela dinâmicas econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais (aquelas mesmas que descrevemos como circunstâncias da agricultura, sob uma leitura revisionista da mesma) onde, ao que se refere a caracterização do espaço agrário, tal singularização, como menciona o autor – no nível do espaço concreto (geográfico) e abstrato (social) –, será avaliada por meio do desvelamento da estrutura agrária, do *habitat* rural (formas de povoamento) e do processo produtivo<sup>36</sup>. Nesta senda, a perspectiva relacional dos espaços, é descrita pela

interdependência entre as áreas definidas de acordo com a divisão econômica do espaço intra-urbano, de um lado, e com a divisão social do espaço, de outro, é evidente quando se considera o circuito do capital na cidade, ou seja, a circulação entre sedes de empresas, bancos, fábricas e lojas, fixos no espaço econômico, e as áreas sociais, onde se realiza o consumo. Áreas de produção e de reprodução estão fortemente articuladas. A interdependência verifica-se também por intermédio da jornada de trabalho, articulando locais de moradia e locais de trabalho. Em outras palavras, diferenciação sócio-espacial implica em articulação, restabelecendo a unidade aparentemente dissolvida. (CORRÊA, 2007, pp. 66-67)

Apesar das leituras de Roberto Lobato Corrêa fazerem menção majoritariamente aos estudos sobre o espaço urbano e a rede urbana assumimos as suas contribuições na intenção de analisar e entender os processos e práticas espaciais<sup>37</sup> das dinâmicas de organização do espaço agrário do município aqui considerado, sobretudo pensando a atividade e expressão espacial da agroindústria instalada no dado território. Assim, a análise das dinâmicas locais do município, se entrecruzam as dinâmicas externas da agroindústria, denotando a possibilidade da promulgação do município como Capital Nacional da Agricultura Natural, inscrevendo os processos, as estruturas e as formas em

---

<sup>36</sup> Cumpre esclarecer que, pautados nas contribuições de Roberto Lobato Corrêa, o presente trabalho se orientou a avaliar as interações e práticas espaciais da Korin Agroindústria e Korin Agricultura e Meio Ambiente, denotando, desta forma, a análise espacial do seu processo produtivo (um dos aspectos da diferenciação socioespacial do mundo rural, definido por Corrêa). Porém, mesmo não sendo o foco desse trabalho, ao abordarmos as dinâmicas territoriais da agroindústria, perpassamos por aspectos da estrutura agrária do município de Ipeúna – onde se localiza o polo produtivo da Korin – adensando considerações acerca do que, os autores, denominam de *habitat* rural. Procuramos, deste modo, avaliar as possibilidades de difusão das práticas de agricultura natural no município, afim de responder uma questão central: em que medida as interações e práticas espaciais da empresa aqui considerada, representa a materialização das possibilidades e restrições de Ipeúna na consolidação do título de Capital Nacional da Agricultura Natural?

<sup>37</sup> Corrêa (2007) apresenta uma distinção conceitual entre processos e práticas espaciais, sendo o primeiro um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, marcados pela repetitividade e pelo longo período; enquanto, as práticas espaciais, se apresentam como ações espacialmente localizadas, marcadas por sua natureza pontual no espaço e no tempo. Demonstra a relação das duas registrando que “a singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial” (p. 69).

redes de conhecimento locais e não-locais. Albagli (2004) ponderando as dimensões do território para pensar a gênese, a dinâmica e a diferenciação deste, afirma que

as diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial. (ALBAGLI, 2004, p. 27)

A literatura consagra a natureza relacional dos territórios, partindo-se da análise da diligência das relações no contexto da globalização e, portanto, do avanço das formas de comunicação e transporte. Desta forma, os domínios analíticos – seja na avaliação da multifuncionalidade da agricultura ou da paisagem rural, ou ainda na abordagem territorial dos processos e práticas espaciais expressos pela reunificação das dinâmicas urbano-indústrias e rural-agrícolas na materialização dos complexos agroindustriais e do “novo” rural – recordam as dimensões físicas (ecológicas ou ambientais), econômicas, sociopolíticas e simbólicas (ou culturais) (DINIZ, 1984; SILVA, 1997; 2002; CARNEIRO, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003; ALBAGLI, 2004).

Assim, a inter-relação dessas dimensões (físicas, simbólicas, econômicas e sociopolíticas), marcadas por diversas trajetórias, denotam a convergência e divergência na produção de sínteses territoriais e registra a complexidade das estruturas socioespaciais no destacamento das singularidades e particularidades dos diferentes territórios. Bessa (2010) apresenta importante conclusão para pensarmos a relação entre convergência e divergência na descrição da diferenciação espacial e como as diferentes dimensões do território se recombinam expostas às externalidades; a autora registra que

a complexidade da estrutura socioespacial resulta dessa dinâmica relacional e contraditória, determinada pelas tendências opostas, porém combinadas, para a igualização e para a diferenciação, para a homogeneidade e para heterogeneidade, como resultantes da assincronia entre os processos convergentes e divergentes, respectivamente [...] tal contradição tem uma dimensão espacial premente – a diferenciação espacial, pois essas tendências opostas, juntas, produzem uma geografia específica, que passa a ser dado vital. De fato, essa contradição se expressa espacialmente por meio da diferenciação do espaço geográfico, que possui base natural e social, fundamento qualitativo e quantitativo, que exprime atualmente a dinâmica global-local, assim como se apresenta sob muitas formas, inclusive, sob o padrão notório de desenvolvimento espacial desigual, mas que fundamentalmente é expressão e condição das múltiplas dinâmicas sociais. Trata-se de questões imbricadas, posto que da dialética entre convergência e divergência resulta a síntese dos contraditórios: a diferenciação espacial. (BESSA, 2010, pp. 45-46)

Os processos que participam do destacamento destas diferenças espaciais, adensam a compreensão das articulações entre as distintas territorialidades<sup>38</sup>, podendo ser analisadas através do conceito de interações espaciais, na senda do exame da gestão do território. O que se demonstrou desde a nossa menção sobre as múltiplas funções da agricultura e a defesa da abordagem no enfoque territorial, foi a natureza contígua e horizontal das formas de organização socioeconômicas na endogênese da conformação de territórios e territorialidades, bem como do desenvolvimento local; os fluxos engendrados a partir da “síntese dos contraditórios”, tal como nos valem das contribuições de Bessa (2010), demonstram as verticalidades das relações entre os territórios (ABAGLI, 2004). Tais verticalidades, são descritas na literatura sob a noção de redes geográficas na análise e na realização das interações espaciais (CORRÊA, 1997).

### **6.5 As interações espaciais na elaboração das dinâmicas multifuncionais do mundo rural: a relação de complementariedade entre os espaços e a propriedade rural como suporte relacional.**

O termo interações espaciais, conforme descrito por Catão et al. (2010) e Godoy et al. (2015), foi empregado na década de 1950 pelo geógrafo Edward Ullman, partindo de uma leitura *hartshorniana* de diferenciação das áreas<sup>39</sup>. Assim, definiu-se a relação de complementariedade entre os espaços como a base das interações espaciais

[diante da] complementação funcional entre regiões separadas, ou seja, duas regiões articuladas através de funções complementares a cada uma, assim, fazendo-as dependentes através da necessidade diferencial entre os espaços [...] Edward Ullman usou o termo “complementariedade” para descrever uma das bases da interação espacial. (GODOY, 2015, p. 58)

O espaço como unidade de referência das relações funcionais e a configuração dos fluxos, movimento e ação, participam da síntese da estruturação dos territórios, tendo em vista que as interações espaciais são definidas como “um amplo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 1997, p. 279) que anunciam os processos de transformação social. Os aspectos de interação e dinamização dos territórios, por meio da intensidade, direção e

---

<sup>38</sup> Segundo Abagli (2004), valendo-se de uma leitura raffestiniana, demonstra-se que a territorialidade pode ser definida pela tríade sociedade-espaço-tempo partindo do conjunto de relações que se originam desse sistema tridimensional.

<sup>39</sup> Na leitura *hartshorniana*, os aspectos de diferenciação das áreas partiam da crítica a natureza descritiva da forma que se empregava a perspectiva nomotética. Assim, na visão do autor a diferenciação das áreas não se baseava apenas na descrição mnemônica das áreas, mas sim no entendimento dos fenômenos que se relacionam em determinada área.

periodicidade dos fluxos e contatos, produzem e reproduzem, organizam e reorganizam, estruturam e reestruturam os espaços de ação e vivência dos sujeitos e agentes sociais. É nesse sentido que Godoy et al. (2015) descreve que “são nesses movimentos de articulações e vivências sociais, que se constituem as interações espaciais” (p. 60).

Estas articulações e vivências, são descritas na avaliação das novas ruralidades diante dos transbordamentos do urbano sobre as dinâmicas do mundo rural. O avanço das bases técnicas e os arranjos sociais e espaciais, possíveis em um contexto de hiper mobilidade advinentes da melhoria dos meios de transporte e de comunicação/informação – como já apresentado – participam da reprodução dos espaços diante de novas necessidades e possibilidades, sobretudo, apresentadas pela demanda urbana. Em certa medida, a invenção social do mundo rural, tal como descrito por Ferrão (2010) e que aqui apresentamos, pressupõem processos que decorreram de interações espaciais entre o campo e a cidade. Tais interações, inscreveram nas formas de organização do espaço rural, transformações sociais descritas pelas novas ruralidades. A mesma leitura pode ser aplicada aos processos originados pela Revolução Industrial e Modernização/industrialização da agricultura – correspondendo a periodização e apontamentos históricos de Ferrão.

A base territorial do conceito de multifuncionalidade da agricultura, confirma-se e, ainda se justifica, pela relação de complementariedade entre os espaços, na avaliação das formas e processos inscritos pela ação humana e na crítica a insustentabilidade de modelos predatórios, principalmente da natureza. Nesse sentido, parte-se da demanda de uma parcela da população engajada em movimentos sociais de equacionamento dos desequilíbrios ambientais, os quais conferem pelo movimento de articulação – na forma de redes de sociabilidade – a (re)definição de novos padrões de consumo e uso dos recursos naturais. Consequentemente, define-se novas formas de organização e gestão do território, por meio de práticas espaciais que redefinem os padrões de uso e ocupação do espaço. Numa relação de aparente causa e efeito, acreditamos que as múltiplas funções da agricultura se inscrevem na avaliação da gestão do território, pelo que já abordamos a respeito das múltiplas dimensões da endogênese das dinâmicas territoriais no desvelamento de alternativas ao desenvolvimento rural que dê conta não apenas de promover o avanço de um setor da economia, mas sim de uma dada localidade entendida

como expressão de diversas trajetórias sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais<sup>40</sup>.

Desta forma, se a multifuncionalidade da agricultura pode descrever a representação dos sujeitos e agentes sociais no entendimento das funções outras da agricultura para além da produção de alimentos e como estas podem se integrar; assim como, se a abordagem territorial perpassa pelas múltiplas dimensões da gênese, diferenciação e dinâmica do território, pensando-o enquanto “resultado da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 21): ambas perspectivas se apresentam unidas a processos que redefinem a forma de organização e estruturação das dinâmicas internas e externas a propriedade. Esta última é, de fato, o suporte do engendramento das relações entre os sujeitos sociais/rurais, a partir da qual, se estrutura a organização do espaço agrário na relação com as demais propriedades rurais e, deste conjunto, com as verticalidades expostas pelas externalidades: políticas públicas, inovações tecnológicas, demandas sociais, mercado consumidor, questões ambientais e a influência de demais localidades.

Ademais, a propriedade, expressão territorial das possibilidades descritas a partir da multifuncionalidade da agricultura é que, ao nosso ver, constitui o primeiro ponto de articulação na rede dos espaços produtivos rurais, por ser a instância primeira das vivências sociais. No presente caso, mesmo se tratando de uma propriedade rural edificada nas dinâmicas de uma agroindústria, são os processos e formas decorrentes desta que avaliaremos considerando a gestão do seu território, por meio das interações e práticas espaciais, sobretudo pensando uma forma alternativa e responsiva da atividade agrícola e rural assentada nos preceitos da agricultura natural. Assim, encontra-se na unidade espacial, *propriedade rural*, os elementos de análise e avaliação da reconexão entre os aspectos biofísicos, socioeconômicos e socioecológicos (NAVEH; LIBERMAN, 1994 Apud GUIOMAR et al, 2008), na (re)definição da síntese territorial imediata para o engendramento das interações espaciais mediadas, confluindo e corroborando, dessa forma, a gestão da heterogeneidade espacial. Tal raciocínio também ocorre na leitura das

---

<sup>40</sup> Cumpre esclarecer que não desconsideramos que toda essa dinâmica encontra-se exposta das dinâmicas de desenvolvimento desigual e combinado, própria das dinâmicas capitalistas. Compreendemos que o desenvolvimento de uma dada localidade pode pressupor o atraso de outras diante das contradições do capital.

demais propriedades do município, para a avaliação das possibilidades e restrições destas, diante das necessidades e objetivos requeridos pela Korin Agroindústria.

É, portanto, na compreensão da integração entre os elementos biofísicos e humanos (*a priori* na gestão da propriedade rural), que a multifuncionalidade se apresenta como importante elemento de suporte a tomada de decisão, uma vez que esta destaca as diferentes funções possíveis no tempo e no espaço (em uma dada escala), e desenvolvidas segundo uma agenda de necessidades e possibilidades humanas. A avaliação, mesmo que inconsciente desses aspectos, podem descrever a dimensão espacial da atividade produtiva e corporativa de segregação funcional dos territórios – a partir da capacidade de respostas aos requerimentos (possibilidade e necessidade) projetados nestes – valendo-se de uma dada “combinação espacial de unidades espaciais diferentes com funções diferentes” (GUIOMAR et al, 2008, p. 6), na configuração da organização e gestão do território. Ainda, cumpre esclarecer que essas formas de gestão decorrem da seleção de monofunções localizadas em diferentes porções do espaço geográfico.

Como apresentado anteriormente, a perspectiva monofuncional das unidades territoriais, decorrem do contexto de intensa especialização dos espaços. Mesmo no pós fordismo, com a definição de um padrão de acumulação flexível que acompanha a dissolução das fronteiras entre atividades urbanas e rurais, avança-se por meio da reestruturação e realocação dos espaços produtivos e denota-se práticas corporativas de seletividade, fragmentação-remembramento, antecipação, marginalização e reprodução espacial (CORRÊA, 1992; 2010). É, à vista dos processos espaciais de especialização e segregação funcional que se sucedem as práticas espaciais. Assim, Corrêa (1992; 2010), nos apresenta a materialização das atividades corporativas no exame da gestão do território, tendo em vista a contiguidade e/ou conectividade dos elementos suportados em diferentes localidades, na estruturação das dinâmicas relacionais e contraditórias dos espaços de produção e consumo, interdependentes por meio dos fluxos de distribuição.

Destarte, é por meio dos elementos de diferenciação, interação, articulação, difusão e decisão, descritos no tempo e no espaço, que perpassa a nossa avaliação das múltiplas funções desenvolvidas pela agricultura e suportadas pela paisagem rural. Diferenciação, porque na complementariedade dos espaços, a combinação espacial das unidades de produção (seja a propriedade rural ou as filiais de uma corporação) ensejam a especialização dos espaços produtivos e engendram as interações espaciais (contínuas ou descontínuas), articulando as possibilidades, necessidades e restrições dos agentes

socioterritoriais na difusão das práticas e processos espaciais, suportados por elementos de decisão tanto internos como externos a localidade. É, portanto, desta forma que o olhar sob as múltiplas funções da agricultura no exame da gestão do território participa como elemento de suporte ao entendimento pormenorizado das dinâmicas endógenas em declarada interação e articulação com os processos e dinâmicas externas.

Assim, nos valem dessas aproximações teóricas para entendermos como as assimetrias do espaço agrário de Ipeúna-SP concorrem para a efetivação das interações espaciais da Korin Agropecuária e Korin Agricultura e Meio Ambiente. Partimos, dessa forma, da análise das funções exercidas pela agricultura e suportadas pela paisagem rural, para então entendermos como o município se inscreve na gestão territorial da empresa aqui considerada. Por fim, resgatamos questionamentos centrais, que discutimos teoricamente no presente capítulo, mas que segue balizando as discussões a ser desenvolvida nas páginas posteriores desse trabalho: Como as diferentes funções da agricultura se integram numa lógica de gestão do território por meio das práticas espaciais? Ademais, mais detidamente ao caso ipeunense, como explicar a persistência de atividades predatórias em um espaço que tem potencial, pequenas propriedades e mão de obra, para desenvolver uma agricultura natural? Ou, em outras palavras, como explicar a não simetria nas interações, gestão e práticas espaciais entre os agentes técnico/productivos locais e o território municipal balizado por um modelo de produção orgânico ou natural? Para tanto, iniciamos pela formação histórica e territorial do município para respondermos essas questões.

### CAPÍTULO 3

#### 7. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA-SP: O PASSADO E O PRESENTE POR MEIO DA ESPACIALIDADE

Revisitar o passado na intenção de entendermos as conformações do presente denota o empenho de buscar nas feições históricas os aspectos lógicos que podem nos ajudar a entender a identidade local a partir do anúncio de ações políticas, sociais, econômicas e culturais pretéritas. A inter-relação entre passado e presente, localiza os fenômenos no tempo e no espaço, sobretudo quando pensamos e analisamos as espacialidades dos eventos narrados. Por conseguinte, os arranjos espaciais, tal como nos apresenta Corrêa (2018), são formas espaciais funcionais às necessidades e às possibilidades inscritas por uma determinada sociedade em uma dada localidade e em um dado momento histórico – a perturbação funcional dessas formas espaciais, descrita como disfuncionalidade, prevê a reorganização destas, implicando em mudanças nos arranjos espaciais ao longo do tempo.

Desta forma, neste capítulo, buscamos nos orientar no tempo e no espaço para (re)ler o progresso da formação histórica de Ipeúna-SP, com vistas a responder à questão: as assimetrias dos espaços produtivos de Ipeúna, em total dissonância com os aspectos fisiográficos e fundiários, descritos pelo apelo paisagístico do município e pela estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de organização familiar, encontra *ecos* na história ipeunense e regional? Em que medida podemos nos balizar pelas narrativas históricas para pensarmos e desvelarmos ações que confluem caracteres de processos inertes ou tradicionais na avaliação da dissincronia espacial de Ipeúna?

Ao exposto, nos orientamos em apresentar a história narrada e registrada do município em destaque. A preocupação com o resgate histórico de Ipeúna, em bases de registros e divulgação acadêmico-científica, demonstraram-se recentes em avaliação ao longo do levantamento bibliográfico aqui realizado. O trabalho que marca uma sistematização da história do município, o qual demonstra uma preocupação iconográfica, documental, oral e em certa medida espacial, foi nomeado como “Uma história para Ipeúna” de autoria de Machado (2004). O retorno a esta obra, que buscou na oralidade de algumas personalidades, uma história escrita para o pequeno município é verificado em trabalhos que se orientam a entender o passado da região para pensar o presente e avaliar as possibilidades futuras (KLAFKE, 2015; CARVALHO; FERREIRA, 2015; FERNANDES, 2018).

A escala de leitura da formação histórica de Ipeúna perpassa o nível local e encontra no nível regional a possibilidade de entendimento da organização espacial, uma vez que sua formação está diretamente ligada a doação de terras e a conformação das sesmarias<sup>41</sup>. Desta forma, como demonstra Machado (2004), o início da formação de Ipeúna se dá a partir do processo de ocupação do “antigo oeste paulista”, por meio das entradas pelo “sertão” em busca do acesso as jazidas de ouro localizados nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás – movimento similar ao que já ocorria em Minas Gerais. Assim, inicialmente, o referencial historiográfico é balizado pela avaliação dos ciclos econômicos no processo de ocupação do território brasileiro e, em atenção a localidade de Ipeúna, o ciclo do ouro marcará os rudimentos de sua formação dada a sua proximidade as rotas estabelecidas pelas bandeiras e entradas durante a “febre do ouro”. A história de Ipeúna é, portanto, afeita aos fluxos comerciais e aos movimentos das incipientes populações.

Destarte, os traçados propostos a partir da intenção de viabilizar e permitir o acesso as jazidas de ouro, atribui ao processo de ocupação desta região o estabelecimento de caminhos ao desbravamento do sertão. Entretanto, neste momento, tais caminhos – caminho de Luiz Pedrozo de Barros e caminho de Bartolomeu Bueno da Silva (Caminho do Anhanguera) – não ofertaram, de fato, uma organização concentrada no assentamento populacional, apenas viabilizaram a circulação, acesso e escoamento da incipiente produção das capitâneas de Mato Grosso e Goiás, sobretudo, o minério de alto valor (MACHADO, 2004). A figura 1 apresenta a reconstrução dessas rotas, de autoria da professora Rosângela Doin de Almeida, a partir de descrições encontradas em registros históricos.

---

<sup>41</sup> Parcela do território colonial obtida por meio de doação realizada pela coroa, a partir do atendimento de algumas “obrigatoriedades” com vistas ao desenvolvimento econômico da colônia. Ver mais em MOTA, M. S. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **Saeculum – Revista de História**. N. 26. João Pessoa, 2012. pp. 29-45

Figura 1 - Reconstituição dos principais caminhos que cortavam a região de Rio Claro



**Fonte:** Reproduzido de Machado (2004)

Ademais, entendendo a Capitania de São Paulo como um importante território de passagem e acesso as localidades que se destacavam no cenário econômico colonial, o transporte viabilizado por animais, agora possível dado o grau de reconhecimento e adaptação do espaço à necessidade de movimentação e circulação do ouro, galga importante status na comercialização destes espécimes. A ação das tropas sobre o território – até então visto como território área, tendo em vista o não reconhecimento dos usos já realizados pelos índios e do entendimento deste apenas como fonte de recursos naturais – torna-se possível a partir das modificações ocasionadas pelas expedições bandeirantes; a figura do tropeiro e, conseqüentemente, do tropeirismo, apresenta o início do processo de fixação populacional ao longo destes caminhos. Nesse sentido Machado (2004) apresenta que

As paradas ao longo dos caminhos foram se tornando cada vez mais fixas e definitivas [...] esses pousos constituíam-se em ranchos, fazendas, ou até mesmo uma venda, porém mantinham sempre suas características. Inúmeras cidades tiveram sua origem ligada aos pousos

que se formaram ao longo dos caminhos percorridos pelas tropas. Os desdobramentos do tropeirismo foram muitos e as tropas animais, como sistemas de transporte, constitui-se numa infraestrutura tão importante que, em alguns lugares do país, perdurou até a chegada da ferrovia. (MACHADO, 2004, p. 32)

Ao exposto, as bases favoráveis ao assentamento humano no “antigo oeste paulista” se encontram diretamente ligadas a circulação pelo território, na busca de viabilizar fluxos entre os incipientes fixos polarizados pelas localidades litorâneas do Brasil colônia. Neste momento da história, as linhas e os traçados espaciais, denotam as direções dos interesses comerciais mercantis de exploração do território brasileiro. O desenvolvimento de atividades outras, possíveis a partir do caráter elementar de fixação de pequenos grupos populacionais ao longo das rotas (por terra e/ou por água) passa a definir áreas de plantios – ainda que rudimentares – destinadas ao consumo dos que ali viviam. Machado (2004) conclui que “assim as terras passaram a ser efetivamente cultivadas” (p. 33) pelo incipiente arranjo populacional que vivia na localidade a qual hoje circunscreve Ipeúna; ainda, ao descrever os aspectos da agricultura outrora encontrados nesta porção do espaço, resgata que

Na região conhecida como depressão periférica paulista aconteceram doações de grandes sesmarias: a do Morro Azul, a de Piracicaba e a de Corumbataí. Viviam nessas terras, índios, mamelucos e pequenos posseiros, que plantavam roças de feijão, quase que só para o consumo próprio, e de milho, que servia como alimento para os animais que, em tropas, passavam em direção ao interior do país. A própria família cuidava do plantio e da pouca comercialização da produção, contando, às vezes, com alguma mão-de-obra escrava. Tudo era feito de forma muito rudimentar e sem o dinamismo necessário para que fosse promovido o desenvolvimento econômico da região. (MACHADO, 2004, p. 33).

A atração pelo desconhecido “Oeste Paulista” colocou em rota algumas centenas de pessoas em um esforço telúrico de reconhecimento dos espaços inexplorados. Ao norte, como nos apresenta Dean (1977), os viajantes encontravam “penhascos”<sup>42</sup> formando uma série de escarpas com cerca de 200 metros de altitude. O autor registra que

---

<sup>42</sup> O uso do termo penhasco, conserva a utilização do termo pelo autor. Na realidade, trata-se das feições cuestasiformes: formas de relevo dissimétricas, comum em bordas de bacias sedimentares. Segundo Casseti (2005), o elevado desnível possível por maiores ângulos de disposição das camadas, ocorre pelo derramamento basáltico quando da preparação para separação da Pangeia, ainda no mesozoico (Triássico e Jurássico). Segundo Ab’Saber, o processo de formação da depressão periférica paulista – compartimento de relevo em contato com as *Cuestas* - é chamado de circundenução: processo de erosão diferencial, possível pelo contato de litologias de diferentes resistências, acelerada pela organização da drenagem em um clima quente e úmido.

“ao oeste estes penhascos são contínuos e difíceis de atravessar, mas no meio existe uma passagem mais baixa e erodida, com apenas algumas elevações que levam nomes como Morro da Gurita<sup>43</sup> e Morro Pelado” (DEAN, 1977, p. 21). Se tratando de um morro testemunho, o Morro da Gurita localiza-se, hoje, no território municipal de Ipeúna e, quando de sua referência nas narrativas de exploração do desconhecido, novamente nos é confirmada a importância da circulação dos viajantes na história pretérita do município. Cumpre esclarecer que no referido período, o território ipeunense ainda se encontrava dissolvido nas sesmarias que deram origem ao município de Rio Claro, sobretudo aquela conhecida como de propriedade dos irmãos Pereira, que se dedicavam a pecuária (conhecida na história local como o “Curral dos Pereira”).

A superação das barreiras físicas e o fluxo da incipiente população somou-se aos movimentos de conformação da estrutura fundiária local, em um processo de retomada de terra, a partir da ação dos donatários em relação aos posseiros; em resultado a dada relações conflituosas inclui-se, neste momento, a ocorrência de um terceiro agente para além dos posseiros e donatários: o arrendatário, lido como a materialização do alijamento entre as figuras do proprietário e agricultor. Dean (1977) nos apresenta a ligação entre estes fatores físicos, a ocorrência de terras inexploradas, a especulação e os conflitos de classes sociais, no rudimento da fixação da população pelo direito à propriedade privada na figura do donatário (em grande maioria operando por especulação) e do rendeiro, e/ou do movimento pelo território dos posseiros frente a alienação e expulsão destes, ainda que “garantido” o direito primitivo<sup>44</sup> de uso. Assim, Dean (1977) apresenta que

Provavelmente a agricultura pouco racional que se praticava nas novas regiões se devesse em parte à quase impossibilidade de conseguir a posse legal das terras. Talvez os métodos predadores também limitassem a profundidade do conflito gerado pela remoção dos caboclos, pois o que estava em jogo era uma clareira que, de qualquer maneira teria de ser abandonada dentro de algum tempo. Era raro um ocupante primitivo escolher a alternativa de pedir para ficar na sesmaria como rendeiro. Sempre havia mais um trecho de floresta, de graça. O fluxo da população, rápido como era, processava-se sempre mais para o interior do despovoado. (DEAN, 1977, p. 32)

A figura 2 apresenta a direção do processo de ocupação do “antigo oeste paulista”, descrito a partir do movimento pelo território. Tratou-se, dessa forma, de um

---

<sup>43</sup> O primeiro Morro, na atualidade esbanja considerável apelo paisagístico no município e conserva em sua proximidade o exercício da pecuária, guardando as restrições da localidade (característica do relevo movimentado) para o desenvolvimento da agricultura.

<sup>44</sup> Primitivo no sentido que as formas de uso pelos posseiros prescindiam a concessão das sesmarias.

processo de ocupação funcional a propriedade privada da terra, aos processos especulativos, as expulsões e a organização de culturas favoráveis a manutenção da grande propriedade.

Figura 2 - O "antigo oeste paulista" - final do século XIX



Fonte: Reproduzido de Dean (1977)

Ao exposto, a ocupação do então oeste paulista é revisto temporalmente na conformação da grande propriedade, por meio da constituição das grandes lavouras. O reconhecimento do fluxo populacional – como destacamos anteriormente – se torna

possível para além da ocupação primitiva, por vias da relação mercantil na consecução da propriedade, acreditável após a Lei de Terras de 1850 em que se estabeleceu a compra, como única forma de aquisição e acesso à terra. O valor de troca que este recurso natural assume, somada as condições favoráveis da região no que se refere as condições edafoclimáticas viabilizam as grandes lavouras. Ademais, a relação de troca permite o parcelamento das sesmarias por meio da venda, atraindo para região de Rio Claro, famílias tradicionais na produção de cana de açúcar, sobretudo advindos de Itu e Campinas (DEAN, 1977).

O mesmo autor nos revela que o declínio da cana de açúcar na região, seguindo os passos do município de Campinas, ocorre por volta de 1862 dado o baixo potencial produtivo instalado em Rio Claro com cerca de 13 engenhos no início do século XIX contra os 30 engenhos na região de Piracicaba, município no qual substituiria a fronteira da cana de açúcar; a substituição da gramínea, ensejava em terras campineiras a ascensão da cultura cafeeira. Assim, a história registra que, dada a demanda mundial de consumo do café somada as maiores margens de lucros evidenciadas pela baixa quantidade de mão de obra necessária e empregada na colheita e beneficiamento do produto – relativamente menor que o requerido pela cana de açúcar –, acompanhada das técnicas de replantio (3 anos para cana de açúcar e até 30 anos para o café), conformaram as bases de decisão para o abandono da primeira para instituição da segunda. Apresentada as condições de ascensão e consolidação da cultura cafeeira na região, Dean afirma que

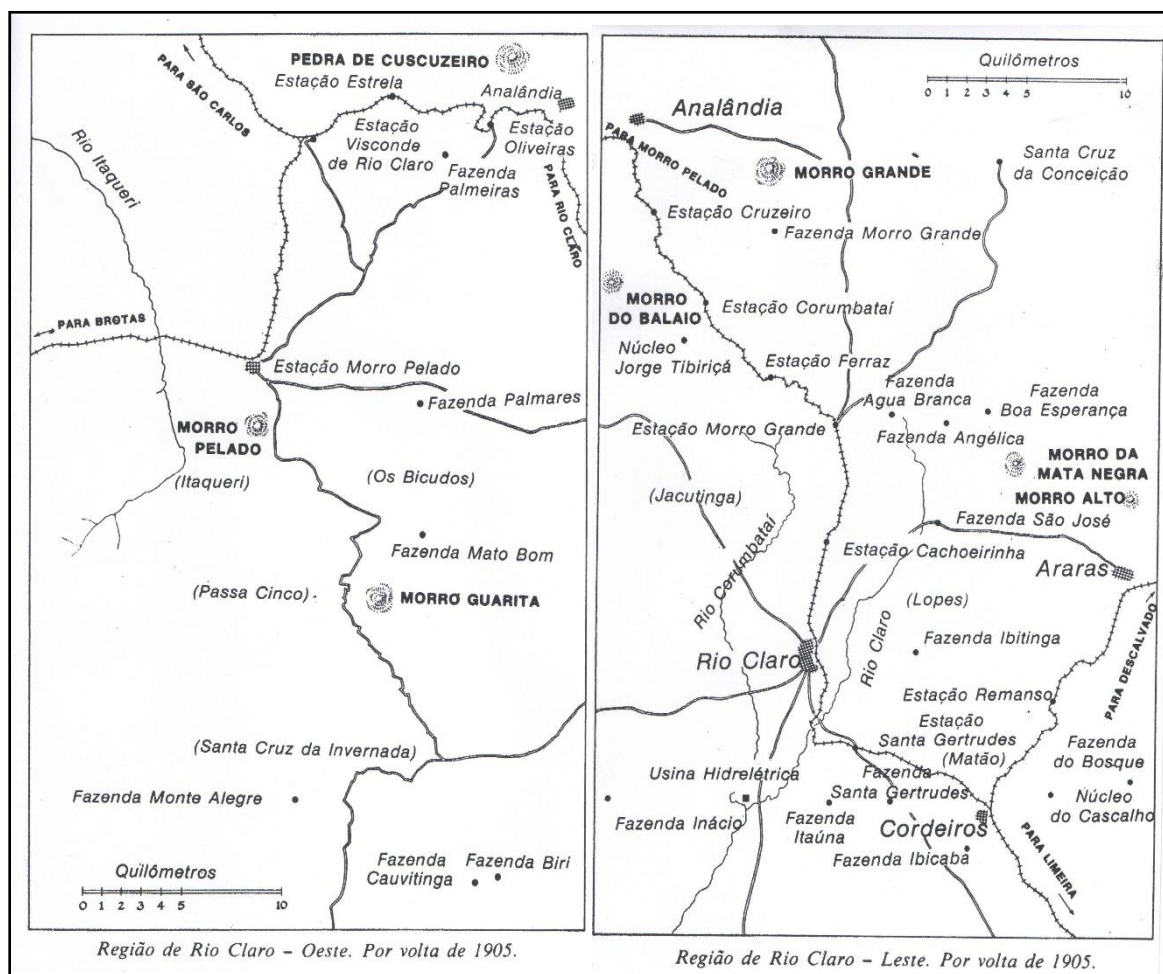
O ciclo da cana de açúcar em Rio Claro foi claramente subcapitalizado e especulativo. Os fazendeiros de Rio Claro financiavam a produção local com o que ganhavam nas propriedades de Campinas e Itu. A exaustão das florestas e do solo em regiões mais antigas teria, com o tempo, transformado a região numa área canavieira importante, mas então o café substituiria a cana. (Ibidem, 1977, p. 41)

A figura 3, apresenta a região de Rio Claro indicando as fazendas nas quais, realizavam-se a produção de cana de açúcar e café, sendo a primeira de menor importância. Registrando a região em 1905, é notável a organização das estradas de ferro<sup>45</sup>, já em orientação ao escoamento da produção cafeeira para o porto de Santos.

---

<sup>45</sup> A estrada de ferro chega em Rio Claro no ano de 1876.

Figura 3: Localização das fazendas produtoras de café na região de Rio Claro – 1905.



Fonte: Reproduzido de Dean (1977)

Retornando ao que tratamos no início desse capítulo onde apresentamos que, o entendimento da história local perpassa-se pelo entendimento dos ciclos econômicos brasileiros, tornou-se necessário ao afunilamento da história de Ipeúna, o destaque dos processos em escala regional, nacional e até mesmo internacional (uma vez que tratamos de momentos ainda no Brasil colônia e do histórico movimento de exportação do cana de açúcar e café). Tamaña digressão enseja as possibilidades de entendimento da conformação das grandes fazendas na região, a partir da doação das terras no Morro Azul garantindo a continuidade dos processos de ocupação e formação territorial, assim como da estrutura fundiária da região (FERNANDES, 2018). Das sesmarias à formação territorial de Rio Claro, acaba-se por definir a formação territorial de Ipeúna. Ao exposto, a figura 3 nos apresentou as fazendas de copiosa importância (Santa Cruz da Invernada,

Fazenda Monte Alegre, Fazenda Cauvitinga e Fazenda Biri) para o ordenamento territorial da localidade onde hoje se encontra o município eleito neste trabalho.

Ademais, Dean (1977) registra a organização da grande propriedade latifundiária marcada pelas operações do complexo rural; dada as dinâmicas encontradas atualmente em Ipeúna, o contraste dos processos que se sobrepunham a essa forma de organização pretérita se materializaram via dinâmicas descritas pela reunificação entre agricultura e indústria no referido complexo agroindustrial, tal como descrevemos no capítulo 2. Assim, o autor descreve

As fazendas de Rio Claro eram quase auto-suficientes quanto à alimento, materiais de construção, animais de tração e alguns artefatos [...] todavia, as fazendas não eram muito diversificadas. Além do milho, feijão e arroz, em geral mantinham algumas vacas junto com cavalos e mulas, e às vezes cabras e ovelhas. Plantava-se pouca cana, ao menos para fazer caldo e aguardente. Cultiva-se algodão, que era fiado e tecido pelos escravos [...] as propriedades maiores com frequência possuíam serrarias e moinhos movidos pela mesma força hidráulica ou vapor que propulsionava os descascadores de café. Em Rio Clara existem algumas jazidas de cal e argila, e alguns fazendeiros tinham fornos e olarias, em geral arrendados, que supriam a cidade e o resto do município. (Ibidem, 1977, p. 51)

A área denominada Santa Cruz da Invernada (Figura 3) precede o nome dado a Ipeúna (MACHADO, 2004; CARVALHO; FERREIRA, 2015; FERNANDES, 2018) e registra o primeiro esboço gráfico do futuro município paulista, ainda descrito sobre a denominação e referência a Rio Claro. Assim, a alusão as culturas – as quais o resgate é de salutar importância para podermos considerar uma dada inércia produtiva do território ipeunense – é descrita pela literatura aqui considerada em citação ao município de Rio Claro. A conservação dos cultivos como base da organização das propriedades rurais ipeunense é descrito quando da entrevista com o senhor I. P., no ano de 2017 – importante figura pública e política no município. O entrevistado, resgatando histórias da década de 40 e realizando um recorte após a crise de 1929, afirma que

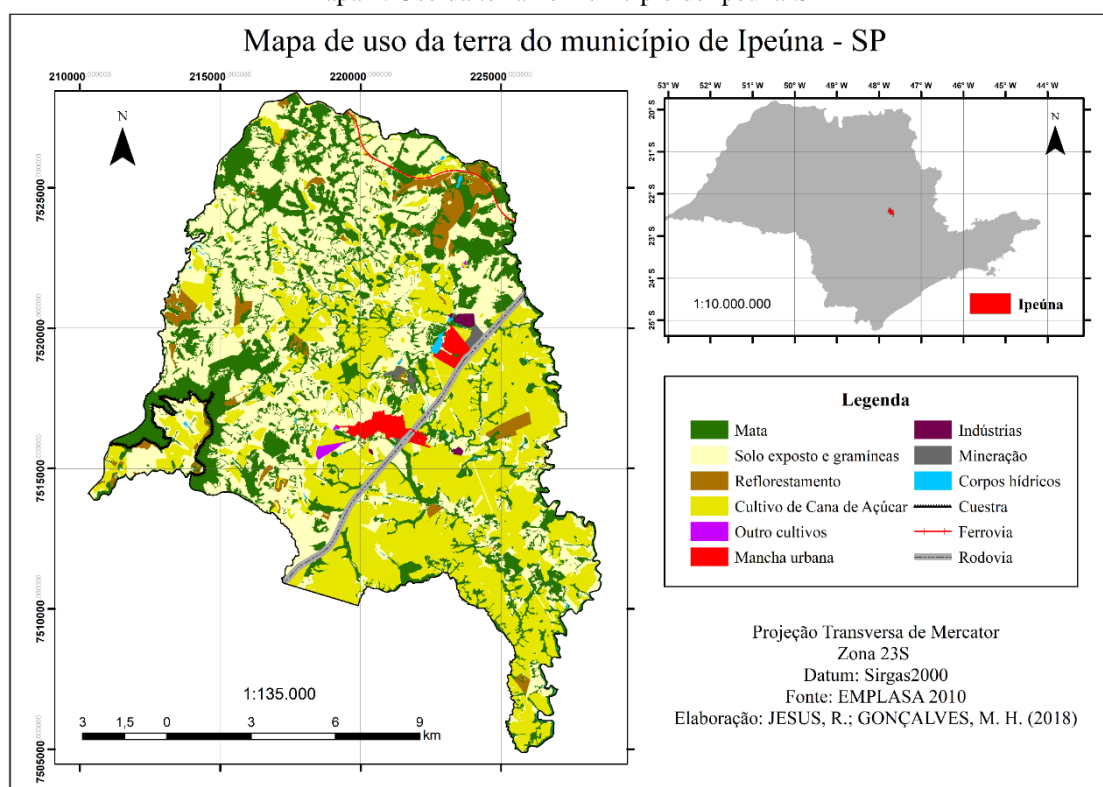
*Depois do café, que deu aquela crise no país tudo, aí aqui no município passou a ser mais pra cereais, quer dizer: arroz e milho. Alguns plantavam um pouquinho de mandioca, mas o forte era o arroz e o milho. E depois disso, que parou essa produção, passou a cana. O gado sempre existiu porque nessa região de serras aí é muito acidentado, então por esse motivo era mais gado. E lá pelos anos 30, 40, até 60 o pessoal só plantava no burro, né. Só na base de animais [...] Era mais arroz, porque a época do café já tinha ido e tinha muito pouco café. Então era gado e arroz. Quem plantava arroz também plantava milho. Então a produção de milho era boa, e arroz também era uma produção boa. Além do mais continuava lá nas caieiras a produção da cal, né. Depois, em 63, 64, parou-se a atividade da produção da cal*

[...] A cana tinha começado, lá pelos anos 50, cana de açúcar. (I. P., 2017)

A reinserção da cana de açúcar no município (com conferida expressividade) ocorre após um longo recesso justificado pelo não competitividade das fazendas ipeunenses diante dos arranjos de produção que se verificava em Piracicaba (DEAN, 1977). A estruturação e funcionamento de grandes usinas na região, sobretudo nos municípios de Charqueada, Araras e até mesmo Piracicaba, passam a fomentar a funcionalização das propriedades rurais ao monocultivo da gramínea, ainda durante os anos 50, conforme nos apresenta I. P. (2017). A afirmação de que “o gado sempre existiu” resgata a matriz histórica da formação do município ainda no “Curral dos Pereira”.

Conserva-se no território municipal semelhante estrutura produtiva de base agropecuária<sup>46</sup>, tal como apresenta o mapa 1, confirmando nossa inferência de que a tradição agrícola do município assentada sobre as bases da monocultura, seja do café ou

Mapa 1: Uso da terra no município de Ipeúna-SP



<sup>46</sup> Esse arranjo assente numa dada tradição produtiva nos conduz a questionar sobre a influência desses arranjos e formas de reprodução socioeconômica, na participação e aceitação dos produtores rurais de uma nova perspectiva de produção assentada nas bases da agricultura orgânica. Questionamentos se apresentam: qual a possível participação desse “mundo moderno”, marcado pelas inovações produtivas da agricultura orgânica, na redefinição dos contornos do rural ipeunense? A ideia de que os conjuntos agrícolas mais rentáveis e eficientes se expandem sobre os menos produtivos, tal como descreve Diniz (1984), demonstra a força da cana para o município ou a fragilidade das práticas socioespaciais internas da Korin Agroindústria? Novamente, como conservar e validar o título de Capital Nacional da Agricultura Natural diante desse cenário?

da cana de açúcar, e da pecuária extensiva conservam resistências a inserção de novas dinâmicas e conjuntos agrícolas descritos sob a orientação da prática orgânica.

Por conseguinte, as referências que se fez até o presente momento na reconstrução historiográfica de Ipeúna se ocupou em apresentar até meados do século XX, a formação territorial e as dinâmicas produtivas do vilarejo ainda tributário a comarca de Rio Claro. Ademais, destaca-se a reorganização e fragmentação de uma dada porção territorial do último que irá dar nota, em 1964, a emancipação de Ipeúna, ensejando novas dinâmicas políticas, econômicas e populacionais. Dessa forma, o vilarejo de tradição marcadamente agrícola até os anos de 1980, tal como descreve I. P. (2017), passa a receber a partir da segunda metade da década de 70 incipientes plantas industriais que dinamizam a economia do agora município. Ainda, o ramo industrial de gradativo significado econômico para Ipeúna é descrito por organizações industriais de base metalúrgica, mineradora, aviação civil e, o objeto de nosso estudo, a agroindústria de frangos (FERNANDES, 2018). Cumpre esclarecer que a Korin Agropecuária e a Korin Agricultura e Meio Ambiente assumirá a frente ao que diz respeito a arrecadação tributária e a geração de emprego no município, após o arrefecimento das indústrias metalúrgicas e mineradoras.

### **7.1 A instalação do Polo de Agricultura Natural em Ipeúna-SP: breve histórico da fundação da Korin na Capital Nacional de Agricultura Natural**

A história de implantação da Polo de Agricultura Natural, cujas bases se alicerçam nos arranjos produtivos iniciado no Brasil em meados da década de 1970<sup>47</sup>, decorrem da organização de um reduzido número de membros da Igreja Messiânica Mundial do Brasil (IMMB) afeitos ao consumo de produtos agropecuários de base natural. Efetivamente, a história da produção organizada e gestada sob os preceitos da agricultura natural, tem seu início no município de Atibaia-SP polarizado pelas atividades desenvolvidas pela igreja em São Paulo-SP. Este último como *locus* central das atividades dos membros da igreja, assistiu a construção dos primeiros pontos de venda (Antiga loja de Moema) dos produtos naturais advindos do interior do estado (Atibaia) e compartilhava com a cidade do Rio de Janeiro-RJ outros três (3) pontos de venda (lojas de Copacabana, Grajaú e Penha).

O trabalho agrícola assentado sob esta perspectiva de produção iniciou-se com a atuação da Fundação Mokiti Okada (FMO) e da MGC (Messiânica General Company) e,

---

<sup>47</sup> Como veremos mais adiante, o então movimento de organização das bases produtivas alicerçadas na filosofia de Mokiti Okada não se inicia em Ipeúna-SP.

posteriormente, com a PRONAM (Produtos Naturais Messiânica) – sendo estas últimas empresas vinculadas a Igreja, em atividade até o final da década de 1980. A escala de produção destas estruturas, tal como é apresentado pelos registros históricos da empresa, se restringia a atender o mercado consumidor basicamente constituído pelos membros da IMMB; a incipiente produção, se organizava em torno da prática agrícola de produção de frutas, legumes e verduras (FLV) e sua comercialização ocorria nos pontos de venda de São Paulo e do Rio de Janeiro, como já citado.

Por conseguinte, o aumento da demanda pelos produtos naturais, para além do tripé frutas, legumes e verduras, incorreu na reorganização produtiva até então verificada nos períodos que antecederam a fundação da Korin Agropecuária LTDA em 1994. As atividades no Polo de Agricultura Natural, localizado em Ipeúna-SP, estabeleceu-se com a cessão de uma propriedade rural, na porção nordeste do município, pelo Reverendo Pedro Partezan, que dedicava<sup>48</sup> no município de Rio Claro-SP. O aumento da demanda e a aquisição de uma propriedade cuja soma de sua área se aproximava a 200 hectares, estruturam as novas bases produtivas para a fundação do Centro de Pesquisa Mokiti Okada (CPMO), ainda no início dos anos de 1990.

A natureza incipiente das atividades em Ipeúna conservaram, em parte – ao menos inicialmente –, as atividades até então desenvolvidas no polo de Atibaia-SP com a produção de hortaliças e frutas. A idealização do projeto da avicultura livre de antibióticos, surgiu das considerações do ex-presidente da Igreja Messiânica Mundial, Reverendo Tetsuo Watanabe – que inclusive propôs e grafou de próprio punho o nome Korin, cujo significado é “anéis de luz”. É neste cenário, então, que a Korin Agropecuária é fundada no ano de 1994, em Ipeúna, somando às atividades já realizadas pela Fundação Mokiti Okada através do Centro de Pesquisa anteriormente instalado.

Desta forma, os arranjos produtivos hortícolas são adensados a produção de aves para corte e aves de postura, inicialmente criados na própria estrutura granjeira instalada no atual Polo de Agricultura Natural, com o abatimento, até então, de 300 frangos/dia. Em 1995 é construído o abatedouro com uma capacidade instalada de abate diário de até 1.500 frangos; o aumento da demanda e da capacidade produtiva conduziu a empresa a adotar o sistema de produção integrada, onde a produção passou a alojar uma média anual de 1.300.000 aves nas unidades agrícolas nos municípios vizinhos a Ipeúna. Posteriormente, em 1997 e 2007 o abatedouro é ampliado e o abate diário aumenta para

---

<sup>48</sup> Expressão utilizada pelos membros da Igreja Messiânica Mundial para anunciar o trabalho realizado por estes em prol da igreja.

16.000 aves, acompanhado do aumento de número de aves alojadas nos produtores integrados somando em média 5.100.000 (número divulgado pela empresa no ano de 2017, quando a empresa possuía 40 produtores integrados – atualmente conta com 47 produtores integrados localizados em um raio de até 82 km).

Para além da produção de frangos, que passou a sustentar economicamente a empresa após 2008 (segundo o relatório socioambiental de 2013, até este ano, a empresa se sustentava pela Igreja Messiânica tida como instituição mantenedora da Korin), a produção de ovos na linha sustentável teve início no ano 2004. Desse modo, o sistema agroalimentar da avicultura fundado nos preceitos da agricultura natural (DEMATTE FILHO, 2014), mobiliza no sistema de integração os atuais 47 produtores integrados e cerca de 200 produtores familiares no cultivo de milho para produção da ração (produzida em fábrica própria).

Dado o pioneirismo das atividades produtivas da Korin Agropecuária, o braço do Centro de Pesquisa Mokiti Okada – que posteriormente se transformou na Korin Agricultura e Meio Ambiente – criou um sistema de auditoria e certificação próprio a fim de regular a sua produção e comunicar aos consumidores os seus processos inovadores. Tal mecanismo de certificação é baseado nas normas da Associação Brasileira de Avicultura Alternativa (AVAL), com sede em Ipeúna, cuja idealização e constituição de seus membros é majoritário aos colaboradores da própria Korin.

Por fim, a força da empresa no município remonta as atividades, como aqui apresentado, aos idos iniciais da década de 1990 e avança atualmente constituindo-se como a principal empregadora e geradora de arrecadação municipal. É, portanto, defronte a esta história que, em 2015, através de força de lei (Lei Municipal nº 1.228) Ipeúna se torna a Capital Nacional da Agricultura Natural. Tal nomeação fez com que, em 2017, fosse proibida a pulverização aérea de agrotóxico no município (Lei Municipal nº 1.343). Contudo, o cenário traçado, conforma as bases para a centralidade de Ipeúna na gestão dos territórios produtivos e descreve práticas e interações espaciais que estruturam o seu comportamento espacial para além dos limites municipais. O esforço que se demonstra no capítulo seguinte, vai ao encontro do entendimento destas práticas espaciais de gestão do território.

## CAPÍTULO 4

### 8. PRÁTICAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS DA KORIN AGROPECUÁRIA: TERRITORIALIDADE OU GESTÃO DO TERRITÓRIO?

Anuncia-se no presente trabalho a preocupação em entender a organização do espaço agrário de Ipeúna-SP, sobretudo, pensando as dinâmicas e processos gestados na perspectiva das interações espaciais descritas e inscritas na gestão do território da Korin Agroindústria<sup>49</sup>. O marco teórico da multifuncionalidade da agricultura nos permite localizar e identificar práticas gestadas na perspectiva social, cultural, política e econômica que envolvem o cotidiano agrícola, uma vez que amplia o olhar do pesquisador para além da configuração eminentemente mercantis (CARNEIRO; MALUF, 2003). Tal perspectiva, dessa forma, descreve a sensibilidade do olhar geográfico – ainda que não se trate de uma noção própria e exclusiva a Geografia – para as formas de organização do espaço pelo modo de vida rural. Para além da multifuncionalidade da agricultura, a noção de multifuncionalidade da paisagem rural nos apresenta e nos auxilia no entendimento da espacialidade humana, uma vez entendido o caráter agregador da categoria paisagem.

Ademais, as múltiplas e diferentes funções exercidas pela agricultura ou, neste caso, mais detidamente pela paisagem rural, se (re)arranjam no tempo e no espaço. Testemunhos da ação humana, narram e atestam a natureza diferenciada dos espaços e, por consequência, descrevem a diferenciação da ação humana na funcionalização do território, organizando-o segundo as suas necessidades e possibilidades. Assim, quando falamos de organização espacial inscrevemos na discussão aspectos outros e múltiplos que conformam um dado arranjo espacial em dado momento histórico. Tal como a noção de multifuncionalidade nos apresenta relações com o olhar do pesquisador sobre a atividade agrícola ou sobre a paisagem rural, a natureza caleidoscópica das formas espaciais revelam a sua exposição pretérita, atual e futura a processos que a diferenciam

---

<sup>49</sup> Cumpre esclarecer que as atividades da Korin Agropecuária LTDA e da Korin Agricultura e Meio Ambiente tiveram início no território municipal ainda na década de 1990 com a atuação da Fundação Mokiti Okada e posteriormente com as atividades do Centro de Pesquisa homônimo. A localização das atividades empresariais no atual “Polo de Agricultura Natural” foi viabilizada a partir da doação de aproximadamente 202 hectares por um membro da Igreja Messiânica Mundial do Brasil que residia no município de Rio Claro-SP. Ademais, as atividades baseadas nos preceitos da agricultura natural iniciaram-se no Brasil, ainda que timidamente, por volta da década de 1970 no então Polo de Atibaia-SP. Efetivamente, a Korin é criada no ano de 1994 em Ipeúna-SP e progressivamente expande a sua atuação no eixo centro-sul do país (tal como veremos ao longo desta seção) por meio dos espaços de produção, processamento e distribuição.

constantemente, incorrendo ao olhar do geógrafo a tarefa de desvelar as múltiplas dimensões do espaço, como nos lembra Corrêa (2011).

Entendida e descrita pelo autor supracitado como reflexo da condição, existência e meio de reprodução da sociedade na qual se gesta, o caráter multidimensional da organização do espaço é descrito na senda da construção social da espacialidade diante das diferentes ações humanas (CORRÊA, 2011). Nesta perspectiva, anuncia-se

[...] as dimensões econômica, política e cultural, cada uma regida por processos e mecanismos específicos, mas integrados na mesma formação social. O resultado são as múltiplas espacialidades que exibem, que ora se justapõem, ora se recobrem parcialmente, ora chegam mesmo a co-variarem espacialmente. (Ibidem, 2011, p. 9)

O ensejo das contribuições teóricas de Corrêa (2010; 2011), nos permite avaliar a multidimensionalidade da organização espacial como fruto da expansão – também espacial – do capital produtivo, contrastando com o capital social e cultural, tal como descreve Bourdieu em *A distinção: crítica social do julgamento* (2008). O anúncio da justaposição e covariação das formas espaciais, balizam o entendimento do caráter contínuo e descontínuo do espaço geográfico (Ibidem, 2011). Assumindo a descontinuidade espacial enquanto dado da diferenciação socioespacial, defronta-se o engendramento das interações espaciais como possibilidade e estratégia de reprodução do capital, no prisma da organização e reorganização espacial.

Desta forma, a expressão espacial das práticas corporativas, sobretudo no que se refere ao reordenamento dos espaços produtivos no pós Segunda Guerra Mundial com a espacialização sincrônica de uma dada produção simultânea em diferentes localidades, consolida-se por meio da expansão do capital produtivo, apresentando cinco características interligadas, segundo Corrêa (2010), a saber: a) a ampla escala de operações; b) a natureza multifuncional de atuação, adensando formas de expansão por meio da concentração horizontal, vertical e da formação de conglomerados; c) a segmentação, como expressão da divisão do trabalho; d) as múltiplas localizações, na perspectiva de acesso as vantagens competitivas e comparativas concorrendo, também, na divisão territorial do trabalho e; e) o poder de pressão econômica e política da corporação.

No cerne das questões de complexificação da espacialidade das atividades corporativas, encontram-se a complexa estrutura de relação de classes. Por assim entender, Corrêa (1987; 1992; 2010; 2011) nos lembra que a organização espacial é, em sua natureza, desigual, justamente por ser reflexo, meio e condição do social. Essa dada

característica se apresenta enquanto condição de reprodução da sociedade e participante da gestão do território. Assim, nas palavras do autor

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade. (CORRÊA, 1992, p. 35)

Sobre a gestão do território nas sociedades de classes, continua afirmando que

Como qualquer outro fato social a gestão do território possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais historicamente variáveis. Nas sociedades de classes a gestão do território implica na criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se das diferenças espaciais. (CORRÊA, 1992, p. 35)

Dois aspectos merecem atenção quando da discussão sobre gestão do território<sup>50</sup>, aqueles relativos à diferenciação espacial – levando em consideração a perspectiva de complementariedade dos espaços – e aqueles relativos as práticas espaciais. Em certa medida, a natureza diferenciada do território reclama práticas espaciais, as quais descrevem e inscrevem execuções distintas daquelas apresentadas por Roberto Lobato CORRÊA (1987; 1991) quando do estudo de caso da Souza Cruz. As práticas espaciais relativas à gestão do território se conservam em sua essência, uma vez que essa mantém a expressão de um dado pensamento e ação que concorrem a expansão do particular e a tendência a diferenciação (DAVIDOVICH, 1991); porém, o seu conteúdo, digamos, operacional, se altera com as conferidas novas dinâmicas engendradas pelo progresso técnico. Produz, dessa forma, manifestações de integração territorial a nível da gestão e da produção (CORRÊA, 2010) diferentes daquelas descritas no estudo mencionado (Ibidem, 1987; 1991).

---

<sup>50</sup> Segundo Davidovich (1991), o termo gestão se refere as dinâmicas de governabilidade em uma sociedade em rápida transformação. Assim, a autora nos lembra que “tal saber [gestão do território] fundamenta-se no progresso técnico-científico e na racionalidade, bases da legitimidade do poder no mundo de hoje e da ideologia da modernidade [...] subjacente a essa prática, há, portanto, uma proposta de racionalização da vida econômica e política que vem ao encontro da reestruturação mundial da acumulação em bases científicas e tecnológicas; tal imperativo não é exclusivamente movido pela grande ampliação conquistada pelos mercados nos dias de hoje, mas, sobretudo, por objetivos de controle da incerteza e do aleatório, engendrados pelo próprio processo tecnológico.” (DAVIDOVICH, 1991, pp. 7-8)

Evidentemente, a premissa básica para a discussão sobre a gestão do território, diz respeito ao uso deste, substantivado pelas práticas espaciais de organização e reorganização do espaço de ação. Ainda, ao entendermos o território enquanto espaço da prática, no que diz respeito ao aparelhamento da apropriação, controle e defesa, cabe distinção do que se entende por territorialidade e gestão do território, uma vez que ambos os conceitos guardam conexão nos processos e dinâmicas de reorganização política e prática das estratégias espaciais dos agentes socioterritoriais (BECKER, 1988; 2012).

Assim, a territorialidade é dita por meio do uso e do vivido pelos sujeitos sociais, no íntimo das relações com espaço e manifestada em diferentes escalas; apresenta-se, portanto, como “a face vivida do poder” em anunciada resistência as formas de reapropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986 Apud BECKER, 2012). A díspar, o significado de gestão do território conserva-se na expressão da modernidade por meio de práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico em busca de uma dada coerência das múltiplas decisões e ações que visam atingir uma finalidade; conforme demonstra Becker (1988; 2012): “a gestão do território é a prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo” (p. 129).

Ao exposto a delimitação conceitual esclarece que, salvo as distinções, a convergência dos termos ocorre na existência de práticas e políticas territoriais “nem sempre explícita, mas embasada em coordenada de direção” (DAVIDOVICH, 1991), seja no sentido de coordenação das hierarquias e complementariedades espaciais ou de direção dos fluxos. Desta forma, diferenciação, complementariedade, práticas espaciais, multidimensionalidade do território, múltiplas localizações, multiescalaridade, apropriação, controle e poder figuram-se como palavras chaves ao entendimento do que aqui se pretende: apresentar as práticas espaciais de gestão do território da Korin Agroindústria, valendo-se do entendimento das suas dinâmicas de interações espaciais; esforço empreendido e justificado uma vez que os espaços de produção e de consumo se decompõem em localidades nacionais e internacionais por meio de algumas mapeáveis e outras ubíquas formas de circulação.

No cerne do estudo, verificam-se aspectos relativos ao ciclo de reprodução do capital na sua expressão espacial, sobretudo aquela desvelada pela busca de fluidez nas/das dinâmicas do modo de produção capitalista; ainda, verificam-se relações correspondentes a formas de construção de um referida identidade territorial – portanto, iconográfica – por meio da “restauração” de uma singularidade espacial: aquela em que narra e apresenta a Korin Agroindústria LTDA localizada não no município de Ipeúna-

SP, mas na Capital Nacional de Agricultura Natural. Desse modo, seguimos com a apresentação da estrutura locacional da empresa.

### **8.1 Aspectos relativos à estrutura locacional da Korin Agroindústria LTDA: os espaços de produção, processamento, distribuição e consumo**

A natureza multidimensional do território, conforme destacamos anteriormente, nos apresenta às dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas. A conformação das dinâmicas que estruturam a dimensão econômica do território, projeta fixos e fluxos que concorrem na ordenação de formas e processos amalgamados à produção, circulação e consumo. Evidentemente, posto que a agenda capitalista aciona todas as dimensões indicadas, não podemos desconsiderar a concomitância e a relação – na maioria das vezes anacrônica – dos interesses da pauta econômica com as pautas ambientais, sociais ou culturais, por exemplo.

Ademais, a definição e redefinição do encadeamento de decisões calcadas na governabilidade das dinâmicas espaciais sob os caracteres do modo de produção capitalista, inscreve na discussão os aspectos relativos à circulação de mercadoria, pessoas e informação. Avalia-se, desse modo, as questões relacionadas a localização, uso da terra e interações espaciais, como instrumentos de análise da dimensão econômica do território, “visando captar a lógica que fixa, movimenta ou realociza cada forma e interação” (CORRÊA, 2011, p. 8). Assim, diante da complexa espacialidade anunciada pela expansão do capital produtivo, o ciclo de acumulação e reprodução do capital se espacializa por meio de pontos, linhas e áreas, assentes em três dimensões: organizacional, temporal e espacial (CORRÊA, 1986; 2011b).

Dessa forma, a partir da ordem expressa pela tomada de decisões sobre os aspectos de produção, espaços outros e múltiplos são acionados no processo de metamorfose do capital-dinheiro em mercadoria, conforme nos apresenta Côrrea (1987; 2011a; 2011b). As dinâmicas relativas a essa metamorfose, descreve as ações combinadas e requeridas de compra de força de trabalho, compra e manutenção dos meios de produção e a dependência de atividades terciárias, na valorização do capital-dinheiro, agora posto em circulação por meio da mercadoria (Ibidem, 2011a).

Assentados nos marcos teóricos sobre a organização do espaço e gestão do território, identificamos a idiosincrasia espacial da Korin Agroindústria perpassando pelo entendimento da integração territorial dos espaços de gestão e produção. Atualmente, com um portfólio composto por 45 produtos (KORIN, 2017) organiza a sua

produção, processamento e distribuição em 232 municípios, a figura 4 apresenta a estrutura locacional da Korin no ano de 2019. A decomposição e a expansão espacial do capital produtivo da empresa, viabiliza a ocorrência em 218 municípios nos quais se organizam a sua produção agropecuária – alocada em cinco estados do eixo centro sul (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). Ainda, apenas a produção de semente de linhaça dourada, milho de pipoca e grão de bico, se localiza na Argentina<sup>51</sup>. O mapa 2 localiza e apresenta estes espaços de produção.

As práticas espaciais no que se refere a seletividade espacial, merecem destaque quando nos deparamos com a localização dos espaços de produção da empresa. A seletividade destes espaços responde a especificidade e singularidade do processo produtivo da Korin, balizado nos preceitos da agricultura natural. Nessa perspectiva, a prática espacial de seletividade descrita nas ações da empresa, objeta a três princípios: a produção nos moldes da agricultura natural/orgânica; formas de socialidade que permitam a organização da produção pautadas no respeito mútuo (o que, a princípio, pode justificar a opção por valer-se de formas de organização baseada no cooperativismo em algumas localidades); e o respeito as dinâmicas locais de produção, no que se refere as dinâmicas do “saber fazer”, pautadas em conhecimentos tradicionais/ tácitos, bem como, do atendimento as condições edafoclimáticas de dadas localidades.

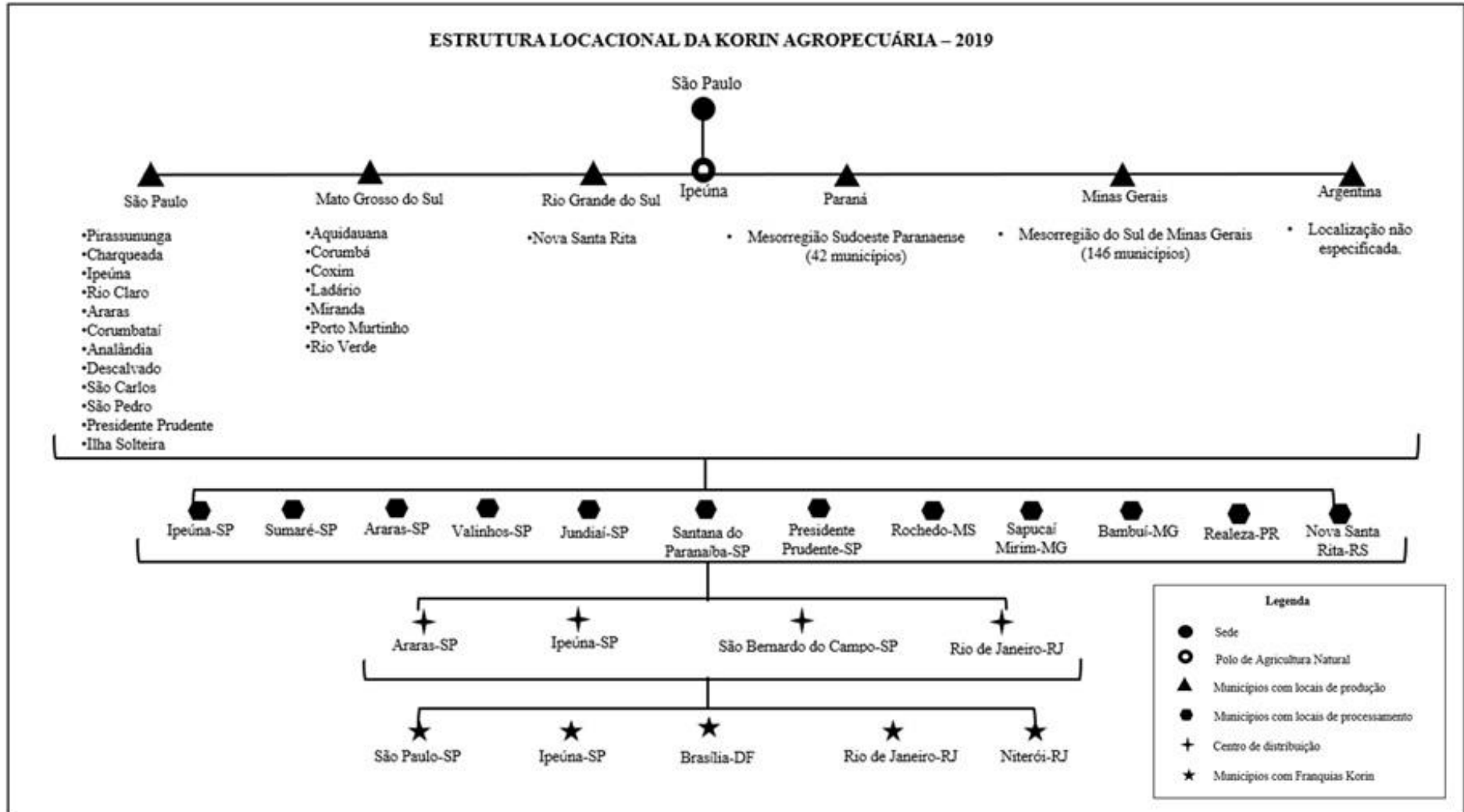
Ao exposto, as leituras clássicas – seja do modelo de von Thunen de maximização da renda da terra e/ou de Alfred Weber a respeito da localização industrial – sobre a localização da produção, em certa medida, não conferem validade<sup>52</sup> ao comportamento espacial verificado nas dinâmicas e processos da Korin. A validade de tal afirmação decorre do entendimento dos fatores locacionais que influenciam na seletividade espacial da empresa e que rompem com a busca tradicionalmente descritas pelas vantagens comparativas e/ou competitivas. De natureza eminentemente localizada, os espaços de produção obedecem à formas estruturadas em práticas agrícolas alternativas de base

---

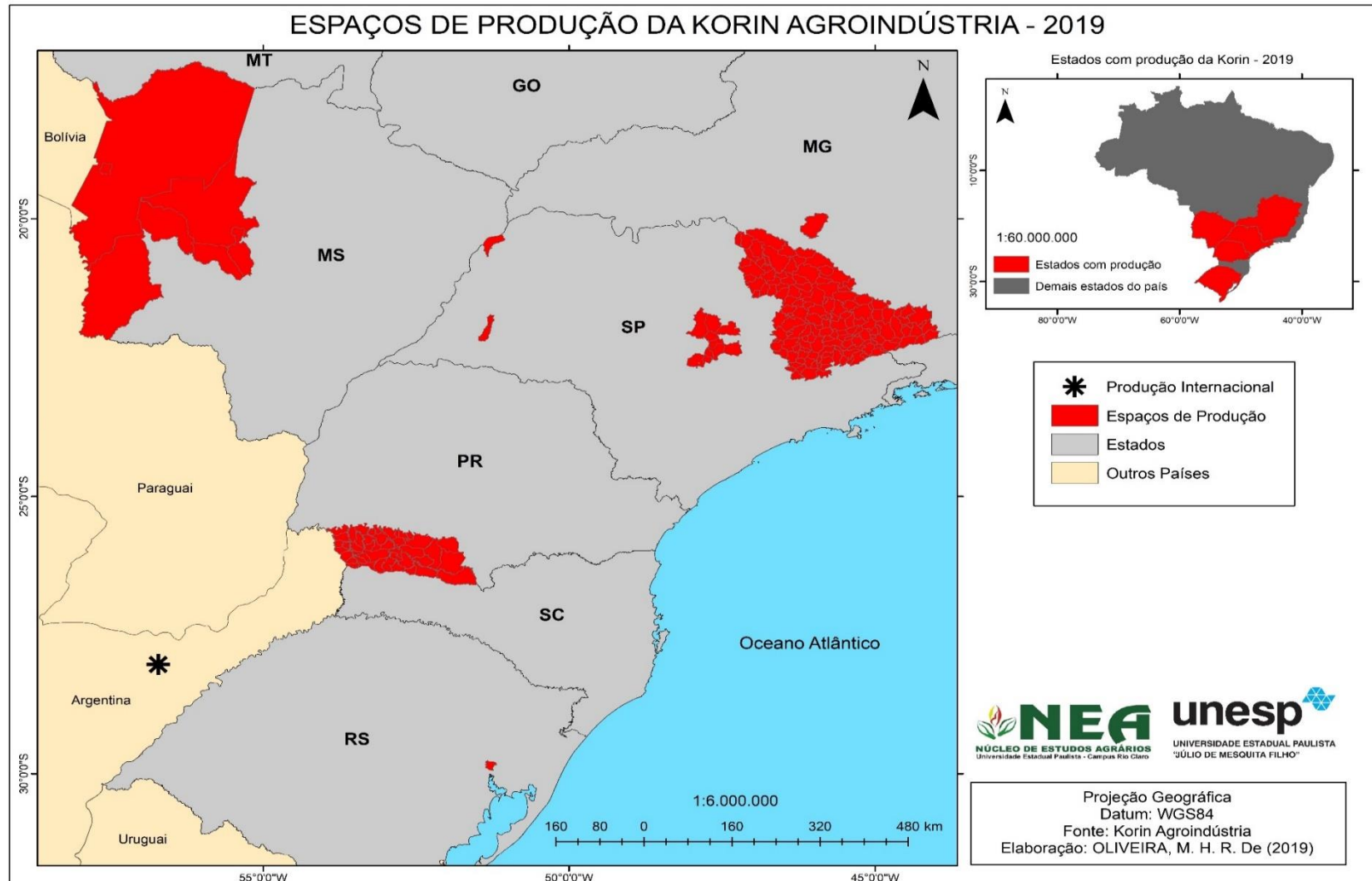
<sup>51</sup> Cumpre esclarecer que não houve por parte da empresa a especificação da região ou município(s) que participam da produção destes grãos em território argentino. Veremos mais adiante que, para alguns produtos, a resposta da empresa se manteve na escala regional e não municipal como nos valem os presentes trabalhos; nestas situações consideramos, como espaço de produção, todos os municípios pertencentes as referidas mesorregiões (Sul de Minas Gerais e Sudoeste do Paraná), seguindo a regionalização proposta pelo IBGE.

<sup>52</sup> Assim como já atestado por diversos autores que questionam a operacionalização efetiva dos modelos e teorias clássicas sobre a localização da produção. Cabendo mencioná-los por sua referida importância na construção do pensamento sobre economia espacial.

Figura 4: Estrutura Locacional da Korin Agropecuária - 2019



Mapa 2: Espaços de produção da Korin Agroindústria - 2019



sustentável, com o claro objetivo de alcançar os determinantes da agricultura natural; dessa forma, a prospecção de espaços produtivos obedece a uma certa ordem de aproveitamento de estruturas produtivas que já se dispõem a organizar a produção sobre os preceitos sustentáveis e/ou orgânicos. Nesta senda, a localização dos espaços de produção, respondem a prestabilidade de formas organizativas de produção já implementadas.

Dessa forma, a generalizada ubiquidade espacial verificada na lógica simplificadora e homogeneizante do agronegócio tradicional, não atende as necessidades requeridas pela empresa e não corresponde à realidade encontrada no levantamento de dados. Compreende-se tal assertiva, uma vez que a cadeia de valor a qual a empresa propõe, com vista a expandir e inovar no mercado, complexifica ainda mais a gestão do seu território. Cumpre esclarecer que os aspectos de seletividade, prática espacial *a priori*, destaca a consciência da diferenciação espacial valorizando-a em conjunto com as demais práticas (CORRÊA, 1995). Nessa perspectiva, o reforço as formas de inclusão social e de favorecimento das dinâmicas ambientais locais, é reiterada a todo momento nas comunicações institucionais da empresa, indicando para além do alinhamento aos preceitos da agricultura natural, uma dada construção “iconográfica” do que é ser e consumir os produtos Korin.

Dos espaços de produção passamos a nos ater as localidades de processamento desses produtos. Em sua grande maioria, os espaços de produção não correspondem aos locais de processamento (embalagem e beneficiamento), porém, alguns produtos são encaminhados para a distribuição, devidamente embalados com a marca da empresa, como é o caso do arroz orgânico, mel, própolis, parte da produção de frango congelado e resfriado e os ovos: compatibilizam, desta forma, o *locus* de produção e de processamento. O mapa 3 identifica os municípios em que ocorrem o processamento dos produtos Korin. Ademais, é necessário ressaltar o caráter contínuo dos fluxos que se estabelecem entre os referidos municípios a partir da lógica espacial de uma única corporação. Desse modo, confirma-se a complementariedade e interdependência dos espaços na estruturação das atividades produtivas (CORRÊA, 2016).

Rompe-se, conseqüentemente, com uma dada hierarquia urbana prefixada na leitura christalleriana de subordinação e hierarquização das interações e direção da mesma. Ao exposto, desenha-se uma rede de múltiplos circuitos, gestada pela distribuição do poder econômico e político no espaço. Tal prerrogativa parte do ponto de vista de que, ao menos em alguns espaços de produção, o valor simbólico da organização entorno dos

preceitos da sustentabilidade representa uma forma alternativa de realização e antagoniza com os circuitos espaciais do agronegócio convencional. Assim, os preceitos da agricultura natural descrevem o elogio a formas de conforto animal e a isonomia do produto a ser consumido, inscrevendo nas estratégias de gestão territorial um dado arranjo espacial que permita fluxos eficientes e responsivos, principalmente, com o bem-estar animal<sup>53</sup>. Sob esta prerrogativa, o mapa 4 localiza os municípios em que ocorrem a integração dos produtores de frango e ovos<sup>54</sup>, todos polarizados pelo município de Ipeúna, destacando-se como localidade de recebimento, processamento e distribuição. Desta forma, todas as atividades e práticas de avicultura orgânica ocorre concentrada, conforme evidencia-se pelo mapa apresentado. Vale lembrar que frangos e ovos são perecíveis e não podem estar a grandes distâncias.

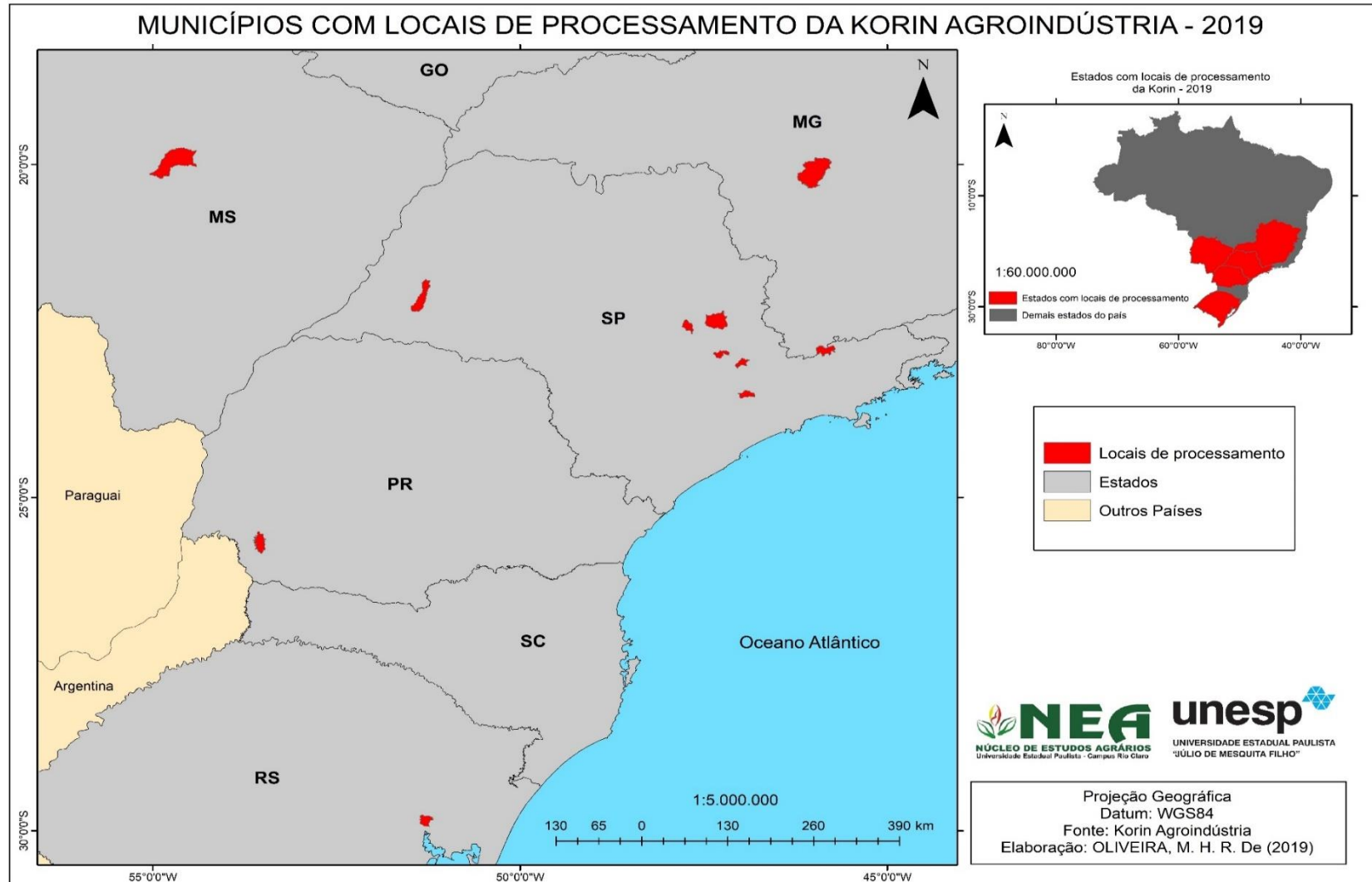
Diante desse cenário, os locais funcionalizados ao processamento dos produtos Korin, ao que se refere a linha de praticidades organiza-se, principalmente, em correspondência a parte de municípios dispostos no eixo de desconcentração industrial da grande São Paulo<sup>55</sup>. Para além da particular organização espacial de dada localidade, marcadamente destacada pelo alto grau de urbanização e, conseqüente conurbação entre os municípios pertencentes a região metropolitana de São Paulo e Campinas, bem como daqueles altamente integrados no aglomerado urbano de Piracicaba, tal arranjo se integraliza por vias de transporte e comunicação densamente integradas e tecnificadas. Rodovias de grande fluxo (Rodovia Washington Luiz (SP 310) e a Rodovia Anhanguera (SP 330)), descritas pelas melhores condições de rodagem, cortam tal porção do território paulista e participam das dinâmicas de “aproximação” das distâncias entre a metrópole paulista e os municípios interioranos; ainda, o destaque ao alargamento dos horizontes de localização industrial e a diminuição dos custos de transporte, são descritos por Takami (2017) como pontos a serem considerados nas dinâmicas e processos de relocalização industrial no eixo de desconcentração da capital paulista.

<sup>53</sup> É em função dessa prerrogativa que a produção de frango congelado e resfriado ocorre em até 82 km de distância, salvaguardando as condições de transporte, seja nas dimensões das estruturas de deslocamento ou do período do dia.

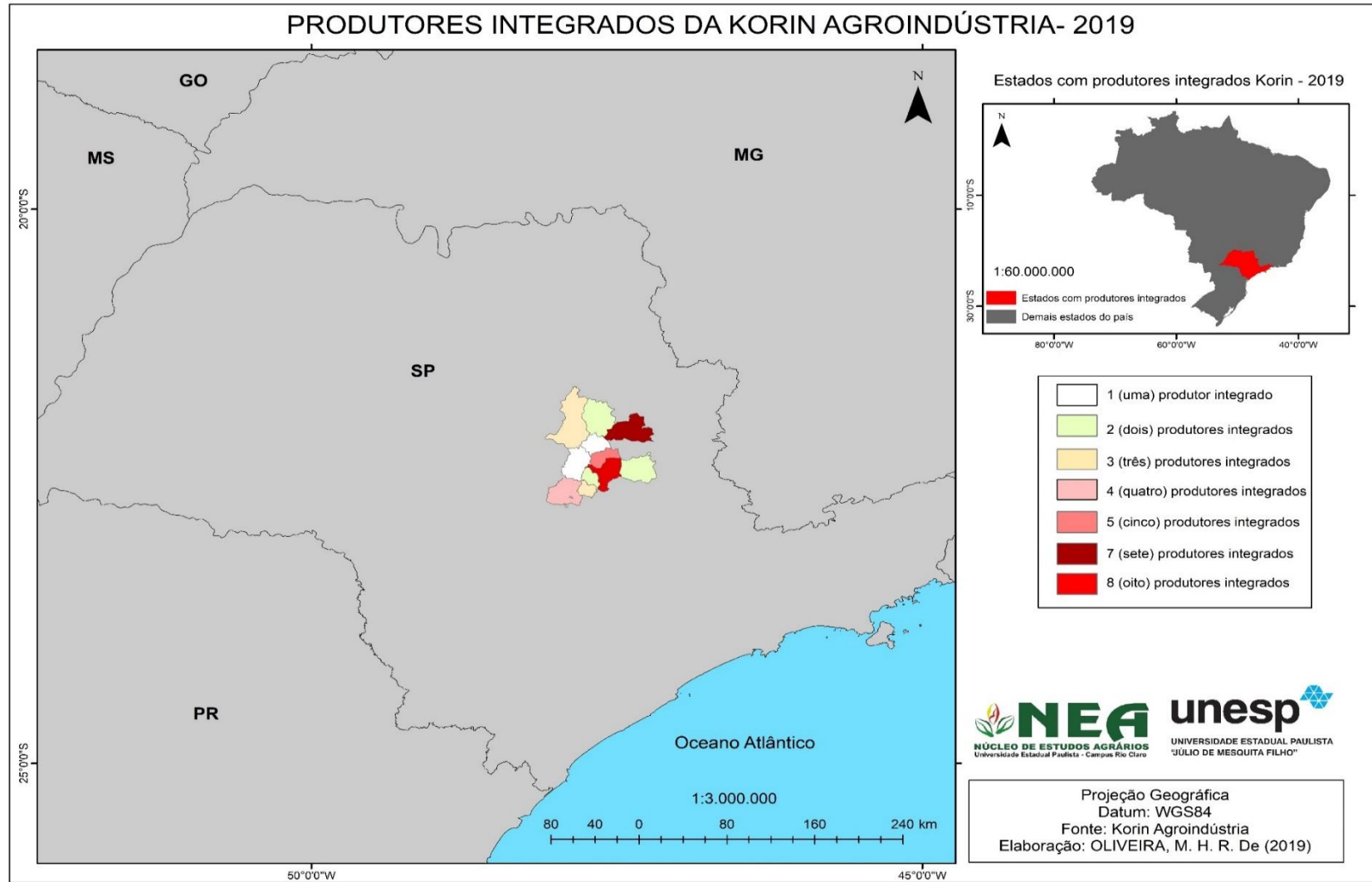
<sup>54</sup> O mapa 3 faz referência aos números de produtores integrados na produção de frango, soma-se aos municípios de Ipeúna-SP mais quatro (4) produtores integrados e em Rio Claro-SP e Charqueada-SP mais um (1) produtor integrado em cada ocupados a produção de ovos.

<sup>55</sup> Takami (2017), ao estudar a importância dos *linkages* na conformação do corredor automotivo asiático, apresenta uma referida relação entre o esvaziamento populacional do campo, destacando-se como processo de grande influência para reorganização do aparelho produtivo industrial do Estado de São Paulo. Assim, contribui dizendo que “o mesmo processo de mudança no aparelho produtivo paulista, que deu base à capitalização da agricultura, criou condições para um notável crescimento da implantação de estabelecimentos industriais no interior. O crescimento muito intenso e rápido da metrópole passou a apresentar estrangulamentos na sua capacidade de responder às necessidades das novas unidades produtivas e do contingente populacional que, ao encontrar condições adequadas no interior do estado de São Paulo –

Mapa 3: Municípios com locais de processamento da Korin Agroindústria - 2019



Mapa 4: Produtores integrados da Korin Agroindústria - 2019



Para além dos locais de processamento em São Paulo, a empresa conta com ao menos um local de processamento em cada estado onde se verificam a sua produção. Esses locais polarizam a nível estadual os processos produtivos, a saber: o de arroz, em Nova Santa Rita do Sul-RS, de carne bovina em Rochedo-MS (é válido lembrar o processamento da carne moída bovina ocorrerá em Sumaré-SP), toda linha de “mercearia” em Realeza-PR (incluindo a conexão direta com produção de linhaça na Argentina), a linha apícola em Bambuí-MG e, por fim, o processamento do filé de truta em Sapucaí-Mirim-MG.

Por conseguinte, é notável que, a organização dos territórios de produção e processamento – assim como aqueles funcionalizados e articulados pelos centros de distribuição como veremos mais adiante – correspondem aos estados inscritos nas dinâmicas da região centro-sul<sup>56</sup>. Segundo Corrêa (2010), a fusão das macrorregiões sul, sudeste e centro-oeste conformam uma dada região geoeconômica caracterizada pela sua distinta especialização produtiva; modos e intensidade como se verificam a circulação, o consumo e a gestão das atividades e; distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional. Ainda, segundo o mesmo autor, os aspectos de concentração dos principais centros de gestão econômica e política do país, concentração industrial, a urbanização, a densa rede de circulação e a ocorrência dos principais nós de circulação, a alta concentração de renda e de capital constante, bem como as características de principal área agropecuária e de mobilidade demográfica do país, atribuem o título de “core área” ou coração econômico e político a região centro-sul e a particulariza em referência as demais regiões: Nordeste e Amazônia.

Ademais, a concentração dos processos e dinâmicas requerentes de infraestruturas de transporte e de comunicação fazem com que a rede de territórios seja gestada, sobretudo, no eixo sul-sudeste, diligenciando o consumo convergente as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A rarefação dos pontos de vendas na região nordeste e amazônica (sendo esta com o menor número) possibilita o entendimento de que os caracteres de alta renda e acesso à informação, substantivados por demandas urbanas de

---

urbanização dinâmica, força de trabalho, boa rede de comunicações – para lá se deslocaram, levando consigo o impulso do crescimento urbano decorrente do desenvolvimento industrial” (TAKAMI, 2017, p. 84)

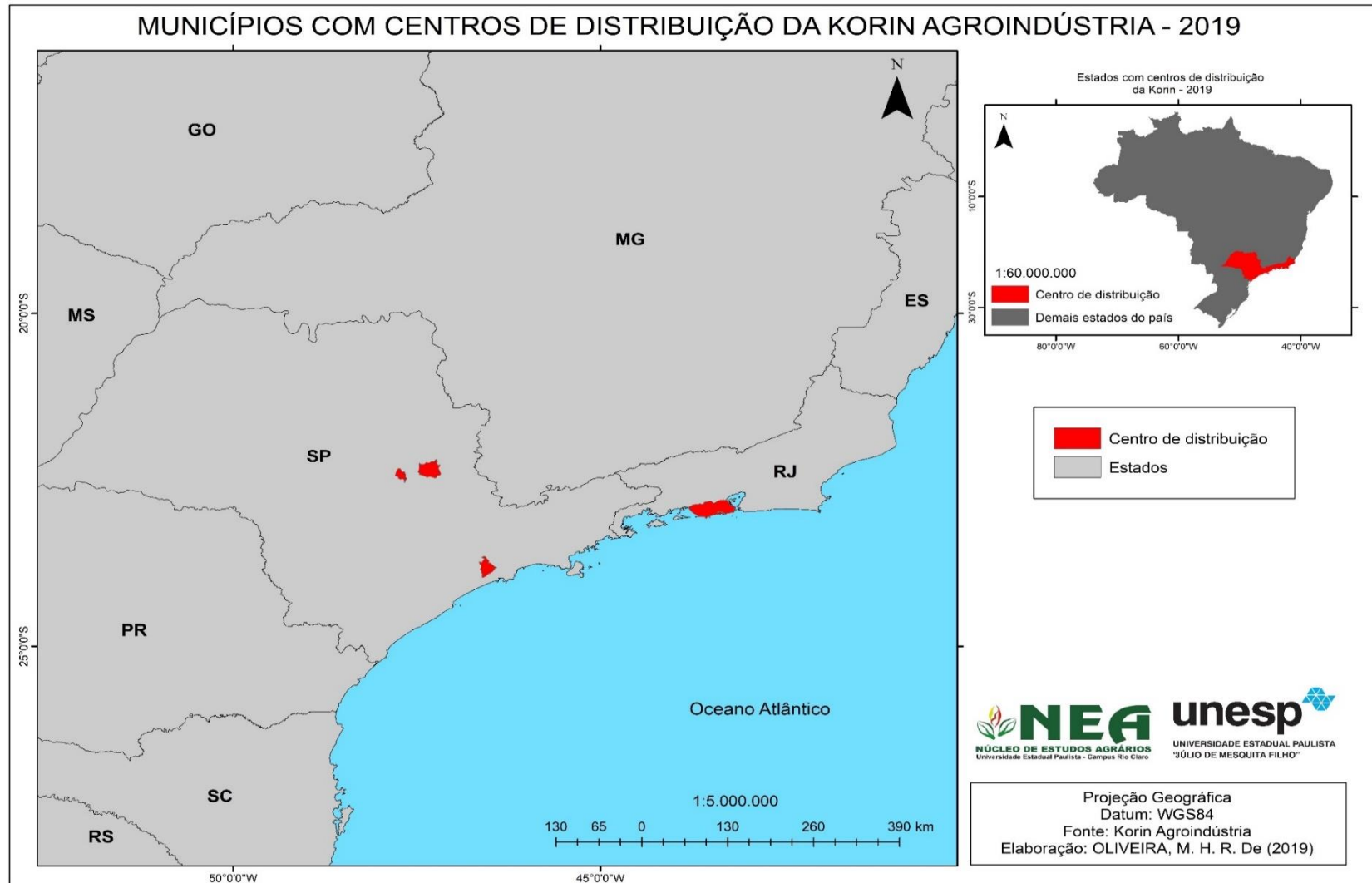
<sup>56</sup> Aquela descrita pela tese de fusão das regiões na proposta de regionalização geoeconômica do geógrafo Pedro Pinchas Geiger. Cumpre esclarecer que para nossa discussão, nos valem de tal proposta afim de corroborar e se utilizar da análise realizada desta por Roberto Lobato Corrêa, principal referência do presente trabalho.

revisão e diferenciação dos mercados tradicionais, tais como nos apresenta Silva (1997; 1999), contribuem para a formação e localização do nicho de consumidores correspondente ao eixo anteriormente citado.

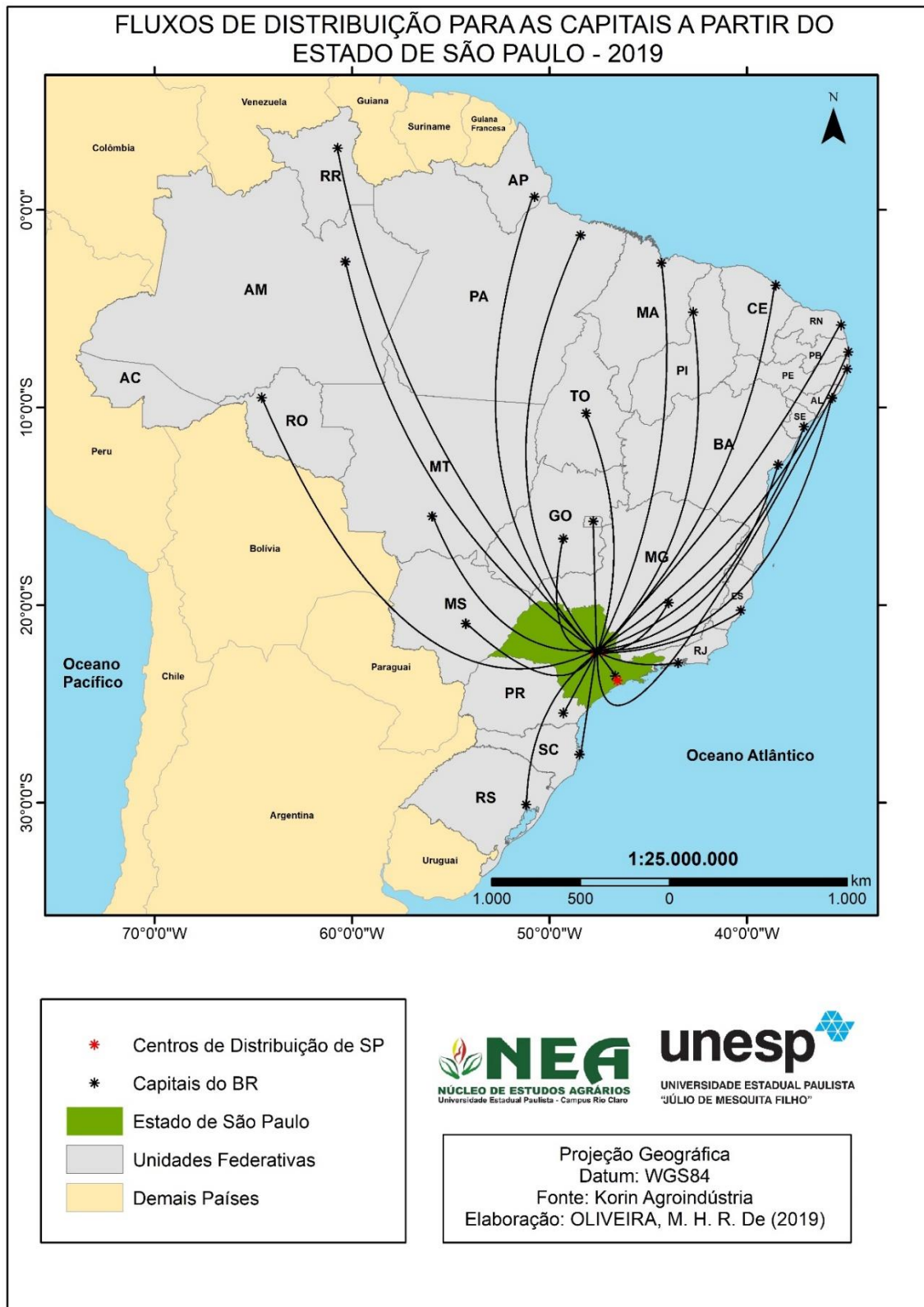
Por conseguinte, entre produção, processamento e consumo, nos resta apresentar a localização dos centros de distribuição e sua articulação com os principais centros de consumo. Nesta perspectiva, o mapa 5 nos apresenta essas localizações. Integrando as práticas espaciais de seletividade e fragmentação espacial – pensadas enquanto práticas intrínsecas a gestão do território da Korin – os centros de distribuição localizados em 4 (quatro) municípios (três no estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro) concentram o fluxo de produção e processamento provenientes dos 206 municípios. Destes centros, os fluxos são direcionados para todas as capitais do país, as quais participam na rede de territórios da empresa, organizando a distribuição para os pontos de venda nos seus respectivos estados – os mapas 6 e 7 apresenta os fluxos dos principais centros de distribuição (Ipeúna, Araras, São Bernardo do Campo e Rio de Janeiro) para os “sub-centros” de distribuição localizados nas capitais brasileiras.

Evidentemente, a conformação do território de atuação da Korin se apresenta em uma referida organização que descarta a natureza absoluta de suas múltiplas localizações. Tal como Corrêa (1991) declarou no estudo de caso sobre a organização espacial do Grupo Souza Cruz, os espaços funcionalizados por dinâmicas corporativas “são simultaneamente relativos, diferenciados por custos de transferência, e relacionais, diferenciados por atributos que têm significados distintos [...] cada localização é dotada de uma singularidade que lhe é dada pelo fato de estar inserida na rede de lugares da Souza Cruz” (Ibidem, 1991, p. 38). Assim, a estruturação dos processos produtivos da empresa em forma de uma rede de lugares – salvaguardado os caracteres de multilocalização e multifuncionalidade das corporações, tal como destacamos anteriormente – destacam singularidades desses pontos do território nacional, sobretudo edificadas por uma narrativa e comportamento espacial de um único agente socioterritorial: no caso, a Korin Agroindústria. Desta forma, o presente destaque concorre para o entendimento de que a gestão destes territórios participa dos processos e dinâmicas espaciais de realização e reprodução da agroindústria e efetiva, de fato, a sua existência (Ibidem, 1991).

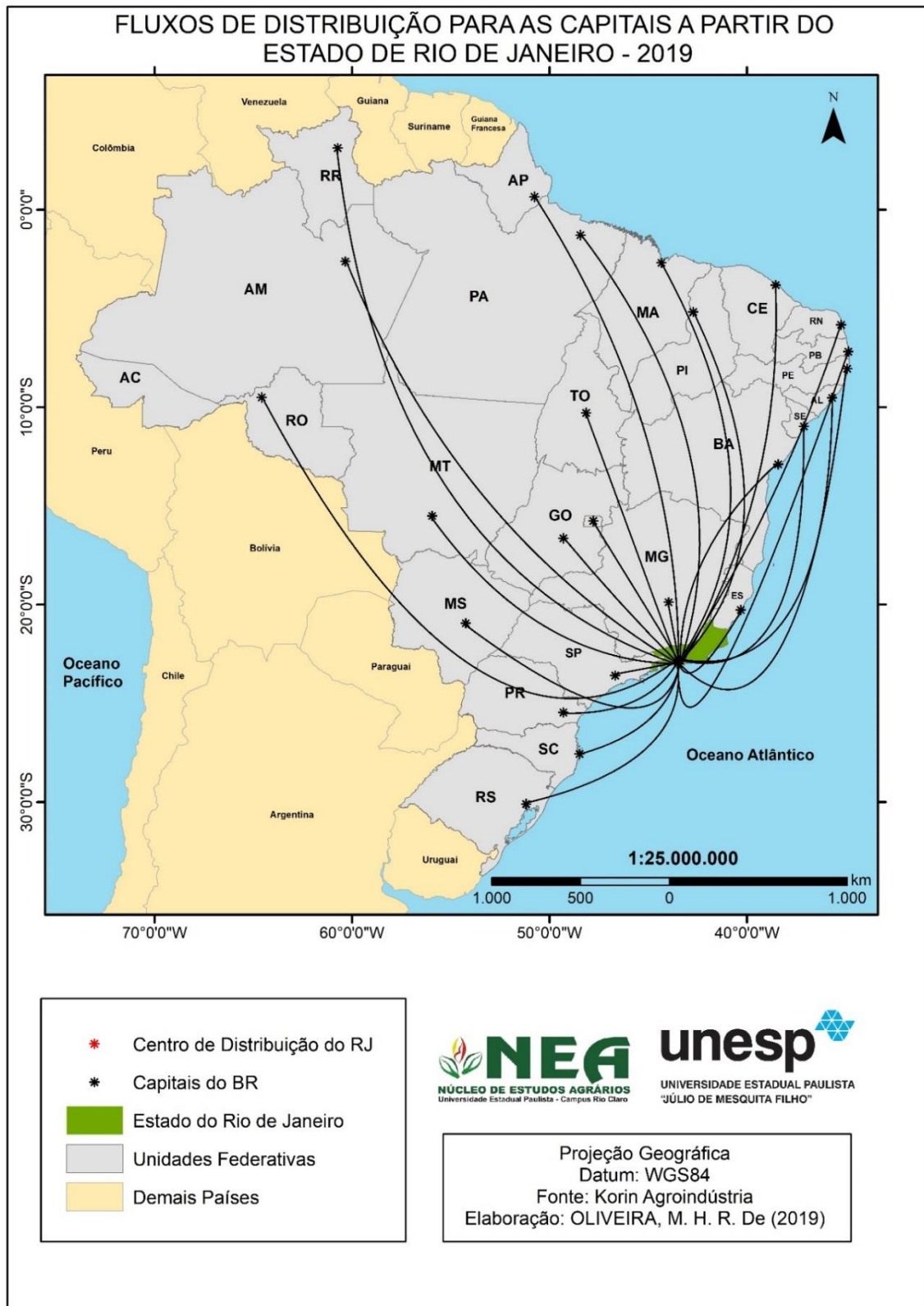
Mapa 5: Municípios com centros de distribuição da Korin Agroindústria - 2019



Mapa 6: Fluxos de distribuição para as capitais a partir do Estado de São Paulo - 2019



Mapa 7: Fluxos de distribuição para as capitais a partir do Estado de São Paulo - 2019



Ainda que o presente trabalho seja balizado pelos preceitos da Geografia rural, esquadrihado pelas noções de multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural, faz-se necessário entender – mesmo que rapidamente – os princípios de organização espacial em rede, declarando o entendimento da rede urbana. Tal perspectiva surge e se justifica, ao nosso ver, no argumento de que as dinâmicas após modernização e industrialização da agricultura com a reunificação dessa com a indústria, bem como os caracteres de “invenção social” do “novo” rural, participam da dissolução da dicotomia entre campo e cidade e convergem na observação empírica de que, no presente caso, excetuando a produção agropecuária, todas as demais etapas dos processos produtivos (processamento e distribuição) ocorrem nas cidades já destacadas. Essas cidades polarizam a produção e gestão das dinâmicas de reprodução e realização da empresa como outrora apresentado. Assim, a rede de lugares que singulariza os espaços confeccionados no território da Korin, descrevem a articulação de centros urbanos funcionalmente vinculados.

Ora, se a gestão do território, nos moldes apresentados por Becker (1998; 2012), são práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico refletidas em coerência do par decisão e ação, os fluxos organizados e direcionados entre esses centros urbanos respondem a um dado objetivo corporativo: expandir e difundir a prática da agricultura natural. Desse modo, a rede urbana produzida pelas dinâmicas espaciais da empresa vem ao encontro das três condições mínimas para a organização e ocorrência da mesma, a saber

Primeiramente tratar-se de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isto pressupõem uma mínima divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar deve haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanentemente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade das transações serem realizadas. Em terceiro lugar deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e retificam uma diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva. (CORRÊA, 2010, p. 94)

Dois aspectos merecem destaque nas contribuições do autor: as outras atividades que garantem a possibilidade de que as transações de uma empresa sejam realizadas e a interação entre os fixos retificados na diferenciação espacial. Esses aspectos encontram nos sistemas técnicos e normativos a condição (ou as condições) de existência que fluidificam as interações espaciais no que diz respeito as decisões e ações corporativas

descritas na momentaneidade das práticas espaciais que, quando conservadas ao longo do tempo, engendram processos espaciais de (re)estruturação e (re)organização do espaço (CORRÊA, 1991). Entretanto, o que queremos aqui destacar é que, o estudo das localizações da Korin não se ocupou – ao menos no presente momento – de identificar e analisar as atividades “secundárias” e “terciárias” envolvidas nos processos produtivos o que demonstraria uma rede de lugares, evidentemente, muito mais complexa.

Ademais, não desconsideramos que os fluxos convergentes ao pequeno município de Ipéuna demonstra uma localização geográfica que, ainda que edificada a partir do processo de doação de terras, se privilegia da proximidade de importantes centros de pesquisa estruturados em universidades públicas localizadas na região: como é o caso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP) e do campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Araras o qual, inclusive, oferta curso em nível de pós-graduação *strictu sensu* em agroecologia e desenvolvimento rural. Dessa forma, a contingente regional oferta uma gama de atividades que participam da convergência e conservação de parte das dinâmicas de decisão no município aqui estudado, compartilhada com a sede da empresa em São Paulo. Para além disso, essas mesmas atividades de garantia das transações e interações (o que no pensamento miltoniano pode ser encontrado no par dialético dos círculos de cooperação – como fluxos imateriais – e circuitos espaciais de produção – como fluxos materiais), somadas a estrutura de transporte e de comunicação, justificam a concentração dos fixos e fluxos das etapas de reprodução da empresa no estado de São Paulo. As figuras 5 e 6 apresentam as referidas articulações dos centros urbanos.

Ao exposto, corrobora-se com as assertivas de Egler (1995) nas quais o autor nos apresenta que, as dinâmicas de reestruturação econômica que se referem aos processos envolvidos na relação entre as cidades e delas com o campo engendrando novos padrões de integração produtiva e financeira. Revisa-se, desse modo, a estrutura de relações entre

Figura 5: Fluxos de produção, processamento e distribuição da Korin Agroindústria - 2019

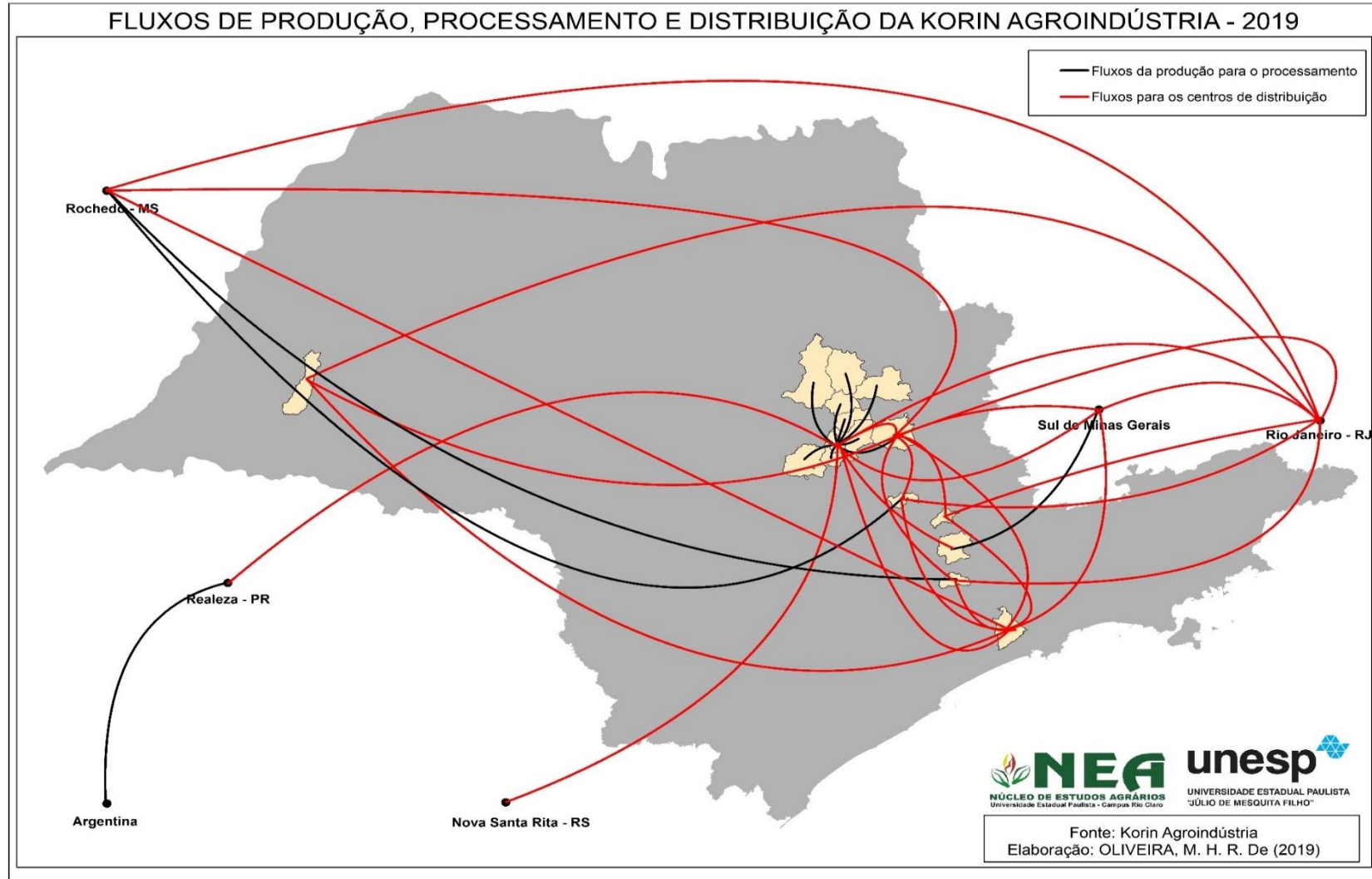
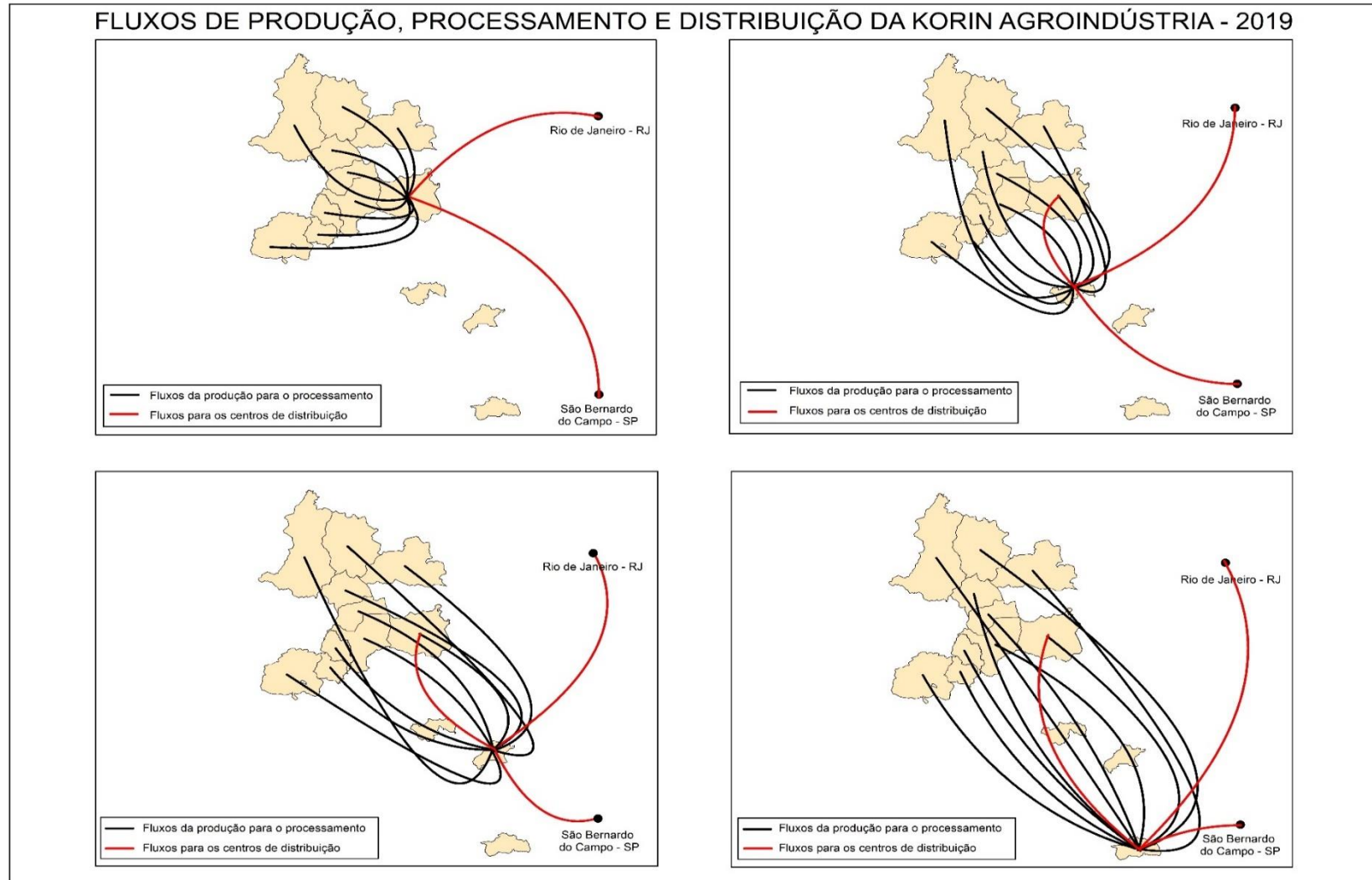


Figura 6: Fluxos de produção, processamento e distribuição da Korin Agroindústria - 2019



a cidade e o campo, sobretudo quando se leva em consideração que as dinâmicas decorrentes do padrão de acumulação flexível participam da dissolução das fronteiras entre as atividades urbanas e rurais. Ainda, a reorganização e reorientação da localização e dimensionamento das atividades produtivas, assim como das relações de trabalho, denota práticas espaciais que respondem a especialização produtiva e a segregação funcional. No cerne da discussão conserva-se a consciência da diferenciação espacial. Em vista disso e recuperando as contribuições de Mingione; Pugliese (1985), a organização da ala produtiva em espaço que até então não se demonstrava interesse, destacam aspectos relativos ao avanço da técnica e as formas de organização social no processo de valorização de determinado espaço (DOLFUSS, 1975).

Para além do exposto, as localizações que participam da gestão territorial da Korin apresentam, ao nosso ver, certa semelhança no que se refere a seletividade desses espaços: são espaços que já se organizam e se estruturam nas atividades produtivas requeridas e que, de certa maneira, são intensificadas pela atuação da empresa nessas localidades por meio da compra de parte da produção. O enfoque dado responde a análise de Corrêa (1991) que, no estudo das dinâmicas espaciais engendradas pela ação corporativa, os aspectos relativos à localização revelam os processos de expansão e consolidação da empresa por meio da estruturação de novas localidades produtivas ou, como é o caso da Korin, de intensificação de localidades. A destarte, o vínculo espacial através do qual se decompõem as ações e atividades da agroindústria aciona, interliga, funcionaliza e intensifica as interações espaciais precedidas pelas práticas espaciais de estruturação das dinâmicas relacionais e contraditórias dos espaços de produção e consumo interligados pelos fluxos de circulação e distribuição; assim, essas práticas espaciais avaliam, por meio da consciência espacial, os elementos e processos suportados em diferentes localidades denotando-se os caracteres de conectividade e/ou contiguidade da produção.

## **8.2 A integração territorial da Korin na perspectiva da gestão do território: uma análise por meio das práticas espaciais**

Síntese da divisão técnica e social do trabalho, a integração territorial dos espaços de produção, processamento e distribuição apresentam a complexidade dos caracteres da multilocalização, da ampla escala e segmentação das ações corporativas. Inscrita na discussão sobre as interações espaciais estruturadas a partir da compreensão da diferenciação espacial, as práticas de integração refletem o comportamento espacial como forma de relações entre espaços da autonomia (centros de decisões) e espaços de

integração (funcionalizados na hierarquia corporativa) que, em suma, objetivam a gestão do território. Parte-se, sobretudo, da compreensão da expansão espacial do capital produtivo (CORRÊA, 2010) na dinamização do processo de “aprofundamento vertical e extensão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalista” (EGLER, 1995, p. 217).

Nesta perspectiva, localização e distância são “categorias da categoria espaço”, tal como afirma Moreira (2015) e descrevem a característica absoluta, relativa e relacional da espacialidade e das dinâmicas de acessibilidade na senda das múltiplas relações engendradas no contexto da globalização, concorrendo, ainda, ao entendimento da organização do espaço (CORRÊA, 2018). Assim, as localizações espaciais apresentam “um preço derivado da combinação de atributos absolutos, relativos e relacionais [e] mais do que isso, cada localização apresenta um valor simbólico [...]” (Ibidem, 2018, p. 292) para além dos valores de uso e de troca. Em suma, são solidárias e contraditórias e, desse modo, o tripé localização, produto e distância definem e organizam os processos de integração territorial da corporação e se mostram correspondentes as práticas espaciais de gestão do território da Korin.

Segundo Corrêa (2010), a complexa espacialidade adveniente do ciclo de reprodução do capital e decomposta no espaço geográfico na forma de espaços do produzir, do transformar e do consumir revelam um duplo modo de integração territorial, a saber: integração territorial da gestão e integração territorial da produção. Ao que se refere a primeira forma de integração baseada nas dinâmicas de gestão, três níveis hierárquicos se apresentam diante da estrutura administrativa dos fluxos de decisões e controle

O nível I, por sua vez, corresponde ao nível superior, tendo como função a fixação de objetivos e o planejamento a longo prazo, definindo regras em que os dois níveis inferiores devem atuar [...] O nível II tem como função a coordenação dos administradores do nível III, dispõe segundo Clark (1985), de uma escala de tempo que é definida como de médio prazo [...] O nível III refere-se à administração das operações diárias da corporação, obedecendo a regras preestabelecidas. (Ibidem, 2010, p. 223)

Nessa perspectiva teórica, os três níveis de integração territorial, no que diz respeito as dinâmicas de gestão, centralizam o poder de decisão na metrópole de São Paulo onde está localizada a sede da empresa e os escritórios da Korin Administração de Franquias. O exercício do nível II é organizado no Polo de Agricultura Natural localizado em Ipeúna, dispondo dos laboratórios de pesquisa da agroindústria, juntamente com a

fazenda experimental, o entreposto de ovos, o abatedouro de frangos, a produção do Bokashi (fertilizante) e o centro de decisões da Korin Agropecuária e da Korin Agricultura e Meio Ambiente. O nível III refere-se as formas de gestão das operações diárias nas propriedades rurais, as quais participam dos espaços de produção, funcionais a agroindústria, por meio das relações mercantis estabelecidas com cooperativas de produção, como é o caso da produção de arroz no Rio Grande do Sul; ademais, soma-se a esse nível os locais de processamento e os centros de distribuição.

As figuras 7 e 8 apresentam o esquema de integração territorial de gestão e produção da empresa organizada nos três níveis; nota-se, conforme destaca Corrêa (2010), que ocorre a dispersão dos centros eminentemente produtores – havendo uma relativa concentração, no caso da Korin, correspondente aos produtores integrados a cadeia produtiva de frango e ovos, tendo em vista a especificidade da sua produção pautada nos preceitos da agricultura natural envoltas as dinâmicas de bem estar animal e a perecibilidade do produto avícola – e a concentração ao que se refere as atividades tidas como “terciárias” de apoio administrativo, financeiro e tecnológico (pesquisa e desenvolvimento). Nesse sentido, duas localidades gestam as dinâmicas produtivas de aproximadamente 20 localidades, sendo que destas, três (3) possuem áreas agrícolas subordinadas compostas por 146 municípios no sul de Minas Gerais, 42 municípios no sudoeste do Paraná e seis (6) municípios no Pantanal sul mato-grossense.

O exame da integração territorial auxilia a análise das práticas espaciais de gestão do território e, nessa senda, a seletividade, fragmentação/remembramento, antecipação e marginalização espacial somam-se aos aspectos de reprodução da região de origem na constituição do território em rede da agroindústria. Essas ações espacialmente localizadas, cristaliza uma dada organização do espaço, bem como a sua dinâmica (CORRÊA, 1995; 2010); em suma, valendo-se das contribuições do autor aqui considerado

A integração territorial da produção deriva das articulações materiais vinculadas, de modo geral, às operações de comercialização e beneficiamento de matérias primas, em muitos casos de sua própria produção, transformação industrial e venda dos produtos finais. A espacialidade desta integração pode ser muito complexa, não assumindo um padrão hierárquico [...]

A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração territorial administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais [...] A integração territorial da produção assume uma espacialidade mais complexa, não hierárquica, com ligações entre

Figura 7: Integração Territorial de Gestão - Korin 2019

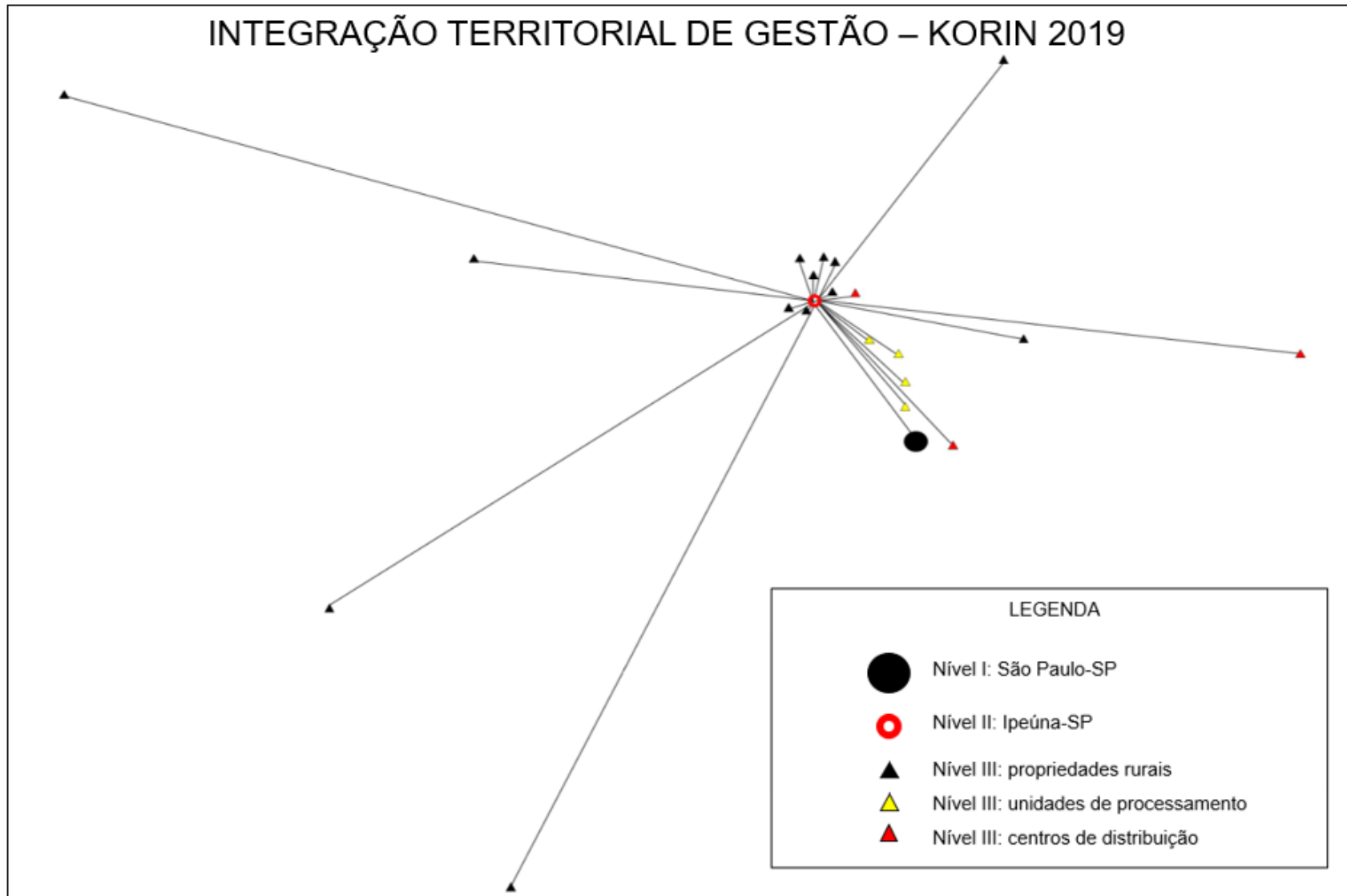
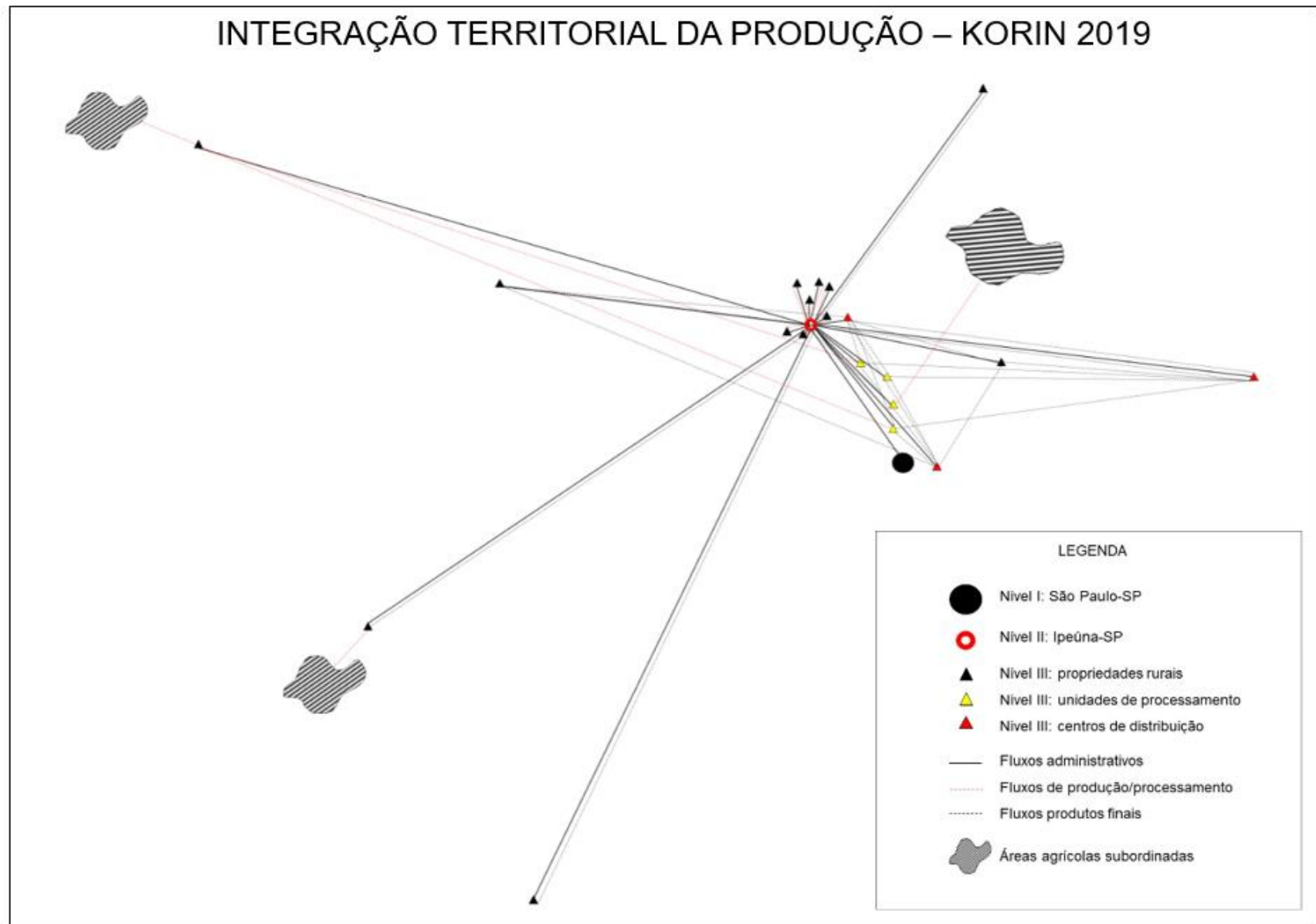


Figura 8: Integração Territorial da Produção



diversas unidades, gerando um padrão espacialmente convergente de matérias primas brutas, beneficiadas e rebeneficiadas, e divergente no que se refere aos produtos finais. A rede urbana da corporação, que assumia uma natureza hierárquica na integração territorial da gestão, passa a constituir-se agora de centros funcionalmente especializados. (Ibidem, 2010, pp. 226-228)

Por conseguinte, tal como anunciamos anteriormente, se a análise da integração territorial se constitui elemento fundamental à gestão do território e esta, por sua vez, arroga-se como práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico, nos resta apresentar as práticas espaciais descritas pela Korin, sobretudo aquelas gestadas a partir de Ipeúna-SP. Cumpre esclarecer que as práticas espaciais descritas, obedecem as formas produtivas amparadas e ancoradas nos preceitos da agricultura natural e, nesse sentido, apresenta especificidades quanto a formação dos arranjos espaciais promovidos pelas ações da empresa aqui analisada.

Ciente da natureza não estática das práticas espaciais, uma vez que resultam da consciência do homem sobre a diferenciação espacial, Corrêa (1995), ao tratar de tais elementos nos lembra que esta “consciência está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas” (p. 35).

No cerne da presente avaliação, não podemos perder de vista os preceitos da agricultura natural, baseada na filosofia de Mokiti Okada. Nesse sentido, atribui-se dada especificidade as práticas espaciais da empresa, uma vez que esta não responde – ao menos em parte – as práticas espaciais do agronegócio “convencional”, em função da necessidade da certificação de seus produtos que envolve demasiado rigor ao longo da produção no que se refere a contaminação e uso de agrotóxicos, bem como o uso de sementes, ração e animais não certificados.

Para além dos aspectos que envolvem propriamente a prática agrícola nas operações diárias da produção, a gestão do território é balizada pela própria filosofia por trás da empresa que se direcionam a práticas equânimes no que concerne aos elementos sociais, ambientais e econômicos da produção. Evidentemente, esses elementos participam da tríade da sustentabilidade e, por corresponder majoritariamente aos intentos da filosofia Mokiti Okada, a empresa organiza e direcionam inúmeras práticas de viés sustentável: seja na cadeia produtiva, na destinação ou disposição final dos seus resíduos, no processo de integração dos produtores ou na atuação em escolas por meio de uma dada

educação ambiental. Porém, apresentamos mais detidamente essas práticas espaciais a iniciar pela seletividade espacial. Direcionada a áreas que já realizam práticas sustentáveis de produção agropecuária, a seletividade espacial desenvolvida pela empresa, coordena e adensa a sua rede, espaços com prévia estrutura e/ou disposição para este tipo de atividade.

A importância de se compreender este aspecto da seletividade, retorna à noção de compromisso e dedicação que o processo produtivo balizado por essa forma de produção requer do produtor uma vez que “o saber fazer” é demasiadamente valorizado. Exemplo disso é o núcleo de operação pecuária da empresa localizar-se no Pantanal sulmatogrossense, respeitando as dinâmicas locais e promovendo a cultura do homem pantaneiro, bem como da face histórica e cultural da pecuária nesta localidade. Por conseguinte, a produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul apresenta um caso particular ao nosso ver, uma vez que congrega por meio do cooperativismo a produção de assentados da reforma agrária. Segundo o próprio relatório de ações socioambientais da empresa (2017), a prospecção de tal localidade realizou-se pela forma em que os assentados se organizam coletivamente na produção do arroz, assim como a correspondência entre os objetivos de fundo filosófico da empresa e de organização social da cooperativa (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita – COOPAN, onde a produção de arroz orgânico é coordenada pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul – COCEARGS que, ainda, viabiliza a certificação da produção).

Para além dos exemplos circunscritos à produção, outra lógica parece gestar a seletividade no tocante dos locais de processamento. Respondendo ao pressuposto de proximidade do mercado consumidor, todo beneficiamento da empresa funcional a linha de “praticidades” – requerida principalmente pelo consumidor cosmopolita – se organiza nos municípios pertencentes ao eixo de desconcentração industrial de São Paulo. Eixo este que, como já destacamos, detém as melhores condições e infraestrutura de comunicação e transporte. Em suma, podemos traçar como aspecto central da prática de seletividade espacial da Korin, um certo elogio a tradição produtiva de determinada localidade na expectativa de conservar dinâmicas tradicionais (haja vista os exemplos destacados, mas também a produção do café orgânico no sul de Minas Gerais, a produção de tilápia no Pontal do Paranapanema em proximidade com o noroeste do Paraná uma das principais regiões de tilápia do país) e fomentar melhorias no que diz respeito a produção orgânica, conduzindo ao objetivo de expansão da agricultura natural.

Nos pontos de processamento e de distribuição imperam as dinâmicas de mercado pautadas na necessidade de fluidez do capital, com a ocorrência de “tempos acelerados” que contrastam com o “tempo lento” nas operações diárias da produção a qual será requerida e utilizada como elemento de valorização dos produtos da empresa.

Decorrente da seletividade espacial, a prática de fragmentação espacial da agroindústria nos parece obedecer a mesma lógica do objetivo maior da empresa: expandir as práticas ancoradas na agricultura natural. Tal afirmativa decorre do entendimento de que para expandir a agricultura natural, a empresa não poderia se resumir e, tampouco, se restringir meramente a avicultura com a produção de ovos e de frangos (localizada no entorno de Ipeúna), uma vez que a diversificação de nichos de produção é um elemento de pressão no regime concorrencial. Desta forma, se a intenção da empresa é se tornar a marca de orgânicos mais conhecida do país, patamar que alcança em 2017, a fragmentação espacial dos seus processos produtivos é necessária para atender os diversos nichos de consumidores ávidos a um modelo de vida mais saudável.

O holismo que esse hábito/padrão de consumo “prega” e requer, é capitado de alguma forma pela empresa, passando a orientar e determinar a sua produção a fim de atender o consumidor em sua totalidade. Logo, se a lógica da seletividade é o respeito e fomento à certas formas tradicionais de produção e o município de Ipeúna não suporta os caracteres requerentes a produção de arroz, carne bovina, café, mel, entre outros produtos que fazem parte do portfólio da empresa, a fragmentação espacial foi e continuará a ser uma prática “natural” da empresa diante da consecução de seus objetivos e estratégias corporativa. Segundo Corrêa (1995) trata-se da prática espacial de “intensificação da atuação da empresa” (p. 38).

A prática de fragmentação acompanha o seu par antônimo de remembramento espacial cujos caracteres que o descrevem faz referência a uma nova forma de organização do espaço, sobretudo inscrita em uma nova racionalidade de gestão do território. Essa nova racionalidade se apresenta diante da reorientação dos hábitos de consumo, mudanças na conjuntura econômica e/ou avanço das técnicas de comunicação e transporte reavaliando a necessidade de espaços funcionais a corporação que teriam alguma importância apenas em um contexto de precária acessibilidade (Ibidem, 1995). Porém, em nossos levantamentos não identificamos tal prática no decorrer da história da

empresa e, amparados pelo crescimento do mercado de produtos orgânicos no país<sup>57</sup>, assim como pela afirmativa do diretor superintendente no relatório de 2017, no qual afirma que “apesar da crise política e econômica, continuamos apresentando resultados acima da curva, mesmo que em menor velocidade” (p. 7) e mais adiante o mesmo documento afirma que “nos últimos anos o faturamento da empresa cresceu 150%” (p. 87), a empresa tende a processos e práticas de divergência espacial àqueles convergentes – haja a vista a indicação pela Revista Forbes (2017) de que a empresa possui planos de produção de peixes orgânicos na Amazônia (cabe mencionar, como vimos anteriormente, que o eixo de produção da empresa atualmente não rompe a região centro-sul!).

Por conseguinte, a prática de remembramento espacial como pressuposto de reorientações de razões econômicas, políticas e até mesmo culturais, pode promover o processo de abandono de dadas localidades anteriormente inscritas na rede lugares da corporação. Desencadeia-se, dessa forma, a prática de marginalização espacial – prática que também não identificamos no presente caso. Porém, a importância dessa prática no estudo do comportamento espacial da Korin refere-se a força e a expressão que a empresa assume no município aqui compreendido – aviltada pelo título de empresa que mais emprega em Ipeúna atualmente – após o encerramento das atividades de partes dos segmentos do Grupo Edra. Portanto, o abandono espacial e/ou a marginalização espacial de uma outra empresa – em um município de pequeno porte como Ipeúna – influência, diretamente, não as ações objetivamente espaciais, mas o exercício de poder de pressão econômica e política da corporação, tal como descreve Corrêa (2010) quando da análise das características do processo de expansão espacial do capital produtivo.

Ademais, delimitamos as práticas de antecipação espacial desenvolvida pela empresa. Segundo a definição dessa prática espacial oferecida por Corrêa (1995), em que o mesmo afirma se constituir “pela localização de uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas” e continua dizendo que, a “antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção (p. 39) a análise desenvolvida pelo autor a partir do comportamento espacial do Grupo Souza Cruz (1987; 1991) atribui a essa prática, uma necessária materialidade espacial até então

---

<sup>57</sup> Para um panorama sobre mercado de produtos orgânicos no Brasil e o papel da Korin nesse cenário, ver mais em “Empreendedores e figuras conhecidas impulsionam mercado de orgânicos no Brasil”, reportagem da Revista Forbes publicada em junho de 2017.

descrita pela implantação de depósitos de distribuição e usinas de beneficiamento. Evidentemente, tal constatação parte de uma análise coerente ao momento de sua construção, onde os processos de comunicação, ainda que em franca expansão, não se efetivava de forma ubíqua como se testemunha na atualidade.

Defronte aos levantamentos realizados visando a análise das ações espaciais da Korin, entendemos como práticas de antecipação espacial quatro frentes de atuação: a própria materialidade dos seus espaços produtivos via produção integrada, parceria com as cooperativas e empresas de beneficiamento, bem como a estruturação das suas franquias; a atuação e presença constante em grandes eventos no cenário agropecuário (alternativo ou convencional) reafirmando a marca no mercado; as mídias sociais que participam de uma dada antecipação espacial por meio da constituição de sua “rede social” cuja centralidade está nas discussões sobre qualidade de vida e alimentação saudável e; a atuação em todas as unidades federativas através de representantes comerciais. Ao destacarmos o que chamamos de frentes de antecipação espacial, apresentamos práticas que não necessariamente respondem a consecução de materialidades no espaço que especule ou reserve futuros territórios de atuação. Evidentemente, o avanço da tecnologia da informação e a maior facilidade de acesso e uso de redes sociais, (re)estruturam e redefinem os requisitos e as dinâmicas fundamentais a localização espacial da produção e do consumo; ainda, permite uma referida “especulação” sem que a empresa direcione capital para implantação de *locus* produtivos: parte-se do entendimento que localização e distâncias são categorias revistas após as transformações ocasionadas pela tecnologia de comunicação e transporte. No presente caso, os fluxos de informação da marca Korin exercem maior influência na antecipação espacial do que propriamente a organização de fixos no espaço, como fica descrito nos estudos de Corrêa.

Nesse sentido, os aspectos concernentes a essa prática espacial, ao nosso ver, referem-se majoritariamente aos processos de marketing, sobretudo aqueles realizados nas mídias digitais, tal como o *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Para além das mídias digitais, a atuação junto a sociedade civil no desenvolvimento de ações em escolas, assim como, através de participações institucionais dos diretores em entrevistas em canais de comunicação impresso e digital, palestras em eventos e instituições de ensino colocam em circulação e apresentam a narrativa corporativa da Korin, visando não somente o reconhecimento e consumo de seus produtos, mas também a expansão da filosofia por trás da empresa.

Os signos que descrevem a prática agrícola calçada nos processos da agricultura natural, fundada nos preceitos de Mokiti Okada, apresentam-se como outra vertente – ainda que de base religiosa – para o desenvolvimento do agronegócio “alternativo”. Desta forma, carecem da expansão e reafirmação dos seus pilares. A destarte, o enfoque dado as práticas de antecipação espacial buscam consolidar um ideário de produtor e consumidor que compartilhe dos princípios da agricultura natural, através de uma dada fidelização destes por meio de estratégias de relacionamento ainda em estruturação (KORIN, 2017).

Partilhando do entendimento de que o espaço social empresta sentido ao espaço geográfico, os elementos abstratos envolvidos na construção da marca participam da antecipação espacial, na reserva e conservação de nichos de mercado e espaços de produção fora do eixo centro-sul (no qual concentra essencialmente as suas atividades produtivas) quando da circulação dos seus produtos finais – haja vista a informação sobre a intencionada produção de peixes orgânicos na Amazônia. Em outras palavras, ao contrário da materialidade dos depósitos de distribuição da Souza Cruz, os produtos e a marca Korin, preenchidos de todo significado e simbolismo messiânico, chegam antes do que a materialidade de uma possível área de produção.

Entretanto, não podemos desconsiderar o imperativo da lógica – a qual destacamos para os aspectos de seletividade espacial – que não viabiliza qualquer localidade ao processo produtivo da agroindústria, tendo em vista a apreciação por parte da empresa das dinâmicas tradicionais e, no limite do possível, da autonomia quanto a organização e estruturação da produção. Desse modo, ao se apresentar como uma marca reconhecida pelo seu compromisso social, ambiental e econômico em relação a rede de lugares que conformam o seu território de atuação, a Korin parece construir e antecipar espaços minimamente comprometidos com os seus pilares produtivos e que reconheçam o esgotamento da produção baseada no modelo convencional de agricultura e pecuária. Assim, antes de qualquer prática de antecipação espacial objetivada no território brasileiro, a empresa se vale do reconhecimento da inoperância do padrão produtivo hegemônico e oferece-se como alternativa a um hábito de consumo e estilo de vida mais saudável.

Por conseguinte, as estratégias de reprodução da região produtora, aqui destacada como a última prática espacial a ser apresentada, perpassam pela discussão sobre a garantia da qualidade e identidade dos produtos – em correspondência ao valor da marca – independentemente do *locus* produtivo. Configura-se, dessa forma, como práticas de

controle e reprodução das condições de produção (CORRÊA, 1995) onde a empresa oferece assistência, orientação e suporte técnico para o desenvolvimento das operações diárias nos moldes requeridos por esta. Assim, se a manutenção da tradição e a prática autônoma de gestão diária da produção se combinam na lógica de seleção e antecipação espacial da Korin, organizando um processo produtivo fragmentado no espaço, onde todas essas localidades integradas territorialmente por articulações materiais de fluxos de produção, processamento e de distribuição dos produtos finais, estas também se integram organizacionalmente através de articulações imateriais estruturadas funcionalmente e formalmente a uma organicidade (relações hierárquicas entre os espaços gestado no território de atuação da agroindústria) e finalidade (expandir o conhecimento e a prática da agricultura natural).

Nessa senda, a adoção do modelo de produção integrada na relação com os produtores de frangos e ovos e a relação contratual de compra antecipada da produção dos fornecedores de milho, inscrevem essas vinculações na garantia de manejo e práticas descritas pelas orientações da agricultura natural. Assim, a adequação da produção nos moldes da prática orgânica representa uma das formas operadas pela empresa de reprodução das suas condições de produção, assim como, aquelas que descrevemos como uma das estratégias de antecipação espacial, mas que ao nosso ver também se constitui na presente prática espacial em análise: as ações em educação ambiental nas escolas, através dos projetos “Horta na escola” e “Horta em casa e vida saudável”. Os efeitos esperados, a partir destas operações, são descritos pela empresa como “resultados secundários” advenientes do compromisso e do estreitamento das relações entre empresa-produtor e empresa-fornecedor; em cada uma dessas relações retorna o objetivo de difusão dos preceitos da agricultura natural, mas também de fixação do produtor e de sua família no campo e o desenvolvimento de produtores locais através de um programa de assistência técnica sólido e estruturado.

Por fim, o amálgama que nos parece ser o elemento de integração de todas essas práticas espaciais, é a titulação de Ipeúna como a Capital Nacional da Agricultura Natural, que institui no município uma tímida revisão dos valores de produção tradicionalmente ancorados em uma percepção e tradição rural conservada na inércia da monocultura<sup>58</sup>. Destacadamente, o fator de implantação e localização do Polo de Agricultura Natural em Ipeúna decorre de uma relação solidária e sinérgica entre a intenção de um membro da

---

<sup>58</sup> Aqui nos referimos a manutenção da monocultura de cana de açúcar, com expressão em quase 80% do território municipal e da pecuária bovina de corte e para produção de leite.

Igreja Messiânica em doar uma área para o desenvolvimento da produção agrícola nos moldes da agricultura natural e as experiências dos desdobramentos de práticas agrícolas de base natural no então Polo de Atibaia-SP. Desta forma, os clássicos fatores locacionais narrados pela Geografia econômica não participaram da estruturação desse ponto espacial de difusão de uma inovação e narrativa alternativa à prática agrícola convencional: antes dos valores econômicos os valores simbólicos conferiram a singularidade e especificidade da localização no município aqui considerado.

Ao exposto, a espacialidade da Korin Agroindústria, que dará sentido a gestão do seu território, se edifica apoiada na consciência dos caracteres de viabilidade e inviabilidade da sua própria localização. Fundamentada nessa avaliação, organizada a luz dos princípios filosóficos de Mokiti Okada, identificada em um nicho especial de mercado e correspondente a demandas urbanas de consumo pautadas em hábitos e estilo de vida saudável, seu comportamento espacial reflete o objetivo de difusão da Agricultura Natural.

Não nos parece vã que a densidade técnica e intelectual do Polo de Ipeúna conserve a localidade como nó central a integração territorial da empresa, compartilhando os elementos de decisão e de controle com os escritórios localizados em São Paulo. Ainda que este último se constitua como ponto focal no cenário nacional no que se refere a densidade informacional, o pequeno município do interior paulista representa a materialização de uma narrativa econômica, social, ambiental, política e cultural de fundo religioso que assumiu um forte braço comercial e detém um considerável valor simbólico para a empresa.

É evidente que, sobre os caracteres de Capital Nacional da Agricultura Natural, não há uma correspondência entre a base de produção agropecuária do município – pautada majoritariamente na produção canvieira e na pecuária corte – e a projeção hierárquica a título de capital de um classificado centro local. O que nos parece significar essa preocupação e necessidade em caracterizar e identificar territorialmente Ipeúna com este título, é a tentativa de equiparar as condições de produção tecnológica e científica ali concentradas com as dinâmicas de um grande centro urbano como São Paulo. Ou seja, produzir uma certa “antecipação espacial” por meio da reserva de um território que mesmo que não satisfaça integralmente as condições de produção requeridas pela empresa, identifica uma localidade como polo gerador e difusor de inovações. Desse modo, a narrativa de Ipeúna enquanto Capital Nacional da Agricultura Natural é àquela descrita pela “unidade dos contraditórios”, pela assimetria dos seus espaços produtivos,

pela relação entre o novo e velho e o tradicional e o alternativo é, sobretudo, a síntese de esforços direcionados a construir o “moderno” na existência do “atrasado”.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intencionalmente, este trabalho é construído a partir das contribuições de Corrêa (2007; 2010; 2011; 2016; 2018) e se refere a espacialidade humana como atributo a ser analisado e interpretado pela prática do(a) geógrafo(a) no intento de descortinar a ação do homem por meio das práticas espaciais/territoriais. Por conseguinte, sistematicamente nos organizamos a partir da tríade processo, forma e significado, buscando evidenciar, tal como nos apresenta Corrêa (2011), “a lógica que preside os diversos tipos de organização do espaço” (p. 7), bem como o “complexo conjunto delas (organizações)” (p. 8). O adjetivo que centraliza os trabalhos do autor – os quais orientou majoritariamente esta composição – confirma a natureza diversa dos espaços, sejam eles na sua condição natural ou sob forte juízo da ação humana.

Desta forma, diferenciação, seletividade, fragmentação e integração desenham os contornos de um trabalho que se propôs, a partir da eleição de um importante agente socioespacial, desvelar as contribuições deste para a organização do espaço agrário de Ipeúna-SP. Partiu-se, então, da indicação deste último como a Capital Nacional da Agricultura Natural e da sua aparente dissincronia entre as suas paisagens diversas e as atividades gestadas no seu interior. Neste cenário, o pequeno município localizado a aproximadamente 200 km da capital, é projetado nacionalmente através de uma narrativa alternativa, possível a partir de uma outra perspectiva de produção agrícola e gestão do território.

Ademais, não desconsideramos o entendimento da construção dos significados e simbolismos envoltos na elaboração do cotidiano e no uso de representações (geo)gráficas para a análise da organização do espaço, somada as formas e processos funcionais às necessidades e às possibilidades da ação da humana. Buscou-se, portanto, avaliar a composição da agenda de práticas sociais da Korin Agroindústria, especialmente verificáveis e diferentemente funcionais, amalgamada a um determinado crivo sociocultural.

A relação entre a dimensão cultural e as dimensões políticas e econômicas – podemos acrescentar a dimensão ambiental – como condutores de reflexos reverberados em estruturas comerciais étnicas, nos auxiliou a compreender a carga simbólica e cultural de uma produção agroalimentar com forte conteúdo nipônico e messiânico, denotando as

bases para o entendimento na inabilidade da paisagem rural em suportar as funções requeridas pela empresa. Nesta senda, a gestão do território da Korin perpassa pela busca de espaços especializados e dotados de mínima estrutura social, material e técnica que admita e assuma os caracteres da produção orgânica alicerçada nos preceitos da Agricultura Natural.

Evidentemente, se os espaços são especializados – e, portanto, calcados na distinção –, diferença e integração cunham as faces da moeda de troca entre os territórios, viabilizando e efetivando as interações espaciais. É deste princípio que a corporação nos parece utilizar a partir do reforço da distinção, destacando as especificidades locais na perspectiva do elogio a conservação e manutenção das práticas locais de manejo agropecuário: é o que acontece na produção pecuária no pantanal sul-matogrossense e na produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul. É, em sua essência, uma das práticas estruturantes da sua inovação no mercado.

A destarte, para o entendimento da composição territorial que estrutura as formas viabilizadas por processos espaciais e temporalmente compreendidos, tornou-se necessário o entendimento da “substância e sentido do objeto” aqui considerado: a organização do espaço agrário de Ipeúna a luz das interações espaciais e do desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a sua nomeação de Capital Nacional da Agricultura Natural. Diante do exposto, o aspecto relativo e relacional do espaço agrário de Ipeúna, nos apresenta as relações e dinâmicas endógenas expostas as externalidades socioeconômicas, naturais e políticas. Deste modo, a construção de uma identidade espacialmente referenciada, refaz os caminhos abertos pela pretérita diferenciação espacial composta inicialmente por conteúdos e fatores eminentemente comparativos: qualidade e fertilidade do solo, microclima, vegetação, entre outros.

O que procuramos apontar aqui é justamente o alargamento destes conteúdos e fatores, assumindo a dimensão cultural e simbólica como valor – demonstrado, sobretudo, pela filosofia de Mokiti Okada – (não somente comparativo, mas também como vantagem competitiva entendendo-a como elemento afeito à estratégias de inovação) de extrema importância para a organização do espaço sob a perspectiva da diferenciação, “agora”, sócio-espacial.

A conferência titular institucionalizada pelo município (Capital Nacional da Agricultura Natural) nos parece inaugurar as bases de uma possível construção de dada identidade local – engendrada por um único agente socioterritorial e com forte apoio do aparato político do município. Relata e registra uma intenção ao município que não se

verifica nas relações cotidianas do espaço rural ipeunense, mas que antecipa espacialmente um cenário no qual as condições atuais não reservam a viabilidade da prática orgânica. Desta forma, o espaço rural de Ipeúna não detém a capacidade de resposta requeridas pelas necessidades e objetivos da Korin.

Ainda, conforme hipóteses levantadas no início do presente trabalho, ao direcionarmos o olhar as dinâmicas das unidades agrícolas, encontramos a disjunção entre as figuras do capitalista, proprietário e agricultor. A importância do tratamento da disjunção desta tríade de atores sociais do/no campo incorre ao entendimento de que o elemento de decisão que poderia reconverter e mutacionar as funções produtivas das propriedades rurais, se encontram na figura do proprietário sendo, justamente este, a figura não residente no espaço rural de Ipeúna.

Tal afirmação decorre do fato de que a classe proprietária de terras no município é senil, mantém residência no espaço urbano e conserva o elogio a produção da monocultura da cana-de-açúcar<sup>59</sup> sob a prerrogativa de onerosidade de qualquer outra forma de produção agrícola. Uma dada forma de absenteísmo se apresenta como um dos principais percalços a viabilização da produção orgânica no município.

A combinação da lógica espacial da empresa afeita a expansão da Agricultura Natural e o cenário encontrado no município, demonstram e, nos parece justificar, a resposta por parte da agroindústria através da segregação das suas funções produtivas, valendo-se da combinação espacial de unidades territoriais funcionalmente diferenciadas. Ao exposto, os princípios econômicos de reciprocidade, intercâmbio e solidariedade entre esses territórios, coabitam na construção de uma identificação social e econômica dos produtos Korin e não necessariamente da promoção de um dado desenvolvimento rural em Ipeúna.

Nesse sentido, tal como levantamos nas hipóteses deste trabalho, tratar o campo ipeunense assente na inércia<sup>60</sup> geográfica da tradição da produção de cana-de-açúcar e pecuária bovina, nos parece contraproducente ao termo, uma vez que as condições de manutenção destas atividades no município se mantêm mesmo com a promulgação do título de Capital Nacional da Agricultura Natural. O significado e o simbolismo destas práticas tradicionais são estruturais no ideário dos sujeitos sociais do espaço rural e se

---

<sup>59</sup> A menção dos benefícios em ser um fornecedor de cana-de-açúcar na região é amplamente difundida entre os entrevistados durante o levantamento das propriedades rurais do município. O principal deles é o fato de poderem valer do serviço de assistência médica oferecidos aos cooperados.

<sup>60</sup> Corrêa (2010) nos lembra que o processo de inércia descreve “certos usos da terra [que] permanecem em certos locais, apesar das causas que justificaram a sua localização terem cessado de atuar” (pp. 136-137).

garantem no tempo e no espaço pela “segurança” que estas atividades representam à reprodução socioeconômica das famílias. Desse modo, a prática orgânica é descrita pelas incertezas que podem a vir oferecer e, por vezes, pela descrença que tal modelo pode dar certo em pequena escala.

Por fim, através das noções de multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural, o olhar atento as dinâmicas internas a propriedade em contraposição a lógica e comportamento espacial da Korin Agropecuária LTDA e da Korin Agricultura e Meio Ambiente, nos permitiu condensar nossas conclusões em quatro pontos: a) a função dominante na paisagem rural de Ipeúna conserva a manutenção da monocultura da cana, denotando avanços anuais na área plantada; b) esta função mantém interdependência com a pecuária bovina e conserva-se no ideário do proprietário rural as garantias de reprodução socioeconômica; c) o sistema biofísico de Ipeúna permite a construção e implantação de modelos alternativos de produção agrícola, porém não é suficiente aos intentos da agroindústria e encontra na vontade social o seu principal obstáculo; e) as funções de produção requeridas pela Korin contrasta com as funções de regulação da capacidade da paisagem rural ipeunense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C; FILHO, N, A. (Org.) **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Alínea: Campinas, 2007. p. 19-37

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V; BRAGA, C; MORELLI, G. (Org.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Relume Dumará: Rio de Janeiro; SABRAE: Brasília, 2004. p. 25-69

AVAL – Associação Brasileira de Avicultura Alternativa. Disponível em: <<https://www.aval.org.br/>> Acessado em: 30 de jun. 2019

BAPTISTA, F. O. Os contornos do rural. In: FIGUEIREDO, E. (orgs) **O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro**. 1ª Ed. – Alentejo: Comercial 100luz, 201. Pp. 49-58

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2 especial, 1988. pp. 99-125

\_\_\_\_\_. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2012. pp. 117-150

BESSA, K. Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 28. São Paulo, 2010. p. 34-58

BOURDIEU. P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. pp. 162-168

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais...** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 1-16

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J; COSTA, F. de C (Org.). **Mundo rural e cultura**. Mauad: Rio de Janeiro, 2002. p. 223-240

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S (Org.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 17-27

CARVALHO, M. L. S; FERREIRA, M. C. B. F. Levantamento arquitetônico das primeiras edificações urbanas de Ipeúna, SP. **Anais...** In: 4ª Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2015. s/p

CASTRO, A. B. de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **7 ensaios sobre a economia brasileira: volume I**. 3. ed. Forense-universitária: Rio de Janeiro, 1977. p. 77-146

CASTRO, L. F. P de. Agricultura familiar, *habitus* e acesso à terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 2, n. 2. Porto Alegre, 2015. p. 91-105

\_\_\_\_\_. de. A luta pela terra como luta por direitos: desafios e perspectivas das comunidades tradicionais no campo brasileiro. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 1. Porto Alegre, 2017. p. 137-160

CATÃO, R. de C; REOLON, C. A; MIYAZAKI, V. K. Interações espaciais: uma reflexão temática. **Caminhos da Geografia**, v. 11, n. 35. Uberlândia, 2010. p. 231-239

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2009. p. 47-70

CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: \_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 1º ed. Editora Atica: São Paulo, 1986. pp. 51-84

\_\_\_\_\_. Gestão do território: reflexões iniciais. **Cadernos LAGET**, n.1, Rio de Janeiro, 1987. pp. 7-11

\_\_\_\_\_. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 1991. pp. 32-66

\_\_\_\_\_. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 1992. p. 115-122

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In. CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1995. pp. 15-48

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(org). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**, v. 4, n. 6. Presidente Prudente, 2007. p. 62-72

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 4ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010. 340p.

\_\_\_\_\_. Organização do espaço: dimensões, processos, forma e significados. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, 2011. pp. 7-16

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, 2016. pp 131-198

\_\_\_\_\_. Processo (tempo) e forma (espaço). In. CORRÊA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. Editora Unesp: São Paulo, 2018. pp. 13-72

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 1991. pp. 7-31

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977. p. 19-94

DEMATTE FILHO, L. C. Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade. **Tese** (Doutorado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2014. 251f.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1986. 278p.

DOLLFUS, O. O homem e o espaço geográfico. In: \_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico**. 2 ed. Difel: São Paulo, 1975. Pp. 29-41

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In. CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1995. pp. 207-238

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos da Geografia**, v. 9, n. 27. Uberlândia, 2008. p. 31-44

FERNANDES, S. A organização do espaço rural: estrutura e lógica das propriedades rurais familiares em Ipeúna/SP. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2018. 227p.

FERNANDES, S; OLIVEIRA, M. H. R. de. Multifuncionalidade da paisagem rural: possibilidades ao município de Ipeúna/SP. **Anais...** In: II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário da Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro, 2019. s/p

FERRÃO, J. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, 2000. p. 45-54

FORBES. **Empreendedores e figuras conhecidas impulsionam mercado de orgânicos no Brasil**. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/negocios/2017/06/empreendedores-e-figuras-conhecidas-impulsionam-o-mercado-de-organicos-no-brasil/>> Acessado em: 7 de ago. de 2019.

GODOY, M. J; CASTRO, R. F. de; ALVES, F. D. As interações espaciais na configuração e produção dos arranjos funcionais das cidades médias. **Geo UERJ**, n. 26. Rio Janeiro, 2015. p. 55-72

GOODMAN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. Estruturas sociais rurais. In: \_\_\_\_\_. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional [online]**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008. p. 127-162

GUIOMAR, N. et al. Modelo de análise espacial para avaliação do caráter multifuncional do espaço. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), **Faro**, Universidade do Algarve. 2008. p. 1-13

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais [mimeo]. UNICAMP: Campinas, 1987. 121p

KLAFKE, K. As dinâmicas especiais do comércio e do consumo em pequenas cidades: Ipeúna (SP). **Trabalho de Conclusão de Curso** (bacharelado – Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 84f.

KORIN. **Relatório de ações socioambientais**. 2013. 84p.

KORIN. **Polo de Agricultura Natural é modelo brasileiro de produção sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.korin.com.br/blog/polo-de-agricultura-natural-e-modelo-brasileiro-de-producao-sustentavel/>> Acessado em: 30 de jun. 2019

KORIN. Ipeúna é declarada Capital Nacional da Agricultura Natural. 2016. Disponível em: <<http://www.korin.com.br/blog/ipeuna-e-declarada-capital-nacional-da-agricultura-natural/>> Acessado em: 30 de jun. 2019

KORIN. **Relatório de ações socioambientais**. 2017. 92p.

KORIN. **Korin celebra 25 anos de história na Agricultura Natural**. 2019. Disponível em: <<http://www.korin.com.br/blog/imprensa/korin-celebra-25-anos-de-historia-na-agricultura-natural/>> Acessado em: 30 de ago. 2019

LENIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. FE/UNICAMP : Campinas, 2011. 271p.

LIPIETZ, A; LEBORGNE, D. O pós fordismo e seu espaço. **Revista Estudos Regionais e Urbanos**, v. 8, n. 25. São Paulo, 1988. Pp. 12-29

MACHADO, H. M. de F. G. Uma história para Ipeúna. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2004. 158f.

MAIA, A. C; FERREIRA, D. A. de O. Gestão do Território: multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 3, n. 2. Caxias do Sul, 2011. p. 141-149

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do neolítico à crise contemporânea**. Editora UNESP: São Paulo, 2010. 568p.

MINGIONE, E; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22. Coimbra, 1987. p. 83-99

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M da. **A valorização do espaço**. Editora Hucitec: São Paulo, 1984. p. 121-147

MOREIRA, R. O homem estatístico. In: \_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. Contexto: São Paulo, 2006. p. 78-99

\_\_\_\_\_. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2ª ed. Contexto: São Paulo, 2015

MOTA, M. S. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **Saeculum – Revista de História**. N. 26. João Pessoa, 2012. pp. 29-45

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43. São Paulo, 2001. p. 83-100

PINTO-CORRÊA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgeo**, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. 2007. p. 67-71

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do poder**. Editora Ática: São Paulo, 1993. pp. 143-222

ROMEIRO, A. R. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. In: \_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. Annablume: FAPESP: São Paulo, 1998. Pp. 247-258

SAA-SP - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA)**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t241.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2019

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro, 2005. p. 161-189

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43. São Paulo, 2001. p. 75-82

SANTOS, M. Do meio natural ao meio técnico-científico informacional In: \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 186-207

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 4. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. p. 61-93

SCHEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, ano 6, n. 11. Porto Alegre, 2004. p. 88-125

SILVA, J. G da. **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1981. 210p.

SILVA, J. G da. A industrialização e a urbanização da Agricultura Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3. São Paulo, 1993. p. 2-10

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1. Belo Horizonte, 1997. p. 43-81

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. UNICAMP IE: Campinas, 1998. p. 61-87

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Ed. Universidade UFRGS: Porto Alegre, 1999. 238p.

SILVA, J. G; DEL GROSSI, M. CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1. Brasília, 2002. p. 37-67

TAKAMI, S. T. A importância dos *linkages* e dos serviços para as indústrias automotivas no corredor asiático no estado de São Paulo. 245f. **Tese** (doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2017.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Editores Associados: Campinas, 2002. p. 31-102

WANDERLEY, M. de N. D. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2. Rio de Janeiro, 2000.